

**ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Alberto Luiz Francato, Alberto Luiz Serpa, Amanda Carvalho Maia, André Martins Biancarelli, André Victor Lucci Freitas, Andréa Marcondes de Freitas, Andréia Galvão, Angel Pontin Garcia, Anna Christina Bentes da Silva, Anna Victória dos Reis, Antonio Gonçalves de Oliveira Filho, Benilton de Sá Carvalho, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudia Regina Cavaglieri, Claudia Vianna Maurer Morelli, Cláudio Francisco Tormena, Cláudio José Servato, Cristiane Maria Megid, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Edson Tomaz, Eduardo Gurgel do Amaral, Eliana da Silva Souza, Eliana Ferreira Elias, Elisabeth Cardozo, Emilson Pereira Leite, Ester de Paula Moraes, Evanir Lopes Teixeira, Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Fernando Sarti, Francisco Haiter Neto, Francisco Hideo Aoki, Gabriela Barros Gonçalves, Heloise de Oliveira Pastore Jensen, Ivan Felizardo Contrera Toro, Jefferson Cano, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Marcos Travassos Romano, José Alexandre Diniz, José Antonio Rocha Gontijo, José Luis Pio Romera, José Roberto Ribeiro, Julia Bahia Adams, Karolyne Stefanny de Souza, Leandro Aparecido Villas, Lício Augusto Velloso, Luiz Carlos Dias, Luiz Carlos Zeferino, Marcelo Alves da Silva Mori, Márcio Alberto Torsoni, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Maria Luiza Moretti, Mariana Gomes Vicente, Marisa Masumi Beppu, Matheus Alves Albino, Matheus da Silva Marchetti Martins, Milena Tibúrcio Cicone, Mirna Lúcia Gigante, Mônica Alonso Cotta, Muriel de Oliveira Gavira, Neide Sylvania Campos Sampaio, Orival Andries Júnior, Paulo Adriano Ronqui, Paulo Régis Caron Ruffino, Rachel Meneguello, Renato Falcão Dantas, Renê José Trentin Silveira, Rodrigo Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Vanessa Petrilli Bavaresco, Verónica Andrea González-López e Wagner de Melo Romão. Como convidados especiais, compareceram os professores: Adriana Nunes Ferreira, Ana Maria Frattini Fileti, Douglas Soares Galvão, Maria Silvia Viccari Gatti, Paulo César Montagner e Zigomar Menezes de Souza; a doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Érika Maria Rodrigues de Castro, Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Compareceram também o professor Caio Navarro de Toledo e a senhora Talita de Almeida Mendes. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Márcio Antônio Cataia, sendo substituído pelo conselheiro Emilson Pereira Leite; Anderson de Rezende Rocha, sendo substituído pelo conselheiro Leandro Aparecido Vilas; Marco Aurélio Zezzi Arruda, sendo substituído pelo conselheiro Cláudio Francisco Tormena; Mariângela Ribeiro Rezende, sendo substituída pela conselheira Fátima Regina Rodrigues Évora; Samuel Rocha de Oliveira, sendo substituído pela conselheira Cláudia Regina Cavaglieri; Bruna Carolina Garcia, sendo substituída pela conselheira Julia Bahia Adams; Keila

1 Conceição Ribeiro dos Santos, sendo substituída pela conselheira Neide Sylvania Campos
2 Sampaio; Luan Ramos da Silva, sendo substituído pelo conselheiro Matheus Alves Albino; e
3 Ignácio Maria Poveda Velasco. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à
4 Centésima Septuagésima Terceira Sessão Ordinária do Conselho Universitário da Universidade
5 Estadual de Campinas, realizada de forma híbrida, considerando a retomada das atividades
6 presenciais a partir de 13 de setembro, nos termos da Resolução GR-60/2021. Foi facultado aos
7 conselheiros já imunizados, aqueles com duas doses da vacina e passados 14 dias da segunda
8 dose, comparecer presencialmente à sala do Consu para participar da reunião, respeitado o
9 limite de 28 conselheiros. A reunião será também realizada por meio da plataforma Zoom, de
10 forma a permitir a participação de forma remota. Pede a colaboração de todos para o sucesso
11 desta reunião, e informa que o uso da palavra pelos titulares se dará por ordem de inscrição,
12 que se faz por meio do símbolo em formato de mão que está à direita da tela. Para manifestação,
13 os conselheiros deverão respeitar o limite temporal de cinco minutos para os tópicos da Ordem
14 do Dia e de três minutos para o Expediente. A inscrição para o Expediente pode se iniciar neste
15 momento e será feita por meio do botão já mencionado, encerrando-se após a aprovação da ata.
16 Informa que o professor doutor Ignácio Maria Poveda Velasco e a professora doutora Vanderlan
17 da Silva Bolzani, respectivamente titular e suplente, foram reconduzidos pela Fapesp, como
18 membros da comunidade externa, cujos mandatos correspondem ao período de 1º de setembro
19 de 2021 a 31 de agosto de 2023. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Centésima
20 Septuagésima Segunda Sessão Ordinária, realizada em 03 de agosto de 2021, consultando se
21 há observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 06
22 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com 10 itens, informando que há destaque obrigatório no
23 item 01 – Dossiê nº 01-D-26661/2021 –, que exige 2/3 dos votos para aprovação. Consulta se
24 há destaques por parte dos conselheiros. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
25 MEDEIROS destaca o item 05 – Proc. nº 01-P-24087/2013. O Conselheiro WAGNER DE
26 MELO ROMÃO também destaca o item 05. O Conselheiro JOSÉ ANTONIO ROCHA
27 GONTIJO destaca o item 06 – Proc. nº 01-P-3074/2021. Não havendo mais destaques, submete
28 à votação os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 04 abstenções, os
29 pareceres que subsidiaram os seguintes processos: B – Programa de Ação Afirmativa para
30 Inclusão Social na Unicamp – Para Aprovação – 02) Proc. nº 01-P-10966/2004, da Pró-Reitoria
31 de Graduação/ Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp – Proposta de
32 Deliberação Consu que altera os artigos 4º e 5º da Deliberação Consu-A-12/2004, que
33 estabelece o Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social na Unicamp – Despacho PG-
34 3518/2021 e Parecer CLN-39/2021. C – Perfil Acadêmico, nos termos do artigo 6º da
35 Deliberação Consu-A-27/2014 – Para Aprovação – 03) Proc. nº 37-P-20015/2021, da
36 Faculdade de Tecnologia – Proposta de Deliberação Consu que dispõe sobre os Perfis
37 Acadêmicos para os níveis MS-3.2 – Professor Doutor II, MS-5.1 – Professor Associado I, MS-
38 5.2 – Professor Associado II, MS-5.3 – Professor Associado III e MS-6 – Professor Titular da
39 Carreira do Magistério Superior (MS) da Faculdade de Tecnologia – Aprovado pela
40 Congregação em 1º.07.21 – Parecer CIDD/ CCRH-009/2021. D – Indicação do Controlador

1 Geral da Unicamp – Para Aprovação – 04) Dossiê nº 01-D-25232/2021 – Indicação do Prof.
2 Dr. Álvaro de Oliveira D’ Antona para Controlador Geral da Unicamp, nos termos do *caput* do
3 artigo 1º da Deliberação Consu-A-008/2019 – Ofício GR nº 438/2021. G – Comissão
4 Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – Indicação de Membros – Para
5 Aprovação – 07) Dossiê nº 01-D-24885/2021 e Proc. nº 01-P-00605/1968, da Comissão
6 Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – Indicação de representantes
7 titulares e suplentes das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Artes; e Ciências da Engenharia,
8 com mandato de 02 (dois) anos a partir de 03.10.21 – Ofícios CPDI-04/2021 e SG-73/2021,
9 como segue: Representação da área de Ciências Humanas, Sociais e Artes: Titular: Profa. Dra.
10 Rosângela Ballini – IE e Suplente: Prof. Dr. José Claudinei Lombardi – FE. Representação da
11 área de Ciências da Engenharia: Titular: Prof. Dr. José Wilson Magalhães Bassani – Feec e
12 Suplente: Prof. Dr. Anselmo Eduardo Diniz – FEM. H – Pós-Graduação – Nos termos do inciso
13 II do § 1º do Artigo 83 da Deliberação Consu-A-10/2015 – Para Aprovação – 08) Proc. nº 36-
14 P-16893/2021, da Faculdade de Ciências Aplicadas – Proposta de criação do curso de pós-
15 graduação lato sensu MBA em Controladoria e Finanças – sob a responsabilidade do Prof.
16 Márcio Marcelo Belli – Carga Horária: 435 horas – Valor a ser pago por aluno: R\$14.279,91
17 (serão oferecidas 2 (duas) bolsas integrais de caráter socioeconômico) – Aprovada pela
18 Congregação em 02.06.21 – Deliberação CCPG-79/21 e Parecer Cepe-13/2021. 09) Proc. nº
19 36-P-17444/2021, da Faculdade de Ciências Aplicadas – Proposta de criação do curso de pós-
20 graduação *lato sensu* MBA em Gestão Estratégica de Projetos – sob a responsabilidade do Prof.
21 Antonio Carlos Pacagnella Junior – Carga Horária: 420 horas – Valor a ser pago por aluno:
22 R\$14.630,00 (serão oferecidas 2 (duas) bolsas integrais de caráter socioeconômico) – Aprovada
23 pela Congregação em 03.03.21 – Deliberação CCPG-78/21 e Parecer Cepe-14/2021. 10) Proc.
24 nº 26-P-7975/2021, do Instituto de Economia – Proposta de criação do curso de pós-graduação
25 lato sensu Finanças Corporativas – Carga Horária: 360 horas – Valor a ser pago por aluno: R\$
26 13.696,28 (para cada 10 alunos matriculados, implementa-se 01 bolsa de valor integral, sendo
27 que a bolsa pode ser desmembrada em descontos inferiores para uma maior quantidade de
28 alunos) – Aprovada pela Congregação em 17.03.21 – Deliberação CCPG-82/21 e Parecer Cepe-
29 15/2021. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 01 – Dossiê nº 01-D-26661/2021 –, que trata
30 da proposta apresentada pela ADunicamp de revogação do Título de “Doutor Honoris Causa”
31 concedido a Jarbas Gonçalves Passarinho em reunião do Conselho Diretor realizada em
32 30.11.73. Passa a palavra à professora Maria Silvia Gatti, presidente da ADunicamp. A
33 Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI inicia agradecendo ao professor Antonio José
34 pelo atendimento da demanda apresentada pela ADunicamp para a discussão neste Conselho
35 do dossiê “Unicamp Pela Democracia”, pela revogação do Título de “Doutor Honoris Causa”
36 concedido a Jarbas Gonçalves Passarinho. Brevemente vai relatar algumas ações que levaram
37 à elaboração desse dossiê e o atendimento da ADunicamp ao que lhes foi solicitado. No final
38 do ano de 2020, a ADunicamp recebeu uma mensagem com um abaixo-assinado com cerca de
39 400 assinaturas de docentes e pesquisadores que a instava a apresentar ao Consu o pedido de
40 revogação do Título de “Doutor Honoris Causa” concedido a Jarbas Passarinho. A mensagem

1 foi encaminhada pelo professor Caio Navarro de Toledo, docente aposentado do IFCH e
2 membro da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp, estabelecida pela
3 Portaria GR-111, de 20 de setembro de 2013. Prontamente a diretoria da ADunicamp aceitou o
4 desafio, mas considerou que diante da relevância da proposição, essa deveria ser uma missão
5 das entidades representativas da Universidade, e propôs então a criação de um GT com a
6 participação da Associação de Docentes, da Associação Central de Pós-Graduação, do Diretório
7 Central dos Estudantes e do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp. Surgiu então o GT
8 Unicamp Pela Democracia pela revogação do Título de “Doutor Honoris Causa” concedido a
9 Jarbas Gonçalves Passarinho, composto por essas entidades e outros docentes da Unicamp.
10 Aproveita para agradecer a todos que estiveram nesses meses de trabalho, pela convivência
11 fraterna, pela troca de conhecimentos e atenção para com essa demanda. O grupo trabalhou e
12 construiu um dossiê, anexado a esta pauta do Consu. Ele é bastante extenso e durante o primeiro
13 semestre deste ano o GT estudou estratégias, buscou documentos que pudessem ser analisados,
14 mas que também pudessem fazer parte da história da Universidade na defesa da democracia,
15 para mostrar para os alunos, e outros membros da comunidade que não viveram o período da
16 ditadura, dados e fatos históricos que devem ser sempre lembrados para que não sejam
17 repetidos. Ao mesmo tempo, foi criada uma página dentro do *site* da ADunicamp e ali foram
18 reunidas dezenas de documentos, material que ficará ali inserido para consulta constante, e
19 equivale ao dossiê encaminhado para análise deste Conselho. Agradece pelo trabalho e
20 dedicação da equipe técnica da ADunicamp, pela atenção e dedicação durante todo esse
21 período. Foi um trabalho bastante árduo. E são muitas as razões que os levaram a assumir esse
22 compromisso diante de toda comunidade acadêmica e também de toda sociedade brasileira. Por
23 que solicitar revogação desse título? Crê que bastaria lembrar que Passarinho foi um dos
24 proponentes do Ato Institucional Nº 5, responsável por anos de repressão no país, que significou
25 ações que permitiram a governantes punir arbitrariamente aqueles considerados inimigos do
26 governo. Incluíam-se aí professores, servidores técnico-administrativos e estudantes da
27 Unicamp e de outras universidades de todo país. Ainda dentre os documentos inseridos, há
28 aqueles que trazem as recomendações da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da
29 Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp. Explicitam que o título concedido ao coronel
30 Jarbas Passarinho, outorgado em plena ditadura, e só assim o seria, não atende aos requisitos
31 definidos pela própria Universidade para tal concessão. A mesma comissão os lembra que
32 devem no órgão público lutar pela revogação de honrarias concedidas a servidores da ditadura
33 militar. Jarbas Passarinho foi um servidor contundente e fiel desse período. Também foi
34 considerado o que consta no artigo 158 do Estatuto da Unicamp: “O Título de Doutor Honoris
35 Causa será conferido a: ‘pessoas que tenham contribuído de maneira notável para o progresso
36 das ciências, das letras ou das artes, e aos que tenham beneficiado de forma excepcional a
37 humanidade ou tenham prestado relevantes serviços à Universidade”. Na biografia do coronel,
38 não encontram nenhuma identidade com esses valores. Poderia se estender aqui colocando
39 muitas outras razões que os levaram a atuar de maneira firme nesse propósito, hoje apresentado
40 aqui ao Consu. Crê que as entidades representativas da Unicamp, e todos aqueles que estiveram

1 e estão juntos nesse projeto, devem sentir-se orgulhosos, revisar a História e criar novos fatos,
2 eis o que estão fazendo. Têm a confiança de que este Conselho hoje registrará na História um
3 ato de resgate de sua luta pela dignidade, pela democracia, pela liberdade. Agradece mais uma
4 vez ao professor Antonio José e solicita que conceda a palavra ao professor Caio Navarro de
5 Toledo, dado seu importante papel nesse processo, e que falará em nome do GT. O Professor
6 CAIO NAVARRO DE TOLEDO diz que fica honrado por participar de uma sessão que poderá
7 ter um significado histórico na vida da Unicamp. Com satisfação, busca aqui representar o GT
8 Unicamp Pela Democracia, que reúne quatro entidades representativas da comunidade
9 acadêmica: a ADunicamp, a APG, o DCE e o STU. Fará um breve sumário do qualificado
10 dossiê que nesses dias as senhoras e os senhores conselheiros puderam acessar. O extenso
11 documento anexado, contendo mais de 300 páginas, é composto de dois abaixo-assinados, notas
12 de apoio, textos acadêmicos, documentos oficiais, depoimentos históricos, vídeos etc. Sumariza
13 então o dossiê: dois abaixo-assinados informam que a proposta de revogação tem o apoio de
14 mais de três mil pessoas e entidades democráticas do país. Uma significativa parcela dos
15 signatários é de membros da comunidade acadêmica da Unicamp, e deve-se ainda ressaltar que
16 mais de 700 docentes e pesquisadores da Universidade, ativos e aposentados, apoiam a
17 proposta, além de quatro ex-reitores e um ex-coordenador-geral da Unicamp: Carlos Vogt,
18 Hermano Tavares, José Tadeu Jorge, Marcelo Knobel e Álvaro Crósta escreveram notas de
19 apoio. Quatro moções de congregações de unidades da Unicamp votadas de forma unânime por
20 seus membros apoiam a proposta. Dois recentes postulantes à Reitoria, professores Mário
21 Abdalla Saad e Sérgio Salles Filho, também apoiam a revogação. Por meio de notas, igualmente
22 se manifestaram ex-pró-reitores, ex-diretores de unidades e ex-docentes da Unicamp. Ressalta
23 que todos esses ex-docentes atuam em destacadas unidades da vida política, cultura e
24 educacional brasileira. Entre os ex-diretores, conviria lembrar os depoimentos de José Ripper
25 Filho e Rogério Cerqueira Leite. Membros do Conselho Diretor da Unicamp que em 1973
26 concedeu a honraria ao coronel Jarbas Passarinho, Ripper Filho e Cerqueira Leite argumentam
27 que hoje não há razão para que o título concedido há 48 anos seja mantido pela Unicamp.
28 Concluindo esse relato sobre os apoios, julga ser relevante uma última informação: dois
29 pesquisadores que foram honrados com o Título de “Doutor Honoris Causa” pela Unicamp
30 apoiam a proposta, são eles a demógrafa Elza Salvatori Berquó e o farmacologista Bernardo
31 Boris Vargaftig. Após esse breve sumário das matérias que compõem o dossiê, cabem-lhe
32 algumas reflexões. A rigor, quais são as razões substantivas que justificam a proposta da
33 revogação? De forma sintética, destaca duas delas, e se permite, em certa medida, reiterar aquilo
34 que a diletta professora Silvia Gatti também ponderou. Quais são essas duas razões?
35 Representada pela ADunicamp, a APG, DCE e STU, a comunidade acadêmica da Unicamp
36 busca ser consequente com as decisões e sugestões da Comissão Nacional da Verdade, e em
37 particular da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp. Por meio de uma
38 recomendação da Comissão Nacional da Verdade, todos os órgãos públicos e privados do país
39 devem se empenhar pela revogação de honrarias concedidas a servidores da ditadura militar.
40 Foram exatamente essas razões que levaram o Conselho Universitário da UFRJ em 20 de abril

1 deste ano a revogar o Título “Doutor Honoris Causa” concedido por aquela universidade ao
2 coronel Jarbas Passarinho. Outra razão substantiva que justifica a proposta de revogação se
3 fundamenta no artigo 158 do Estatuto da Unicamp. Segundo este artigo, o Título de “Doutor
4 Honoris Causa” será proferido a: “Pessoas que tenham contribuído de maneira notável para o
5 progresso das ciências, das letras ou das artes, ou ainda aos que têm beneficiado de forma
6 excepcional a humanidade ou tenham prestado relevantes serviços à Unicamp”. Foram os
7 critérios acima mencionados que levaram pois o Consu a conceder “Honoris Causa” a
8 personalidades como o militar Casimiro Montenegro Filho, Gleb Wataghin, Paulo Freire, Dom
9 Paulo Evaristo Arns, Cesar Lattes, Celso Furtado, Warwick Kerr e outros. Em contrapartida,
10 em nota enviada ao GT, a professora Elza Berquó, a mais recente Doutora Honoris Causa da
11 Unicamp, ponderou que o coronel Jarbas Passarinho não possui nenhuma qualificação
12 científica, cultural, educacional, política e moral para figurar entre as personalidades
13 distinguidas com a mais alta honraria concedida pela Unicamp. Tendo em vista que a expressão
14 latina *honoris causa* significa “por motivo de honra”, impõe-se então a indagar: existiria alguma
15 justificativa acadêmica para que a Unicamp continue homenageando alguém que não se
16 enquadra dentro dos critérios definidos por seu projeto acadêmico? E mais grave ainda, alguém
17 que durante sua atuação como ministro de governos militares teve reconhecidas
18 responsabilidades na punição de estudantes, na destituição de dirigentes sindicais e na
19 aposentadoria compulsória de renomados pesquisadores universitários públicos. Lembremo-
20 nos que entre os punidos pelo AI-5 estiveram Elza Berquó, Mário Schenberg, Isaías Raw, Luiz
21 Hildebrando da Silva, José Leite Lopes, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando
22 Henrique Cardoso e outros. A Unicamp, cuja existência se justifica pela busca do conhecimento
23 científico, pelo exercício do debate crítico e pela defesa de valores democráticos, rechaça o
24 dogmatismo, o negacionismo, a intolerância e a conivência com todas as formas de
25 autoritarismo. Reconheça-se, contudo, que a Unicamp durante a ditadura militar protagonizou
26 alguns atos coniventes com o autoritarismo vigente no país, um deles, certamente o mais grave,
27 foi o chamado “expurgo na medicina preventiva”, quando em 1975, 17 pesquisadores liderados
28 pelo saudoso Sérgio Arouca foram obrigados a abandonar a Unicamp. É de se reconhecer
29 também que esta Universidade, ao conceder uma honraria ao signatário do Ato Institucional nº
30 5, prestou no plano simbólico igualmente um tributo ao autoritarismo. Embora circunstâncias
31 políticas na época possam ser invocadas para justificar a infausta decisão do Conselho Diretor,
32 impõe-se admitir que um equívoco foi cometido e esquecido. A expectativa do GT Unicamp
33 Pela Democracia é a de que, nesta sessão, o Consu, interpretando a atual vontade política de
34 sua comunidade acadêmica, repare esse equívoco que dura 48 anos. Sobre essa solicitação,
35 talvez seja o caso de se indagar: em algum momento da história da Instituição, uma proposta
36 levada ao debate dentro do Consu mobilizou e teve o apoio de tantos setores da Unicamp?
37 Tendo em vista sua legitimidade democrática e orientação crítica, solicitam que o Consu,
38 levando em conta a inequívoca vontade política de sua comunidade acadêmica, reconheça e
39 repare o grave equívoco cometido em 1973. Nas palavras de um ex-docente da Universidade,
40 “este equívoco tem sido deletério à memória e à história de uma instituição comprometida,

1 desde sua origem, com a liberdade de pensar, de fazer ciência, de ensinar, de criar, de promover
2 a cultura e defender a vida. A autocrítica pública que no dia de hoje a Unicamp terá o privilégio
3 e a coragem de fazer revelará ainda mais o ineludível compromisso da instituição com a
4 memória crítica e os valores democráticos. A memória não diz respeito apenas ao passado, ela
5 é presente e futuro”. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO inicia sua fala reproduzindo
6 a manifestação de Jarbas Passarinho na reunião do Conselho de Segurança Nacional: “Eu seria
7 menos cauteloso do que o próprio Ministro das Relações Exteriores quando diz que não sabe
8 se o que restou caracterizaria nossa ordem jurídica como não sendo ditatorial. Eu admitiria que
9 ela é ditatorial, mas às favas, senhor presidente, todos, todos os escrúpulos de consciência,
10 cumprindo um dever para comigo, um dever para o meu país, eu aceito uma nova revolução”,
11 falando, obviamente, da ditadura militar. Em busca da verdade, da preservação da memória, do
12 necessário direito à justiça, manifesta-se pela revogação do Título de “Doutor Honoris Causa”
13 a Jarbas Gonçalves Passarinho, concedido pelo Conselho Diretor da Unicamp em 30 de
14 novembro de 1973, sob plena vigência e ameaça do Ato Institucional nº 5. Em agosto de 2014,
15 o Consu discutiu o tema e manteve a honraria por diferença de 01 voto, dado que não foram
16 alcançados 2/3 do total do Conselho para reconsiderar o título. Contudo, em dezembro do
17 mesmo ano, foi entregue o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, e em maio do ano
18 seguinte concluíram-se os trabalhos da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da
19 Unicamp. As comissões instauradas revelaram que Jarbas Passarinho foi um conspirador militar
20 que deu suporte ao Golpe de 64 e defendeu a aprovação do AI-5. Entende que a história da
21 Unicamp, que sempre concedeu títulos a figuras defensoras da liberdade de pensamento, não
22 pode ser maculada por homenagens a apoiadores da ditadura. O AI-5 foi o segundo ato fundador
23 do golpe militar. O país não tivera, em toda sua vida republicana, um conjunto de medidas que
24 concentrasse tanto poder nas mãos de um chefe de estado. Até 1973, ano em que a Unicamp
25 concedeu o título a Jarbas Passarinho, foram aposentados compulsoriamente ou demitidos
26 3.783 funcionários públicos, 72 professores universitários e 61 pesquisadores, dentre os quais
27 a primeira mulher a ganhar o Título de “Doutor Honoris Causa” da Unicamp, a doutora Elza
28 Berquó. Opositores do regime perderam seus direitos políticos, estudantes foram vítimas de
29 expulsão, prisão arbitrária e tortura. O Estatuto da Unicamp é claro em seu artigo 158 que essa
30 honraria deve ser destinada apenas a pessoas que contribuíram para o progresso das ciências,
31 das letras e das artes, ou que tenham beneficiado de forma excepcional a humanidade. Esse não
32 é o caso de Jarbas Passarinho e não é mais possível que o coronel esteja na mesma lista que os
33 defensores da educação e da democracia brasileira. Não se trata, no entanto, de deslegitimar as
34 decisões do Conselho Diretor, mas de compreendê-las em seu momento histórico. Esse pedido
35 excepcional se fundamenta pelo contexto de exceção e de violação dos direitos humanos em
36 que essa honraria foi concedida. No auge da ditadura militar, não poderia ter sido outra a decisão
37 senão conceder o título ao coronel. Membros da comunidade universitária que fossem
38 contrários a essa decisão poderiam ser acusados de subversivos, e como tantos outros brasileiros
39 e brasileiras, terem como destino a perseguição, o exílio e o cemitério. Em seu entendimento,
40 esta Universidade não pode mais tolerar qualquer ato que limite o desenvolvimento da pesquisa

1 e a liberdade de expressão no meio acadêmico. Por isso, termina com uma mensagem para cada
2 estudante, reproduzindo as palavras da professora Elza Berquó: “Continuemos a estudar,
3 continuemos a luta pela democracia. A Unicamp é mestre no respeito à democracia, e acredito
4 que mais uma vez, diante da ameaça que nosso país vive, saberá, como sempre soube, enfrentar
5 e vencer”. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA passa a palavra para a representante do
6 STU, Érika Maria Rodrigues de Castro. A Senhora ÉRIKA MARIA RODRIGUES DE
7 CASTRO agradece a oportunidade concedida pelo Sindicato dos Trabalhadores para
8 representá-lo nesta fala. O STU, assumindo o seu compromisso histórico de defesa da
9 democracia, juntamente com a ADunicamp, o DCE e a APG, integra o movimento Unicamp
10 pela Democracia, que propõe hoje a este Conselho Universitário a revogação do Título de
11 “Doutor Honoris Causa” concedido ao tenente coronel Jarbas Gonçalves Passarinho, ex-
12 ministro da Educação do governo Costa e Silva no período da ditadura. Parabenizam o trabalho
13 de excelência feito pelo GT Unicamp Pela Democracia, pautado na justiça, na memória e na
14 verdade. Durante esses quase oito meses de trabalho, toda comunidade universitária e diversos
15 setores da sociedade foram convidados a participar, e participaram ativamente, desse
16 importante ato que marca sua resistência contra todas as forças repressivas e autoritárias do
17 país. Na reunião do Conselho de Segurança Nacional, em 13 de dezembro de 1968, que decretou
18 o Ato Institucional nº 5, Jarbas Passarinho afirmou: “Às favas, senhor presidente, neste
19 momento todos os escrúpulos de consciência”. A célebre frase demonstra a gravidade de sua
20 postura autoritária e repressiva. O Ato Institucional nº 5 foi uma das medidas mais repressivas
21 da ditadura, que resultou em graves violações dos direitos humanos e na sistemática suspensão
22 às liberdades civis e políticas. Na Unicamp, o título foi concedido pelo Conselho Diretor, órgão
23 que precede a criação deste Conselho Universitário, em 30 de novembro de 1973, sob a inteira
24 vigência e ameaça do Ato Institucional nº 5. Como lembrou o professor doutor Francisco Foot
25 Hardman, durante a *live* de lançamento da campanha Unicamp Pela Democracia, realizada em
26 08 de junho deste ano, essa reunião do Conselho Diretor em 1973 ocorreu sem que os estudantes
27 e os funcionários pudessem se manifestar. Não teve um caráter democrático, e os membros do
28 Conselho Diretor que apoiaram a honraria à época não puderam questioná-lo, pois estavam sob
29 a ameaça de punições devido à existência do Ato Institucional nº 5. A campanha Unicamp Pela
30 Democracia segue as recomendações da Comissão Nacional da Verdade, que indica a
31 revogação de todas as homenagens prestadas por órgãos públicos a servidores da ditadura
32 militar brasileira. Jarbas Passarinho, além de ter sido um conspirador em 1964 e o ideólogo do
33 regime militar, na condição de ministro do Trabalho e Educação, teve responsabilidade direta
34 na prisão e destituição de sindicalistas, expulsão de estudantes e aposentadoria compulsória de
35 renomados docentes e pesquisadores. Em uma medida coerente, o Conselho Universitário da
36 Universidade Federal do Rio de Janeiro revogou em abril deste ano o Título de “Doutor Honoris
37 Causa” concedido também em 1973 para esse repressor. O Conselho Universitário da Unicamp
38 terá, ao pautar essa questão, a oportunidade de preservar o seu papel de defesa das práticas
39 democráticas, repudiando qualquer ato de violação aos direitos humanos que constanja o
40 desenvolvimento da pesquisa e a liberdade de expressão no meio acadêmico. O gesto simbólico

1 de revogar esta honraria significará também assumir nitidamente perante a sociedade o repúdio
2 a todos os discursos e iniciativas que defendem o negacionismo, o obscurantismo, a censura
3 ideológica e a regressão política do país a um regime autoritário no qual se pratica a tortura e
4 os assassinatos políticos. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO
5 MEYER diz que tem muito pouco a acrescentar àquilo que foi dito de modo tão bom pelos dois
6 oradores que o antecederam. Mas tendo sido aluno da Unicamp desde 1967, tendo vivido a
7 Unicamp nesse tempo, tem alguns relatos muito rápidos a fazer sobre o que causaram na vida
8 da Unicamp pessoas lideradas pelo grupo a que pertencia o coronel Passarinho. Pessoalmente,
9 e sem entrar em muitos detalhes, a sua família foi toda separada, porque em 1969 seu pai reuniu
10 a família em uma noite de terça-feira e perguntou: “O que vocês acham de a gente mudar para
11 a Suíça?”; todos o olharam estupefatos, e ele perguntou: “Quando?”, e seu pai falou: “Sexta-
12 feira”. Então disse: “Olha, prenderam o Vasco, o Alcides e o Edson, e quem preside o Centro
13 Acadêmico agora sou eu”, chamava-se Centro Acadêmico do Curso Básico de Ciências da
14 Unicamp, que deu origem depois a diversos centros acadêmicos diferentes. Achou que não
15 podia ir, que tinha de ficar para salvar o Brasil. E deu no que deu. Mas não foi só isso, foram
16 colegas. Já mencionou três que foram presos em Ibiúna, mas houve outros, houve alunos seus
17 que também foram presos por esse grupo de que fazia parte o coronel Jarbas Passarinho. Teve
18 professores que foram presos e torturados. Lembra-se do seu professor de Cálculo e Estatística,
19 professor Rubens Murillo Marques, que foi preso, torturado e desapareceu durante duas
20 semanas, e não sabiam o que tinha acontecido com ele. E quando ele voltou, nada podia ser
21 dito, porque o que não se sabe não pode ser revelado, nem sob tortura. Lembra-se de muitos
22 momentos em que foram atingidos de maneira violenta pela repressão desse grupo de pessoas,
23 não eram só militares. E muitos militares também foram atingidos por esse grupo. Quando olha
24 para a missão, para a visão, para os princípios da Unicamp, vê que não há lugar para pessoas
25 como o coronel Passarinho. Já viram o que está legislado na Unicamp, mas quando falam da
26 missão, da visão e dos princípios, estão falando de valores que valem para a Universidade como
27 ela se define, e a inclusão, a diversidade, a liberdade de pensar e de se expressar, de fazer, de
28 pesquisar, não condiz com a presença dessa pessoa no rol dos homenageados de uma
29 Universidade na qual está desde 1967. Faz um pouco mais de 50 anos que vive nesta
30 Universidade, que nada tem a ver com o coronel Passarinho. O Conselheiro EMILSON
31 PEREIRA LEITE diz que no dia 31 de junho deste ano a congregação do Instituto de
32 Geociências manifestou seu apoio à revogação do Título de “Doutor Honoris Causa” concedido
33 ao coronel Jarbas Passarinho, por meio de uma moção que foi aprovada naquela reunião de
34 congregação, da qual procederá à leitura: “Considerando que: a) o Estatuto da Unicamp, em
35 seu artigo 158, estabelece que poderão receber o Título de ‘Doutor Honoris Causa’ aqueles que
36 atendam a uma destas situações: quem tenha contribuído de maneira notável para o progresso
37 das ciências, letras ou das artes; aqueles que tenham beneficiado a humanidade de forma
38 excepcional ou ainda tenham prestado relevantes serviços à universidade; b) em 05.12.73, o
39 então Conselho Diretor da Unicamp aprovou em reunião fechada e sem discussão, conforme
40 documentos e depoimentos levantados pela Comissão da Verdade e Memória ‘Octávio Ianni’

1 da Unicamp, a concessão do Título de ‘Doutor Honoris Causa’ ao então ministro da Educação,
2 coronel Jarbas Passarinho; c) o coronel Jarbas Passarinho foi um dos signatários do Ato
3 Institucional nº 5, um dos mais violentos e sanguinários instrumentos da ditadura militar
4 presidida à época pelo general Costa e Silva; d) o AI-5 foi utilizado pelo coronel Jarbas
5 Passarinho juntamente com todos os demais integrantes do núcleo de poder daquele regime de
6 exceção para perseguir, prender e torturar membros das comunidades acadêmicas das
7 universidades brasileiras, entre elas a Unicamp; e) por sua atuação como ministro em dois
8 períodos da ditadura militar, o coronel Jarbas Passarinho não atenderia a nenhuma dessas
9 situações previstas no artigo 158 dos Estatutos da Unicamp, não podendo, portanto, ter sido
10 agraciado com a mais alta honraria concedida pela Unicamp a personalidades que não fazem
11 parte de seu corpo docente; f) a CVM ‘Octávio Ianni’ da Unicamp, em seu relatório final, em
12 que foram levantadas as arbitrariedades cometidas contra membros de sua comunidade durante
13 o período de exceção vigente no Brasil, entre 64 e 85, recomendou que a concessão do Título
14 de ‘Doutor Honoris Causa’ ao coronel Jarbas Passarinho seja revista e o título revogado pela
15 Unicamp; g) por recomendação da mesma CVM, a Unicamp instalou um painel na Praça das
16 Bandeiras, no qual são homenageados os membros da sua comunidade acadêmica vítimas da
17 ditadura militar, e termina com a frase: ‘Esta placa cumpre também a necessária função de
18 repudiar qualquer homenagem prestada a quem apoiou tais crimes’. Finalmente, é forçoso
19 reconhecer que hoje, mais do que nunca, a democracia brasileira se encontra sob forte ameaça.
20 Por esses motivos, a revogação desse título concedido de maneira equivocada, e em função do
21 clima de temor vigente à época, se faz imperiosa. Ela servirá não apenas para retificar esse
22 equívoco, ainda que tardiamente, mas servirá também como ato emblemático e didático para a
23 atual e futuras gerações”. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA
24 HASHIMOTO diz que sua fala vai adicionar muito pouco ao que já foi mencionado pelos que
25 o antecederam, mas manifesta seu apoio, declara seu voto favorável pela cassação do Título de
26 “Doutor Honoris Causa” concedido a Jarbas Passarinho. Além da fraqueza técnica da concessão
27 já explanada amplamente aqui e evidenciada pelo dossiê, acha que um fator importante é que a
28 Unicamp, ao revogar tal título, cumpre o papel importante quase como um farol na sociedade,
29 apontando a importância de afirmar a defesa da democracia, deixando claro que a ditadura
30 existiu e o mal que causou ao país, algo que não é tão óbvio no momento político que vivem,
31 de negacionismo, de ataque à ciência, à Universidade, ao ensino público e à liberdade de
32 expressão. Os representantes receberam um número muito elevado de manifestações de
33 docentes que os apoiam na cassação do título. A Conselheira MARIANA GOMES VICENTE
34 diz que em 2014 a diferença foi de apenas 01 voto para alcançar os 2/3, no entanto 26 pessoas
35 ou votaram contrários ou se abstiveram, ou sequer estiveram presentes no Consu para garantir
36 que houvesse votos suficientes para fazer a revogação desse título do Jarbas Passarinho.
37 Naquela época, e espera que hoje não se repita, uma das manifestações ideológicas foi algo que
38 não tem como chamar de outro nome senão luta de classes, porque se depois de 41 anos ainda
39 houve pessoas defendendo a continuidade desse título para uma pessoa que foi signatária do
40 AI-5, que foi uma pessoa ativa durante os governos militares, e que como já foi falado aqui

1 também muito bem, não tem qualquer contribuição científica, pergunta como isso se justifica.
2 Viu o questionamento de um professor de como pode um ex-ministro da Educação durante o
3 governo militar receber essa distinção máxima da Unicamp. Pergunta qual foi essa contribuição
4 tão significativa que ele teve, considerando que possuem de fato educadores, pesquisadores, no
5 caso da educação, mas também de outras áreas, que são tão fundamentais. Destaca que este ano
6 estão comemorando 100 anos de Paulo Freire, que foi uma das pessoas que sofreu com a
7 ditadura militar, que teve de se exilar por conta de todas as pressões políticas e, obviamente,
8 medo também dessa repressão. E não apenas ele; Florestan Fernandes também teve de se exilar,
9 assim como Darcy Ribeiro, o próprio Anísio Teixeira, cujo caso ainda está sendo investigado
10 pela Comissão da Verdade, que não teve ainda um papel conclusivo, mas que tudo indica, pela
11 data do falecimento, pela forma como aconteceu tudo, que ele foi também uma das pessoas que
12 foi torturada e assassinada pela ditadura militar. Outro dia uma aluna sua de 14 anos perguntou:
13 “Professora, por que a gente tem que estudar história se está tudo no passado? Se a gente já não
14 vai mudar o que aconteceu?”, e respondeu para ela que estudar história é estudar o presente.
15 Quando olham o presente do país hoje, não têm dúvida nenhuma de como ele é uma
16 consequência do que não foi feito nesse período de transição entre período militar e a
17 democracia que hoje vivem. Esse governo fascista e genocida que vivem hoje não é mero acaso
18 do destino, ele se inspira diretamente no que foi a ditadura militar. E ele é consequência
19 inclusive dessa anistia que foi dada a todos os algozes da ditadura, cuja única punição que
20 tiveram foi morrer de velhice, ou seja, eles não tiveram punição, e ainda, como no caso do
21 Jarbas Passarinho, tem esse título de honraria de uma das melhores universidades do país. Então
22 não é falta de argumento, como já foi colocado aqui também por outros conselheiros, e que hoje
23 seja então esse dia em que consigam fazer o mínimo, na verdade, que é fazer essa reparação
24 histórica, fazer a revogação desse título em nome de todas essas pessoas que sofreram e que
25 ainda hoje sofrem com as consequências desse período tão drástico que viveram, para que
26 consigam dar um passo à frente na história do país, pela justiça, pela democracia real, que é o
27 que buscam. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO manifesta seu voto a
28 favor da retirada do Título de “Doutor Honoris Causa” do ex-ministro Jarbas Passarinho. Esse
29 título é ofertado para homens e mulheres que se destacaram em determinadas áreas, como artes,
30 ciências, filosofia, letras, promoção da paz e de causas humanitárias, por suas virtudes, méritos,
31 ou serviços que transcendam famílias, pessoas ou instituições. Portanto, trata-se de um título
32 concedido a pessoas que atingiram um alto nível de reconhecimento profissional e de feitos
33 significativos. Não consegue enxergar no ex-ministro nenhuma dessas qualidades. Além do
34 Título de “Honoris Causa” caçado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em abril deste
35 ano, sua biografia contempla duas medalhas internacionais, que são a Grã-Cruz da Ordem do
36 Infante Dom Henrique, e a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública de Portugal,
37 coincidentemente concedidas no período mais violento e autoritário da ditadura portuguesa do
38 Estado Novo. Em homenagem ao seu amigo professor Ademir Gebara, que foi torturado pelo
39 regime militar, deixa seu voto para se recontar a história da Unicamp retirando esse título. A
40 Conselheira ANDRÉIA GALVÃO agradece muito ao GT pelo trabalho que realizou, destaca o

1 papel das entidades representativas, a ADunicamp, o STU, a APG, o DCE, o papel das colegas
2 e dos colegas que estiveram à frente desse movimento, especialmente o professor Caio Toledo
3 e a professora Silvia Gatti, que em nome da ADunicamp encaminhou ao Consu essa proposta
4 importantíssima para a história da Universidade, uma proposta que, como as falas da professora
5 Silvia e do professor Caio bem demonstraram, foi construída cuidadosamente com a
6 participação de muitas pessoas que se engajaram em diversos momentos desse processo. O
7 dossiê é muito amplo, muito bem fundamentado, está amparado na análise de vários
8 documentos, nas atas das reuniões, na recomendação da Comissão da Verdade e Memória
9 “Octávio Ianni” da Unicamp, em pareceres da PG, em moções de congregações favoráveis à
10 revogação do título, inclusive moções do IFCH, tanto em 2014 quanto agora em 2021, em notas,
11 artigos de ex-dirigentes da Unicamp e de outras instituições, e acha importante enfatizar que
12 essa ampla rede de apoio que foi construída revela a vontade expressa da comunidade. Há
13 demonstrações de muitos colegas, abaixo-assinados muito expressivos, dos quais é signatária.
14 Portanto, a revogação tem apoio na comunidade da Unicamp e a proposta é bastante
15 representativa daquilo que a Universidade é hoje. O teor dos documentos foi bastante
16 divulgado, e vai apenas retomar alguns pontos para dialogar com alguns dos argumentos
17 presentes naquela sessão em 2014, que infelizmente não aprovou a revogação. Faz isso sabendo
18 que hoje são diferentes, o contexto histórico é outro, a composição do Consu também é outra,
19 mas acha importante destacar alguns aspectos. O primeiro em relação ao contexto da
20 homenagem que foi feita em 1973. Os documentos e depoimentos deixam claro que o título foi
21 concedido por constrangimento, por medo ou falta de alternativa em um contexto de arbítrio,
22 em um contexto político de exceção, e não por mérito do homenageado. Estar de bem com os
23 donos do poder, buscar apoio, buscar proteção, buscar eventuais aliados em quem ocupava o
24 poder foi uma forma de sobrevivência encontrada no contexto de um regime ditatorial. Não
25 estão julgando seus pares ao revogar a decisão do Conselho Diretor de 1973, não estão
26 examinando as razões ou os motivos que levaram a ela, estão discordando de uma decisão
27 tomada pela Instituição da qual fazem parte e que, como representantes e dirigentes da
28 Universidade hoje, podem e têm o direito de alterar. Então, à luz do distanciamento que o tempo
29 histórico lhes permite, dos elementos que possuem em seu conhecimento hoje, podem discordar
30 daquela decisão, podem considerá-la equivocada, sem que isso seja um desrespeito por quem a
31 tomou. E não se trata de apagar a memória ou a História, a seu ver, trata-se de mantê-la viva, e
32 a melhor forma de mantê-la viva é retificando os equívocos que as instituições das quais fazem
33 parte cometeram no passado. Essa História está documentada, isso vai ficar registrado, quer
34 dizer, todos sabem as circunstâncias em que o título foi concedido e saberão por que ele será
35 retirado. Um título concedido a um dos signatários do AI-5, que não teve nenhuma contribuição
36 para a educação, para a ciência, para as artes, para a Universidade, para a democracia, como foi
37 aqui extensamente falado. Pelo contrário, concedido a alguém que é o símbolo da ditadura, do
38 desrespeito aos direitos humanos, de tudo aquilo que fere e afronta os princípios e valores da
39 Universidade. Lembra algo que já foi mencionado aqui, que foi a cerimônia que realizaram,
40 muito emocionante, para homenagear a primeira mulher que recebeu o Título de “Doutora

1 Honoris Causa” pela Unicamp, a demógrafa Elza Berquó. Esse título foi atribuído em 2014,
2 justamente o ano em que o Conselho Universitário tomou a decisão de manter o título concedido
3 àquele que foi diretamente responsável pela aposentadoria compulsória de Elza na Faculdade
4 de Ciências da Saúde Pública da USP. Então, para que possam ser coerentes com os seus
5 princípios e valores, com as suas atitudes hoje, como essa homenagem que acaba de citar, a
6 uma de suas mais importantes cientistas, espera que sejam capazes de se posicionar de modo
7 consequente na votação que farão logo mais. Sabem que regimes de exceção e governos que
8 atacam a democracia restringem e ferem direitos sociais, direitos políticos, censuram e
9 silenciam vozes, interferem na própria possibilidade de se fazer ciência. E não podem se calar
10 ou ser coniventes com o arbítrio, precisam buscar formas de resistir e de enfrentar sempre, onde
11 e quando quer que os arbítrios tenham sido cometidos. E, por fim, sobre o argumento de que
12 isso não seria prioritário hoje, de que há outras questões mais urgentes para resolver, entende
13 que não se trata de opor as coisas, de tratar as suas lutas, suas batalhas de forma excludente.
14 Revogar esse título indevido é uma forma de lutar pela verdade, pela justiça e pela democracia
15 no presente. Têm a possibilidade de assumir essa tarefa e espera que tenham a coragem e a
16 responsabilidade que esse momento exige, votando pela revogação do título. A Conselheira
17 DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN diz que vai se manifestar muito em consonância do que
18 alguns e algumas colegas aqui já fizeram, mas não pretende se estender em detalhes sobre esse
19 ponto de pauta, uma vez que os documentos que chegaram até eles e a exposição feita pela
20 professora Silvia e pelo professor Caio, a quem também agradece muito, trouxeram
21 informações e avaliações muito detalhadas e consistentes. O dossiê que compõe a pauta é
22 resultado de um trabalho sério e dedicado do GT Unicamp Pela Democracia, ao qual agradece
23 imensamente. Deseja se deter a um aspecto ético dessa decisão que vão tomar hoje. Estão diante
24 de uma escolha. Dirige-se, portanto, principalmente àqueles que acreditam que a História é um
25 encadeamento de eventos objetivos, naturalizados e que, portanto, não podem ser revistos e
26 alterados. Os fatos históricos não são realidades objetivas, como objetos das Ciências Naturais;
27 os fatos históricos são construções históricas que implicam, muitas vezes, seletividade,
28 parcialidade e exclusão. Mesmo a fidelidade aos documentos, o que reforça a ideia de
29 objetividade da pesquisa histórica, resulta de escolhas, e tais escolhas não são aleatórias, elas
30 são orientadas por valores, valores de época e valores de classe. Da mesma forma, a
31 monumentalização de determinados eventos ou personagens históricos também expressam
32 interesses e valores que se traduzem em projetos políticos. A história, portanto, é marcada por
33 conflitos, disputas e lutas das quais saem vencedores e vencidos. E são os vencedores que
34 escrevem, que se definem como história oficial. Por essa razão, temos o compromisso ético de
35 olhar para o passado com perspectiva crítica. Se naquele 30 de novembro de 1973 o Conselho
36 Diretor da Unicamp, em reunião fechada, como também já foi ressaltado, optou por conceder
37 o título honorífico a um protagonista do regime ditatorial implantado no Brasil em 1964,
38 signatário do Ato Institucional Nº 5, que intensificou a repressão política com prisões, práticas
39 de tortura e assassinatos, por opção que supostamente tinha como objetivo manter boas relações
40 com aquele governo, visando, de uma certa forma, preservar a Universidade, hoje mais do que

1 nunca possuem o direito e responsabilidade, como a professora Andréia muito bem ressaltou,
2 de criticar e rever este ato. As atuais condições políticas do país, em que o governo ameaça e
3 ataca constantemente a democracia, fornecem razões mais que suficientes para empreenderem
4 uma reflexão crítica àquele episódio e, em um ato de reparação, aprovarem a revogação da
5 concessão do Título de “Doutor Honoris Causa” ao coronel Jarbas Passarinho. Encerra
6 lembrando uma frase do filósofo alemão Walter Benjamin, em seu livro “Tese Sobre Filosofia
7 da História”, em um texto de 1940: “Se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo
8 dele, e esse inimigo ainda não parou de vencer”. Devem ficar atentos. O Conselheiro RENÊ
9 JOSÉ TRENTIN SILVEIRA cumprimenta e agradece aos colegas que participaram do GT e
10 produziram todo esse material a que agora tiveram acesso. Cumprimenta de modo especial o
11 professor Caio Toledo, que foi o incansável defensor desta pauta e que não os deixou, em
12 momento nenhum, esquecer da relevância dela. Agradece também à gestão do professor
13 Antonio José e todos da Reitoria, por terem esta oportunidade histórica de pautar neste Consu
14 novamente esse tema. Muitas razões já foram colocadas aqui, e lembra que a Faculdade de
15 Educação já se manifestou formalmente, por duas vezes, a favor da revogação do Título de
16 “Doutor Honoris Causa” do coronel Passarinho, a primeira foi em abril de 2014, quando a
17 congregação aprovou uma moção de repúdio a essa homenagem, e que depois chegou a este
18 Conselho e foi lida pelo professor Luiz Carlos de Freitas, então diretor da Faculdade. E a
19 segunda foi em março deste ano, quando a mesma congregação reiterou a posição anterior e a
20 Faculdade então passou a ser signatária do abaixo-assinado que novamente reivindica a
21 revogação desse título. As razões não faltam, como já viram aqui sobejamente, e os argumentos
22 apresentados são tão fortes e consistentes que a manutenção desse título chega a ser quase uma
23 ilegalidade, além de uma questão também moral e política que a envolve. Então, para não ser
24 muito repetitivo, vai trazer aqui alguns elementos que talvez os ajudem nesta decisão. Lembra,
25 em primeiro lugar, que o coronel Passarinho defendia abertamente, tanto em discursos, quanto
26 em artigos na imprensa, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, oficialmente reconhecido
27 como torturador. Um exemplo disso é o artigo intitulado “A tortura e o terrorismo”, que Jarbas
28 Passarinho publicou na “Folha de S.Paulo” em 28 de novembro de 2006. Nesse artigo, ele dizia:
29 “Acusam de apologista da tortura quem defende difamados”, o difamado no caso era o coronel
30 Ustra, defendido por Passarinho. Sobre o coronel Ustra, o Projeto Brasil Nunca Mais estimou
31 em mais de 40 os opositores mortos no DOI-Code paulista na gestão dele, além de mais de 500
32 denúncias de tortura. Aliás, outro admirador confesso e entusiasta do coronel Ustra é o
33 presidente Jair Bolsonaro. Em resposta a esse artigo do coronel Passarinho, Edson Luiz de
34 Almeida Teles, filho de Maria Amélia de Almeida Teles, a Amelinha, e César Augusto Teles,
35 o casal de militantes do PCdoB, e um dos autores, o Edson, do processo da família Teles contra
36 o coronel Ustra, escreveu no Painel do Leitor da Folha de São Paulo: “O artigo de Jarbas
37 Passarinho obriga-me a prestar um testemunho de infância. Sou ‘obrigado’, o que o faço com
38 pesar, pois não me é fácil expor esses sentimentos. Fui preso aos 4 anos de idade em minha
39 casa, assistia ao Vila Sésamo, programa infantil na TV, e fui interrompido pelos agentes do
40 senhor Ustra, diga-se, do DOI-Codi, que invadiram nossa casa com suas metralhadoras e

1 palavras ofensivas. Estávamos eu, minha irmã de 5 anos e minha tia, grávida de 7 meses.
2 Colocaram-nos no camburão e nos levaram ao ‘escritório’ desse cidadão que hoje dá-se a
3 escrever livros, falseando sobre parte das mais horríveis da história do Brasil. Já dentro do DOI-
4 Codi fui levado a um lugar onde pude ver meus pais, já torturados. Por uma janelinha, a voz
5 materna que meus ouvidos estavam acostumados a escutar me chamava, porém quando eu
6 olhava, não podia reconhecer aquele rosto, verde-arroxeadado pelas torturas que o oficial do
7 exército coronel Carlos Alberto Brillante Ustra havia infringido à minha mãe. Era ela, mas eu
8 não a reconhecia. Essa cena eu não esqueço, não porque arquitetei uma vingança imaginária
9 contra o coronel Ustra, ela não é uma informação da qual disponho, mas uma marca que talvez
10 só por meio da terapia do meu testemunho público possa acalmar, deslocar para espaços
11 periféricos da minha memória. Reitero minha confiança na justiça de conquista de uma
12 reparação histórica e moral. Prefiro, como fez José Carlos Dias, o testemunho que vale à
13 memória, pelo direito à verdade.” O título de “Doutor Honoris Causa” foi concedido ao coronel
14 Passarinho em 1973. No país, naquele momento, ocorriam prisões ilegais, repressão, demissões
15 ou aposentadorias compulsórias nas universidades, tortura, morte. Um desses mortos foi Carlos
16 Nicolau Danielle, outro líder do PCdoB preso em São Paulo no dia 28 de dezembro de 1972. A
17 primeira denúncia dessa morte foi feita pela professora Maria Amélia de Almeida Telles, a
18 Amelinha, à época com 28 anos, e na auditoria de São Paulo, também em 1973, enquanto a
19 Unicamp concedia esse título ao coronel Passarinho, ela diz o seguinte: “que foram conduzidos
20 para o OBAN, Operação Bandeirantes, todos os três”, ou seja, Carlos Nicolau Danielle, ela e
21 seu marido foram encaminhados para três salas de tortura diferentes, sendo que pediu a eles que
22 não torturassem seu marido, pois estava tuberculoso, acabara de sair de um sanatório e era
23 diabético. Que seu marido quando foi preso portava um cartão de diabético e uma receita. Que
24 seu marido chegou a ficar em estado de coma e só então recebeu insulina, porque senão morreria
25 naquela hora. Que seu marido desmaiou, em estado de coma, eles a chamaram para vê-lo. Que
26 Carlos Danielle foi torturadíssimo durante três dias, pois a interroganda ouvia seus gritos, até
27 que ele faleceu. Que eles mostraram para a interroganda um jornal noticiando a morte de Carlos
28 Nicolau Danielle, descrevendo que ele teria sido morto em um tiroteio, exatamente como a
29 história da morte que teriam a depoente e seu marido. Que Carlos Danielle era pai de três filhos.
30 Nem as crianças foram poupadas pelo regime militar. A camponesa Maria José de Souza
31 Barros, ao depor como testemunha informante na Justiça Militar do Ceará, contou também em
32 1973 o seguinte: “Levaram seu filho para o mato, judiaram com o mesmo, com a finalidade de
33 dar conta do seu marido. Que o menino se chama Francisco de Souza Barros, e tem a idade de
34 9 anos. Que a polícia levou o menino às 5h da tarde e somente voltou com ele às 2h da
35 madrugada, mais ou menos.” E a professora Maria Madalena Prata Soares, esposa do estudante
36 José Carlos Novaes da Mata Machado, morto pelos órgãos de segurança, também relatou no
37 Conselho de Auditoria Militar de Minas Gerais, também em 1973, foi presa no dia 21.10.73
38 juntamente com seu filho menor, Eduardo, de 4 anos de idade. Que o motivo da prisão era que
39 a interroganda desse o paradeiro do seu esposo, que durante três dias em Belo Horizonte foi
40 pressionada para dizer onde estava José Carlos, da seguinte maneira: que, se não falasse, seu

1 filho seria jogado do segundo andar, e isso durou três dias. Que na última noite que seu filho
2 passou consigo, já estava bastante traumatizado, pois ele não conseguia entender por que estava
3 preso e pedia para ela, a interroganda, para não dormir, para ver a hora que o soldado viria
4 buscá-los. Ele não consegue entender o motivo do desaparecimento meu e de José Carlos. Que
5 o menino está traumatizado, com sentimento de abandono”. Sabem muito bem que esses são
6 apenas alguns exemplos das atrocidades cometidas pela ditadura com aquiescência do coronel
7 Passarinho. Revogar seu Título de “Doutor Honoris Causa” é a forma como a Unicamp pode
8 contribuir para a reparação reclamada por tantas famílias de pessoas torturadas, exiladas,
9 desaparecidas e assassinadas por aquele regime de exceção. Não há dúvida de que a manutenção
10 do Título de “Doutor Honoris Causa” ao coronel Passarinho contradiz a trajetória acadêmica
11 científica, intelectual da Universidade Estadual de Campinas, que vem se notabilizando pela
12 defesa da vida humana, da liberdade, da democracia, da diversidade étnico, cultural e racial,
13 dos direitos humanos para todas as pessoas. E no contexto atual, diante dos arroubos autoritários
14 do governo federal, sobretudo do presidente da República, que enaltece a ditadura e a tortura,
15 zomba da democracia, despreza a ciência e a universidade, ataca os direitos humanos,
16 menospreza a vida, especialmente a das minorias e dos pobres, e ainda anseia por um novo
17 golpe de estado e conspira para que isso ocorra; nesse contexto tenebroso em que se encontram,
18 a revogação do Título de “Doutor Honoris Causa” concedido de modo infeliz pela Unicamp a
19 um defensor de tudo isso que hoje os ameaça novamente é um ato de coragem, de resistência,
20 de afirmação do compromisso da Unicamp com a verdade, com a liberdade e com a democracia.
21 Esse gesto terá também uma importante dimensão educativa para a sociedade como um todo,
22 mostrando claramente o que foram aqueles anos de chumbo, os crimes cometidos, os
23 responsáveis por esses crimes e a necessidade de que seja feita justiça. E ainda, com esse gesto,
24 a Unicamp se junta às vozes progressistas deste país para gritar em alto e bom som: “Ditadura
25 nunca mais! Tortura nunca mais!”. A Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS diz
26 que tinha preparado uma fala, mas confessa que ficou um tanto emocionada com o que acabou
27 de ouvir; lembrou-se de quando tinha cerca de 16 anos e um carro de polícia parou na frente da
28 casa da sua avó e a viu entrar em pânico. Não ia falar nada disso aqui hoje, mas o pânico da sua
29 avó é da memória que ela tem das muitas vezes que pararam na frente da casa dela para buscar
30 o seu avô, e mesmo depois da redemocratização ela ainda sente pânico quando um carro de
31 polícia para na frente da casa dela. Essas histórias dizem muito sobre os motivos pelos quais
32 revogar o título do coronel Jarbas Passarinho, que nada fez por merecer para ter a mais alta
33 honraria concedida pela Universidade. Parabeniza os membros do GT, acha que a
34 documentação reunida não deixa dúvidas sobre a necessidade de revogação, mas acrescenta um
35 ponto que considera absolutamente fundamental. Como já falaram os conselheiros Matheus
36 Albino e Andréia Galvão, não cabe a eles questionar ou julgar os motivos que levaram a
37 concessão do título à época, era um período excepcional, de forte pressão sobre as universidades
38 e sobre a Unicamp, como o professor João Frederico apontou em sua fala, mas cabe a eles
39 entenderem que se as razões políticas da época impuseram a decisão, agora sob um regime
40 democrático precisam pensar no processo de reparação. A transição pactuada para a democracia

1 no Brasil teve como consequência a não instituição de pronto de uma comissão da verdade, não
2 permitiu que o país reparasse os crimes cometidos durante o regime, que esclarecesse os
3 milhares de desaparecimentos dando paz para as famílias que sofreram enormemente durante
4 esse período, não permitiu que se apontassem culpados pelos assassinatos e por outros tantos
5 crimes cometidos durante o período. Até hoje, essas violações não receberam punição, nenhuma
6 punição, e muitas delas seguem sem esclarecimento, o que tem uma consequência muito grave.
7 A falta de uma justiça de transição e de uma política de reparação de crimes cometidos durante
8 regimes de exceção, e a Ciência Política mostra isso, têm enormes consequências, tanto no
9 contínuo desrespeito aos direitos humanos, que acontece no Brasil e em outros países que não
10 tiveram esse tipo de política, como também nas possibilidades ou nas permissões de apologia
11 ao regime militar e dos próprios torturadores. A falta de justiça de transição os coloca em um
12 *looping* infinito que não permite ao país se livrar de maneira definitiva do fantasma do
13 autoritarismo que assombra o Brasil, que vem assombrando o Brasil e que continua a assombrar
14 o Brasil. A revogação do título é um pequeno gesto simbólico, mas é o gesto que está à
15 disposição dos membros do Conselho Universitário na defesa de uma política de reparação e
16 no repúdio a todas as formas de ação não democráticas. Sente muito orgulho de estar presente
17 nesta Sessão e espera que o resultado dela seja revogação do título; vai ficar bastante honrada
18 de participar desse processo histórico em que a Unicamp declara publicamente o repúdio aos
19 regimes autoritários. O Conselheiro LUIZ CARLOS DIAS cumprimenta, em nome da
20 professora Maria Silvia Gatti, todos os colegas do GT, que foi composto por docentes, por
21 representantes do STU, do DCE, da APG, da ADunicamp. Em nome do professor Caio Toledo,
22 cumprimenta também todos os membros dessa fantástica Comissão da Verdade e Memória
23 “Octávio Ianni” da Unicamp. Para todos aqueles que dizem que possuem coisas mais
24 importantes para discutir e resolver hoje, diz que este tema é muitíssimo importante, é a
25 reparação da verdade, é a defesa dos direitos humanos, a defesa da democracia. As comissões
26 da verdade pelo Brasil inteiro mostraram que esse coronel foi um dos líderes do golpe de 64,
27 ele assinou o AI-5. Enquanto ministro, ele teve uma atuação política absolutamente nefasta para
28 a educação brasileira, para a cultura. Ele puniu estudantes, desmantelou o ensino público,
29 perseguiu servidores, docentes, obrigou várias pessoas, vários colegas a sair do país durante os
30 anos de chumbo, aqueles anos negros pós-68. Mesmo após a democratização do Brasil, ele
31 continua justificando todo terror do estado que foi representado pela ditadura militar, que durou
32 desde 1964, ano em que nasceu, até 1985. A Comissão Nacional da Verdade, como já foi
33 colocado aqui por vários colegas, recomenda que todos os órgãos públicos do país revoguem
34 as homenagens prestadas a servidores da ditadura militar. Segundo o artigo 158 do Estatuto da
35 Unicamp, essa honraria deve ser destinada apenas a pessoas que contribuíram para o progresso
36 das ciências, das letras e das artes, ou que tenham beneficiado de forma excepcional a
37 humanidade. A honraria concedida a esse senhor não atende, de forma alguma, aos requisitos
38 para concessão do título. Hoje é só sobre esse coronel e o seu merecimento, nada além disso.
39 Então hoje essa data, 28 de setembro, é um dia que vai entrar para a história da Unicamp, tem
40 certeza, como o dia que vão revogar o Título de “Doutor Honoris Causa” concedido ao coronel

1 Jarbas Passarinho em novembro de 1973, em plena vigência do AI-5. Vão fazer essa reparação
2 histórica hoje, de certa forma até como um pedido de desculpas a todas, a todos que
3 desapareceram e que lutaram para que pudessem estar aqui hoje. Esta Sessão histórica está
4 sendo transmitida, tem milhares de pessoas acompanhando. Imagina que essa votação será
5 aberta, nominal, e cada conselheiro aqui presente vai deixar registrado esse voto para a História.
6 Hoje não é dia de se abster. Abstenções hoje são votos contra a revogação, votos contra a
7 democracia. Já possuem o exemplo da UFRJ, que completou um século de excelência, e que já
8 se posicionou favorável à revogação. A Filha de Minerva deu um enorme recado contra o
9 autoritarismo, e tem certeza de que farão o mesmo hoje, que o resultado de hoje vai mostrar
10 que essa batalha pela sobrevivência da democracia brasileira não está perdida. Pede que o atual
11 Consu tenha coragem de reconhecer e de reparar esse equívoco que foi cometido há 48 anos.
12 Fica muito feliz de afirmar aqui que vai votar pela democracia, pela defesa absolutamente
13 intransigente dos direitos humanos, vai apoiar a revogação do Título de “Doutor Honoris
14 Causa” do coronel Jarbas Passarinho. A Conselheira AMANDA CARVALHO MAIA reforça
15 a fala dos colegas sobre a importância simbólica da revogação do título concedido pela
16 Unicamp ao ex-ministro de Educação do Médici, Jarbas Passarinho, ainda no período da
17 ditadura militar. Cabe ressaltar aqui a sua atuação na articulação do Golpe de 64 e dos atos de
18 supressão de direitos civis e de repressão aos movimentos sociais, sendo inaceitável que a
19 Unicamp continue titulando uma das figuras responsáveis por inúmeras mortes e
20 desaparecimentos em um dos episódios mais obscuros da história brasileira. Neste momento, é
21 importante coragem, em uma ação que servirá como ato de reparação histórica à memória das
22 vítimas da ditadura militar, e também para reforçar a responsabilidade da Universidade com o
23 fazer ciência, com a pesquisa e com a liberdade de expressão. Além disso, representa muito
24 nesse período atual de ameaça à democracia e apologia à tortura. O Conselheiro ADILTON
25 DORIVAL LEITE diz que todos conhecem muito bem a história do coronel Jarbas Passarinho
26 e de como se deu a concessão do título dele. Sua intervenção é só no sentido de declarar seu
27 voto. Estava na Sessão do Consu em 2014 em que, por diferença de 01 voto, a Unicamp manteve
28 a honraria ao coronel Jarbas Passarinho. Na época, votou favoravelmente à cassação. Vários
29 lembraram que o Jarbas foi signatário do AI-5, que radicalizou bastante a ditadura, e para ele é
30 motivo suficiente para votar favorável novamente para revogar o título dele. O Conselheiro
31 FRANCISCO HIDEO AOKI diz que falar sobre esse assunto traz lembranças muito
32 complicadas. Lembra que em uma das greves de residência médica que fizeram, reivindicando
33 alguns assuntos, inclusive a criação dos hemocentros aqui na Unicamp, tiveram a visita de um
34 indivíduo sorrateiramente que se achegou perguntando se eram os dirigentes daquela “bagunça”
35 que estaria ocorrendo ali. Perguntaram quem ele era, ninguém nunca o tinha visto, e tiveram a
36 nítida impressão de que era de algum órgão repressor. Certamente foi algo muito mais leve do
37 que muitos que foram torturados, sofreram, e os reflexos são violentos até o dia de hoje. Falando
38 sobre honrarias, é bom lembrar que se trata de um comportamento humano, que leva alguém a
39 ter uma conduta bastante proba, virtuosa, corajosa e que permite gozar de bom conceito junto
40 à sociedade. Uma pessoa que se distingue, então, como todos já disseram, por seus dotes

1 intelectuais, artísticos, morais, pessoais. Portanto, esse título tem a ver com honra, com
2 honradez, com sentimento de dignidade, de ótima reputação e que seja irrefutável. Mas existe
3 justiça e justiça em uma concessão de título, como é do conhecimento de todos, a pessoa
4 geralmente não se candidata ao recebimento dessa honraria, e sim elas são concedidas pela
5 instituição. Pessoalmente acha muito estranho que alguém se candidate ao recebimento de
6 qualquer prêmio que seja, mas essa é uma posição muito pessoal. E como dizia o célebre
7 Groucho Marx: “não entro para clubes que me aceitam como sócio”; ele era um comediante,
8 mas isso os faz pensar. No caso em pauta, a honraria foi concedida e o indivíduo em questão
9 nem se inscreveu para entrar nesse seletíssimo clube. Concessão esta que foi e é uma mentira,
10 gerada pela ditadura militar, que tem reflexos nos dias de hoje e altamente ativa. Muitas pessoas
11 eminentes, também merecedoras desse título no mundo inteiro, dentre os mais de 7,5 bilhões
12 de pessoas, são impedidas por terceiros de exercer a sua plenitude de existência, bem como da
13 demonstração de tantos e tantos benefícios trazem à humanidade, por tiranos, déspotas, dentre
14 vários outros. O título “Doutor Honoris Causa” é geralmente concedido a pessoas muito
15 importantes, não obrigatoriamente com titulações acadêmicas, mas que sejam destaques, como
16 muitos afirmaram, em determinada área do conhecimento humano, ciências, letras, artes,
17 filosofia, e que promovam ações para a paz, para causas humanitárias, defesa da natureza, do
18 planeta, entre muitas outras situações. Recebedores desse título são pessoas virtuosas, que têm
19 mérito, transcendendo as pessoas, famílias, instituições, governos, mas que atingiram alto grau
20 de reconhecimento público por sua obra e atividades, tendo feitos significativos para com a
21 sociedade de modo geral, com ou sem título acadêmico. De fato, devem ter prestado relevantes
22 serviços à sociedade, especialmente os que estão no poder, dada a enorme responsabilidade
23 sobre as populações. Educadores, políticos, escritores, artistas, cientistas, músicos,
24 apresentadores, esportistas, todas as pessoas da sociedade têm potencialidade de receber este
25 incrível título honorífico. Essa análise acerca do “Doutor HC” parece que os conecta com as
26 discretas análises e observações que fez anteriormente, relacionadas a momentos complexos
27 vividos por este país, sua ainda frágil democracia. Ao longo do tempo, muitos personagens
28 brasileiros, por tentativas não raras de sobrevidas institucionais, de muitas pessoas físicas e
29 jurídicas, podem ter tido de tomar a ação que foi tomada. Honra, como ética, não é qualificativa
30 e passível de nuances. Ou tem, ou existe, ou não tem e não existe. Não existe relativismo. Mas,
31 aos olhos contemporâneos, creio, não se justificam, motivo pelo qual é favorável ao pleito pela
32 Associação de Docentes da Unicamp, proposto entre todo o grupo que estudou intensamente
33 essa questão, e os representantes da sociedade fazendo coro com a solicitação de retirada desse
34 título honorífico, à qual é completamente favorável. O Conselheiro LUIZ CARLOS
35 ZEFERINO diz que considera extremamente importante se manifestar sobre esse assunto, e
36 destaca a fala da professora Andréia Galvão quando ela faz uma breve análise do contexto de
37 1973. O Título de “Doutor Honoris Causa” foi atribuído ao tenente coronel Jarbas Passarinho
38 em um momento de exceção, e é muito importante considerar que não querem que esse
39 momento esteja presente em suas vidas. É muito importante a Universidade rever a concessão
40 desse título. Retirar um título é mais impactante do que atribuir o título, mas o documento

1 preparado e apresentado é consistente, claro, objetivo e dá base suficiente para uma análise
2 absolutamente sólida, além de todos os fatos relatados aqui pelos conselheiros para se
3 posicionar favorável à revogação do título. A Conselheira CRISTIANE MARIA MEGID saúda
4 a ADunicamp e o GT, que trouxeram documentos muito precisos, muito objetivos, como
5 acabou de falar o professor Zeferino. Reitera também as considerações todas que foram feitas
6 nessas falas que ouviram aqui no sentido de registrar a discrepância entre a biografia do coronel
7 Jarbas Passarinho e o que prevê o Estatuto da Unicamp na concessão de uma honraria como a
8 de “Doutor Honoris Causa”. Aqueles votos contrários à revogação, em 2014, acabaram por
9 conceder naquele momento uma vez mais a honraria a um membro da ditadura militar. As
10 muitas abstenções também em 2014 podem ser entendidas como um silêncio, como uma
11 impossibilidade daqueles conselheiros e conselheiras em decidir diante do tópico, mas
12 inevitavelmente essa abstenção também é investida de sentidos, em apoio a esse momento
13 sombrio da história, que querem aqui fazer memória para que nunca mais se repita. Pergunta-
14 se quais motivos poderiam levá-los a uma manifestação de apoio hoje a esse título diante de um
15 documento apresentado pelo GT tão completo, tão denso, tão representativo da comunidade.
16 Hoje, em condição tão diferente daquela que vivia aquele Conselho Diretor em 1973, pergunta
17 que condições os levariam a mais uma vez apoiar propósitos tão diferentes da universidade
18 pública, democrática, socialmente referenciada, tópicos que repetem muitas vezes nas suas falas
19 neste Conselho. Pergunta também que referência social querem construir hoje. Já sabem que a
20 concessão do título é cercada de silêncios, assim como as ações políticas da própria ditadura
21 vivida no Brasil têm no silêncio uma condição para a sua ação. As comissões da verdade, os
22 relatórios que lhes foram apresentados têm um papel fundamental de registrar em palavras o
23 que estava silenciado, de trazer para a leitura e para o conhecimento o que foi silenciado. O
24 título que foi conferido para o Jarbas Passarinho e parte da sua história de apoio à ditadura são
25 conhecidos por todos. Mas pergunta quantas histórias, por outro lado, foram silenciadas
26 naqueles anos de Unicamp, quantas histórias foram silenciadas pela ação de um coronel que
27 registra na reunião sobre o AI-5 “às favas com os escrúpulos”. Essas comissões da verdade
28 estão trazendo ao conhecimento parte de tantas histórias silenciadas, e pedem a revisão de
29 honrarias concedidas em contexto de autoritarismo, de violência, de tortura, portanto entende
30 que é pela revogação que precisam aqui votar. Não pode ser o silêncio e a convivência
31 chanceladores dessas histórias rememoradas pelos colegas que aqui a antecederam, em especial
32 na fala do professor Renê, mas muitos outros retomaram essas histórias. O voto aqui hoje não
33 pode ser um chancelador de um período que não querem que se repita. O voto em concordância
34 à revogação é uma ação de crítica, uma ação de autocrítica, embasada em um debate
35 qualificado, que elucida erros históricos, que tira esses erros do silêncio, que atribui reflexão
36 crítica a esses erros, para reconhecer o erro e refazer a sua conduta. Esse movimento de revisar,
37 movimento da autocrítica, é um movimento científico, é um movimento pedagógico. É por esse
38 fazer científico que precisa primar a universidade pública, democrática e socialmente
39 referenciada, como querem que seja a Unicamp. A revisão do passado para que possam
40 perseguir uma conduta ética e humana na base da ação da universidade, é nesse propósito que

1 manifesta o seu apoio ao item da pauta, saudando todos os colegas que trabalharam pela
2 construção desse dossiê. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO cumprimenta
3 especialmente a professora Silvia e o professor Caio, que retomou essa questão para a
4 Universidade, depois que a votação de 2014 havia chancelado mais uma vez o título ao Jarbas
5 Passarinho. Pediu a palavra para expressar o apoio à retirada desse título. Muita coisa já foi
6 dita, mas acrescenta que revogar esse título não significa revogar a história da Unicamp, que
7 está registrada nas atas, esse registro não se apaga, tampouco se apagará o ato que concedeu
8 essa honraria indevida. Isso fez parte da construção institucional da Universidade, e revogar
9 esse título é continuar a construí-la de forma digna. O que possuem na mesa para deliberar hoje
10 é o desafio de posicionar a Instituição em relação ao passado nocivo e criminoso do país, que
11 teve uma ditadura violenta por mais de 20 anos, que aceitou uma anistia ampla que beneficiou
12 os agentes daquela ditadura, e negociou uma transição que não procedeu à realização de uma
13 justiça transicional, tal como fizeram vários países vizinhos. Ao contrário, a Constituição de
14 1988, se por um lado foi ampla e democrática na definição de direitos, manteve, por outro lado,
15 as prerrogativas das forças armadas, garantindo a sua autonomia presente já na carta
16 constitucional de 1967, promulgada pela ditadura militar. Os desafios frente aos equívocos da
17 transição para a democracia não são poucos. As falhas do processo de construção democrática
18 são visíveis e são muitos os exemplos hoje de que a democracia brasileira é um terreno aberto
19 aos seus inimigos. Dessa forma, entende que a afirmação das referências e das convicções de
20 como a democracia precisa funcionar são parte das tarefas deste Conselho para a comunidade
21 interna, para a comunidade acadêmica mais ampla e para a sociedade brasileira. É dever desta
22 Universidade no âmbito das suas ações afirmar a sua postura frente aos valores democráticos,
23 condição *sine qua non* para o desenvolvimento do país. Cabe à Unicamp afirmar hoje o que ela
24 entende por contribuir de maneira notável para o progresso das ciências, letras e artes, e o que
25 ela entende por beneficiar de forma excepcional a humanidade, pontos que constam dos seus
26 Estatutos para concessão do título de professor emérito. A Conselheira MARISA MASUMI
27 BEPPU diz que tem muito pouco a agregar depois de tantos textos bem elaborados, ensaiados
28 e lidos aqui, colocados pelos que a antecederam. Foram 48 anos, um tempo bastante grande
29 para que a Instituição pudesse refletir da maneira adequada e ter o seu tempo correto para fazer
30 o que tem de ser feito. Especificamente foi muito contemplada na fala do professor Hashimoto,
31 e também coloca aqui sua posição favorável à revogação do título em cima do que já, por várias
32 vezes, manifestou no Conselho Universitário: por princípio, a defesa inconstitucional do uso
33 dos meios democráticos, do não uso de violência, ou qualquer forma de opressão, intolerância,
34 que possa haver no meio que os cerca. Então acha que esse é um recado realmente importante.
35 A representação docente se coloca nessa posição, acolhe todos os relatos, pois não podem
36 minimizar nenhum sofrimento daquele momento bem difícil da história, nem minimizar as
37 dificuldades que os dirigentes e a Universidade à época devem ter passado. Acha que a História
38 serve para que possam refletir sobre o presente, o futuro, e em grau muito menor ainda sofrem
39 em seu meio formas talvez um pouco mais camufladas de situações que não os permitem
40 essencialmente utilizar da livre manifestação. Então, precisam estar muito atentos ao momento

1 atual também, à preservação da Universidade como instituição que defende valores e princípios,
2 e acha que nesse sentido estão todos em uma convergência bastante boa aqui para que possam
3 trazer um futuro cada vez melhor, não só para a Unicamp, mas para o país. A Conselheira
4 GABRIELA BARROS GONÇALVES diz que todas as falas a contemplaram; ressalta as
5 questões históricas que justificam por que a retirada do título é muito importante, e aponta que
6 foi um trabalho muito importante feito pelo GT, impulsionado pelo pedido da ADunicamp,
7 então saúda o GT e a ADunicamp pelo trabalho excelente. Destaca a questão do silêncio.
8 Quando silenciam diante de uma situação, não se manifestam, de certa forma estão
9 compactuando com essa situação. E hoje o momento aqui é muito contrário a esse movimento
10 de compactuar com a situação, é um momento de se posicionar contra e dar um basta para essa
11 situação de opressão, posta não só no ambiente universitário na época em que foi concedido o
12 título ao coronel Jarbas Passarinho, mas perpetuando seu histórico enquanto Universidade,
13 como foi posto aqui em uma fala anterior. Tudo vai ficando registrado nas atas, e tinham ainda
14 no histórico da Universidade esse título concedido a um homem que se posicionou claramente
15 contra a democracia. Isso em um tempo estranho, sombrio, e apesar de muito diferente, muito
16 pior, não dá pra comparar o período da ditadura com o que estão vivendo hoje, mas também
17 estão em um tempo bastante sombrio politicamente falando, moralmente falando, têm um
18 presidente teoricamente eleito em um processo democrático, coloca “teoricamente” porque ele
19 mesmo questiona esse processo, um presidente que faz coro com as atitudes da época da
20 ditadura, que saúda ditadores. Então acredita que seja o momento de se posicionar, de não se
21 calar. Quem não tiver oportunidade aqui, por algum outro motivo, timidez, ou tempo de reunião,
22 não foi ligar a câmera, não for ligar o microfone, não deixe de se manifestar pela retirada do
23 título do coronel Jarbas Passarinho. Essa é uma questão que fala muito sobre o que estão
24 escrevendo para o futuro da Universidade; já que não podem apagar o passado, podem hoje se
25 posicionar, não se calar, colocar bem claro que não vão deixar passar qualquer atitude de
26 apoiadores da ditadura, nem no passado, nem no presente e muito menos do futuro, e que esta
27 Universidade, aqui representada por todos os conselheiros, defende a democracia. Posiciona-se
28 favoravelmente à retirada do título do coronel Jarbas Passarinho, e contrariamente a qualquer
29 atitude antidemocrática, seja no ambiente da Universidade, ou no ambiente nacional. O
30 Conselheiro JEFFERSON CANO diz que não teria muito a acrescentar à fala de todos os
31 colegas que o precederam aqui, mas vai trazer a manifestação da congregação do IEL, que em
32 maio de 2014 votou uma moção favorável à cassação do título de Jarbas Passarinho, e em maio
33 deste ano votou uma nova moção ratificando a decisão de 2014: “Considerando que se tornaram
34 cada vez mais recorrentes as agressões ao estado democrático de direito e às suas instituições,
35 a falsificação da verdade histórica sobre um período tão nefasto como foi a ditadura implantada
36 pelo golpe de 1º de abril de 1964, e a naturalização da violência verbal, simbólica e física por
37 parte dos agentes do poder do estado, o Instituto de Estudos da Linguagem ratifica a decisão
38 tomada por seus representantes há sete anos, reafirma a sua defesa intransigente dos valores
39 democráticos e repudia qualquer compromisso, concessão ou homenagem a responsáveis por
40 um regime que desrespeitou a universidade pública e os direitos humanos”. Além disso, destaca

1 que não se trata, de maneira nenhuma, no seu ponto de vista, de julgar a decisão daqueles que
2 os antecederam, seja em 1973, seja em 2014. A ata do Conselho Diretor a que tiveram acesso
3 é muito significativa na fala do Reitor Zeferino Vaz quando ele nega que agisse por gratidão ao
4 ministro Jarbas Passarinho, “porque este homem nunca faltou com seu apoio claro, nítido e
5 decisivo, afirmando a legalidade da posição do Reitor da Unicamp perante as leis vigentes, em
6 momentos que certos Conselheiros do Conselho Federal de Educação punham em dúvida ou
7 pretendiam que a situação do Reitor fosse ilegal”. Considera que a concessão desse título se
8 deu em uma situação de constrangimento para a Reitoria da época. Não se trata hoje de julgar
9 esse ato, assim como acredita que em 2014 o Conselho Universitário e todos viviam uma frágil
10 ilusão de que era possível não remexer esse passado e evitar uma polarização, que os está
11 estrangulando já faz anos. Neste momento, pede o voto de todos os colegas a favor da
12 revogação. Não como um julgamento, porque revisar os atos daqueles que os antecederam não
13 julga as suas decisões, mas como uma forma de firmar um compromisso com o presente e com
14 o futuro da democracia. Isso é da maior importância, e é essa a decisão que estão tomando hoje.
15 O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que até o presente momento
16 todas as pessoas já falaram a maioria das coisas que poderiam ser ditas a respeito do assunto.
17 Cumprimenta a professora Silvia Gatti e o professor Caio Navarro pelo trabalho, à professora
18 Silvia por apresentar a proposta, ao professor Caio pelo GT que deu origem a essa proposta que
19 veio com uma documentação muito robusta, e que realmente permite a tomada de uma decisão
20 que é adequada, no seu entender. Ontem à noite estava olhando a lista de doutores “Honoris
21 Causa” da Universidade e não possuem nenhuma dúvida a respeito de todos os nomes que ali
22 constam, com exceção, é óbvio, do coronel Jarbas Passarinho. Em todos os casos, são cientistas,
23 escritores, pessoas que fizeram contribuições remarcáveis ao país. Dois nomes lhe chamaram a
24 atenção: Dom Evaristo Arns e Dom Pedro Maria Casaldáliga, pessoas que se dedicaram
25 intensamente à luta pelos direitos humanos e que estiveram intensamente envolvidos em todas
26 as manifestações contra a ditadura. Então, realmente, esses dois nomes não podem conviver
27 com a presença do coronel Jarbas Passarinho, que vai no sentido contrário, uma pessoa que
28 durante todo o tempo da ditadura deixou muito claro o seu posicionamento, e esteve presente
29 nos momentos mais sombrios da história do país. Uma universidade como a Unicamp, com a
30 sua tradição democrática, não pode permitir que o nome do Jarbas Passarinho continue no meio
31 dessas pessoas que representam e honram enormemente o país. Manifesta seu voto favorável
32 pela revogação do Título de “Doutor Honoris Causa” dado ao Jarbas Passarinho. Esse título foi
33 concedido em um momento bem diferente, muitos colegas já falaram sobre isso, e agora é o
34 momento de fazer o reparo. Junta-se ao professor Jefferson e à senhora Gabriela, que falaram
35 antes dele, e exorta todos os colegas para se manifestar favoravelmente à revogação desse título.
36 A Conselheira MILENA TIBÚRCIO CICONE diz que está bastante emocionada com as falas,
37 que colocam muito bem a importância dessa discussão. Agradece ao GT pelo trabalho, não só
38 por ter formulado e colocado em discussão esse tema, mas também por ter elaborado essa
39 contribuição que com certeza vai ter um impacto muito importante na Universidade. Nas
40 reuniões do Conselho, conversam, discutem diversos temas, discordam, mas se há algo que os

1 une enquanto conselheiros é a defesa da democracia, porque ela permite que venham aqui, que
2 façam a votação, que reúnam em um órgão colegiado os três segmentos da Universidade. E não
3 existe defesa da democracia em uma universidade que homenageia o coronel Jarbas Passarinho.
4 Tiveram, como algumas pessoas já mencionaram, um processo de transição democrática que
5 não deu conta de fechar os períodos da ditadura, não houve uma política séria de reparação, e
6 se veem hoje homenagens à ditadura, essa reivindicação à volta ao passado militar, inclusive
7 pelo atual governo, é porque o país não lidou de forma séria com a sua História. Acha que aqui,
8 hoje, possuem uma chance de contribuir, pelo menos um pouco, para reverter essa situação,
9 para dizer que não olham com saudosismo para o passado militar, olham pensando em como
10 podem garantir que nunca mais aconteça. A Unicamp tem, nos últimos anos, tentado combater
11 alguns resquícios da ditadura militar. Em 2019, este mesmo Conselho alterou o regimento
12 disciplinar da Universidade, que era baseado no decreto-lei 477 de 1969, que é um ‘copia e
13 cola’ do AI-5, o dito AI-5 para as universidades. Acredita que se este Conselho alterou esse
14 regimento disciplinar, porque na Universidade não cabe perseguição política, não cabe restrição
15 às liberdades democráticas e liberdades de expressão, ele deve revogar o título que homenageia
16 quem assinou o próprio AI-5. Na UFRJ, como também já foi dito, o Título de “Doutor Honoris
17 Causa” do Jarbas Passarinho foi revogado, e precisam fazer essa mesma movimentação aqui na
18 Unicamp; neste Consu, têm a oportunidade de fazer História e marcar o compromisso da
19 Unicamp com a democracia. Têm a chance de demarcar que para eles o pensamento crítico, a
20 ciência, a educação não combinam com autoritarismo, com perseguição, com tortura, e a
21 discussão que estão fazendo aqui é por memória, por verdade, por justiça, é em defesa dos
22 perseguidos políticos de ontem, de hoje e de amanhã, e é o compromisso com a luta pela
23 “Ditadura Nunca Mais!”. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que se soma
24 à longa lista dos que o antecederam e manifesta o voto do Instituto de Economia a favor da
25 revogação do Título de “Doutor Honoris Causa” do coronel Jarbas Passarinho. Cumprimenta
26 todo o trabalho da Comissão, da ADunicamp, na pessoa da professora Silvia, o incansável
27 trabalho do professor Caio Navarro, e também a construção política que desemboca neste
28 debate hoje. Ressalta também a importância histórica desta Sessão e da decisão que hoje podem
29 tomar. Pessoalmente, subscreve praticamente todos os argumentos levantados aqui, tanto os de
30 ordem formal, jurídica, quanto os de ordem política e histórica. Sublinha apenas o de que uma
31 eventual revogação não apaga nem invalida as considerações que levaram àquela decisão em
32 1973, mas as reinterpreta e repara essa situação, nas condições e necessidades do Brasil e da
33 Unicamp em 2021. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO agradece à professora Silvia
34 Gatti, presidente da ADunicamp, ao professor Caio Navarro de Toledo, aos companheiros e
35 companheiras da STU, da APG, do DCE, estudantes, técnico-administrativos e docentes que se
36 envolveram nessa empreitada pela revogação do Título de “Doutor Honoris Causa” do coronel
37 Jarbas Passarinho. Escreveu um texto ontem, já publicado, externando seu voto pela revogação,
38 e acha que as falas todas que foram feitas aqui nessa manhã foram absolutamente tocantes e já
39 mostram com muita clareza os motivos pelos quais precisam revogar esse título e com uma
40 larga margem. Seria muito bom se tivessem uma votação unânime também nesse sentido.

1 Diferentemente do professor João Frederico, não está na Unicamp há muito tempo, chegou à
2 Universidade no dia 07 de março de 2014, tendo feito sua formação toda na USP, e desde o
3 movimento estudantil se importam com o passado da Universidade onde estão. Pensa muito
4 nos estudantes e nas estudantes sobre o que representa essa decisão que vão tomar hoje, e fará
5 um paralelo com a situação que se dava naquele momento na USP, na sua universidade de
6 origem, quando daquele momento da ditadura militar. A USP em 1963 era dirigida pelo reitor
7 Luiz Antônio da Gama e Silva, um antigo diretor da Faculdade de Direito da USP e apoiador
8 de primeira hora do golpe militar de 64. Luiz Antônio da Gama e Silva alternou entre 1963 e
9 1969 momentos em que ocupou a Reitoria e momentos em que foi ministro da Justiça e ministro
10 da Educação. Por algumas vezes ele se retirou, se ausentou da Universidade para ser ministro
11 da Justiça, e teve também um papel até mais grave do que Jarbas Passarinho, cuja frase
12 mandando às favas os escrúpulos de consciência ficou muito marcada, muito simbolicamente
13 como aquilo que expressava exatamente aquele momento na história. Gama e Silva foi o
14 escritor do AI-5, era um jurista, um catedrático da USP. Nesse debate todo que vêm fazendo a
15 respeito dos “Honoris Causa”, acha que é muito interessante também que estejam discutindo a
16 importância de doutores e doutoras, sobretudo lembrando a professora Elza Berquó, doutora
17 “Honoris Causa” na Unicamp, porque essas pessoas são as referências em termos de ciência,
18 em termos de democracia, em termos de cultura de maneira mais geral. Pesquisou quem tinha
19 sido agraciado com Título de “Doutor Honoris Causa” na Universidade de São Paulo naquele
20 período, década de 1960 e 1970, e constatou que ali não tem nenhum Jarbas Passarinho, não
21 tem nenhuma pessoa mais relevante no contexto daquele regime, porque a USP não precisava
22 se preocupar com isso, a USP era parte, em toda sua classe dirigente, e aposentou e perseguiu
23 professores e professoras, técnico-administrativos, estudantes. A direção da USP naquele
24 momento era parte do regime. Analisando a ata, e tudo o que escuta a respeito do Reitor
25 Zeferino Vaz, uma figura extremamente forte e marcante na história da Unicamp, pensa que ele
26 era um construtor de uma universidade, além de um político bastante hábil, o que naquele
27 momento era necessário. Aquela decisão de 1973 é muito marcante porque ao analisar a ata
28 daquela Sessão, veem que se trata de uma situação de ocasião. O ministro Passarinho viria à
29 Universidade para ser paraninfo de uma turma, e cinco dias antes se decide pelo Título de
30 “Doutor Honoris Causa” como uma forma de atrair a simpatia. E isso, como muitos e muitas já
31 falaram aqui, é típico de regimes de exceção, é típico de situações em que uma universidade
32 ainda fragilizada precisa, de algum modo, se aproximar de quem dirige a política no país para
33 conseguir se manter. Sabem que muitos e muitas docentes da Unicamp, inclusive colegas que
34 atualmente pertencem aos quadros da Universidade, foram abrigados na Unicamp fugidos de
35 ditaduras na América Latina, e se os estudantes não conhecem, vale a pena conhecer a trajetória
36 dessas pessoas. Então pensa que o próprio professor Zeferino estaria agora os apoiando na
37 decisão pela revogação do título em um momento de democracia, em um momento em que
38 estão no regime democrático. E pensa também que não estão corrigindo um erro, não estão
39 corrigindo a História, mas estão fazendo História neste momento. Considerando que a
40 Universidade é o lugar da diversidade, da produção da ciência, da formação para cidadania, e

1 ela é também o lugar da diversidade política, mas sempre no contexto democrático, sempre
2 pensando que devem abrigar aqui pessoas de todas as ideologias políticas também, porque não
3 é isso que está em questão, mas não podem tergiversar com regimes autoritários. Então é nesse
4 sentido que é tão simbólico e tão importante uma votação muito forte, muito expressiva, pela
5 revogação do título do coronel Jarbas Passarinho, que não deve mais desonrar a Universidade.
6 A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA diz que está muito emocionada com
7 todas as falas que a precederam. Agradece imensamente o trabalho que foi feito pelo GT, que
8 foi abraçado pelas organizações da Universidade. É importante ressaltar que o pedido de
9 revogação procede do conjunto de organizações das diferentes categorias da Unicamp:
10 estudantes de graduação, de pós-graduação, docentes e servidores técnico-administrativos, e
11 também foi forjado e é apoiado por milhares de pessoas fora da Universidade. Esse pedido os
12 obriga a pensar sobre o passado recente, que já lhe confere um grande mérito. Pensar sobre o
13 passado recente implica pensar sobre muitas questões, dentre elas o fato de se constituírem em
14 um espaço, o Brasil, político, geográfico e social historicamente destinado à exploração e à
15 opressão. Pensar no passado no contexto da concessão desse título é pensar que os homens
16 daquele tempo estavam imersos em um regime político ilegítimo, caracterizado pelo
17 autoritarismo e pela violência. Foi nesse contexto político que o Título de “Doutor Honoris
18 Causa” foi concedido a Jarbas Passarinho. Sabem o quanto a universidade pública brasileira
19 sofreu com isso, o quanto seus gestores, professores, estudantes, servidores técnico-
20 administrativos sofreram nesse contexto. Hoje estão retomando nas mãos o passado, e
21 devolvendo à comunidade universitária uma maior dignidade política. Esse movimento origina-
22 se dos “de baixo”, daqueles que lutaram e continuarão a lutar pelo fortalecimento de uma
23 democracia popular e participativa para o Brasil, afastando a sombra daqueles elementos que
24 os caracterizam como nação há tanto tempo: a exploração e a opressão. A Unicamp dá hoje o
25 exemplo que marcará suas atuais e futuras gerações. Não aceitarão nunca mais serem
26 vilipendiados em sua autonomia e em seus valores essenciais, cuja expressão máxima é a
27 concessão de um título como o de “Doutor Honoris Causa” a figuras emblemáticas da ciência
28 e da cultura do país. Hoje também marcam um novo tempo, um tempo de mais generosidade e
29 de abertura para o reconhecimento de tantas pessoas que, a seu modo, contribuíram e
30 contribuem enormemente para a luta que empreendem todos os dias: a de transformação do
31 Brasil em um país justo e solidário, e mais igualitário. Declara seu voto a favor da revogação
32 desse título ao coronel Jarbas Passarinho. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que se sente
33 bastante contemplado nas falas anteriores, e acredita que esta Sessão histórica do Conselho
34 Universitário integra o passado, o presente e, acredita, o futuro da Universidade. A revogação
35 do Título de “Doutor Honoris Causa” ao coronel Jarbas Passarinho é uma demonstração de
36 crença na humanidade e em uma agenda civilizatória. Acha que é um apoio incisivo à
37 democracia e à liberdade contra o autoritarismo. É em defesa da universidade pública e da
38 ciência, contra o negacionismo e contra tanto obscurantismo. Acha que antes de tudo é um ato
39 de coragem, de muita maturidade da Unicamp e do seu Conselho Universitário. Declara o seu
40 voto pela revogação do título. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO diz

1 que sua manifestação é muito mais por fazer parte da Administração Central atual, por estar à
2 frente da PRP e assim achar que não poderia se omitir, passar sem dizer nada em uma discussão
3 importantíssima como esta, histórica, e não tanto por acrescentar algo novo ao tanto que já foi
4 dito. Foram muitas falas conceitualmente ricas sobre o problema, outras tantas tocantes
5 também, com teor histórico, as quais assimila para si, mas não vai tecer muitos comentários. A
6 PRP, naturalmente, é associada às atividades de pesquisa, aos apoios de projetos de diferentes
7 portes, às atividades de iniciação científica, portanto, às vezes é particularmente associada ao
8 conceito de mérito, e ao falarem de “Doutor Honoris Causa”, estão também falando de mérito.
9 E o mérito no sentido um pouco mais amplo, que foi muito bem retratado na fala belíssima do
10 professor Francisco Aoki, que falava da honradez. Esse é o grande mérito que se espera de um
11 “Doutor Honoris Causa”, que transcende uma simples grande produção científica. Um “Doutor
12 Honoris Causa” deve ser também uma referência moral, como os que foram citados aqui pelo
13 professor Fernando Coelho. Isso é algo que a Unicamp deve ter bastante claro para a decisão
14 de hoje, mas também para o seu futuro. Alguém aqui comentou que a Unicamp tem de exercer
15 esse papel de farol, e esses faróis no mar iluminam em toda direção, eles iluminam o passado e
16 o futuro. É isso o que estão fazendo aqui. Não estão desconstruindo um passado ou anulando,
17 ou fazendo de conta que ele não existe. Estão iluminando esse passado, de uma forma crítica,
18 de uma forma analítica e muito correta, como foi falado aqui por vários colegas. E o sentido de
19 iluminar esse passado é que esse farol jogue também uma luz, uma luz longa, forte, para o
20 futuro, para que esse futuro seja mais ao estirpe da Unicamp, ainda mais honrado, no dizer do
21 professor Francisco Aoki. Declara o seu voto favorável à revogação do título, e quem assistiu
22 a esta Sessão tem todos os dados, toda a argumentação bem construída para tomar uma decisão
23 consciente. Então nesse sentido acha que uma aderência mais plena à revogação do título seria
24 muito bom para o futuro da Universidade. A Conselheira MARIA HELENA BAENA DE
25 MORAES LOPES diz que entrou na Universidade em 1978, portanto em plena ditadura. Mas
26 apesar de participar de centros acadêmicos, do DCE, ficou um pouco à margem de todo
27 processo. Quando ouviu os depoimentos dos professores Francisco Aoki e João Frederico,
28 pessoas cuja história admira, sentiu-se queimada por dentro, e não conseguiu se manifestar
29 antes porque não conseguia nem falar. É uma honra estar participando deste Consu que vai não
30 sabe se corrigir ou reparar, ou apenas tomar a decisão certa, de retirar esse Título de “Doutor
31 Honoris Causa” do senhor Jarbas Passarinho. É uma honra estar participando desta votação,
32 agradece a todos que a antecederam com suas palavras e que expressam realmente a cara da
33 Unicamp, uma instituição democrática, uma instituição, como o professor João Marcos falou,
34 que é como um farol que ilumina o passado, o futuro, e acha que é a chance de restaurarem essa
35 imagem da Universidade que tanto os encanta. Então, em nome da Faculdade de Enfermagem,
36 que sabe que se solidariza com esta sua decisão, declara o seu voto favorável à retirada do Título
37 de “Doutor Honoris Causa” ao senhor Jarbas Passarinho, lembrando que a História não
38 desaparece, e ser reavivada é muito importante, principalmente nos tempos difíceis que estão
39 vivendo. A Conselheira NEIDE SILVANIA CAMPOS SAMPAIO diz que fala em nome dos
40 estudantes indígenas que ingressaram em 2019, a terceira turma. São favoráveis à revogação

1 desse título. Os indígenas são os que mais sofrem com esses ideais extremistas, que no momento
2 se fazem presentes no discurso do presidente Jair Bolsonaro. Seus direitos estão constantemente
3 ameaçados, o tempo todo; são resistentes, resistem, mas a todo momento vivem com medo.
4 Desde a época da ditadura militar, seus medos não passaram, e reparar a História, retirar esse
5 título é uma forma de seguir uma Universidade de fato inclusiva, é pregar a democracia, é
6 defender o estado de direito, direitos humanos, da minoria e das classes sociais historicamente
7 excluídas, oprimidas, mortas de forma cruel por esses senhores colonizadores. Então o seu
8 posicionamento, não só seu, mas de todos os estudantes do coletivo indígena, é que vivem em
9 um momento em que a Universidade prega a inclusão, mas pergunta se de fato ela é inclusiva,
10 com um histórico desse, com uma história que tem um passado desse. Ressalta seu voto em
11 nome de toda a comunidade discente, em nome de todos os estudantes, tanto da pós-graduação
12 como da graduação, para a retirada desse título para que possam seguir uma linha, um horizonte
13 melhor. Retirar não vai apagar da sua história o momento difícil de suas vidas, mas podem
14 refazer a história a partir de hoje. Agradece a oportunidade, e diz que é uma honra estar aqui na
15 bancada hoje, em um momento histórico. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI ratifica
16 a posição do IA de 2014, que continua na atualidade, sobre a revogação ora apresentada. A
17 Conselheira MARIA LUIZA MORETTI diz que para ela, e acha que para todos os conselheiros
18 aqui presentes, é um dia histórico. Junta-se a todas as falas que aqui foram declaradas,
19 cumprimenta o GT, que trabalhou incessantemente na coleta de dados para produzir o
20 documento que foi apresentado à Reitoria, e reitera sua preocupação sempre com a democracia
21 da Universidade. Jarbas Passarinho foi um dos signatários do AI-5, que foi o ato institucional
22 mais duro da época da ditadura, entre tantos outros atos institucionais. Esse ato foi o que deu
23 abertura a perseguições políticas, ao estabelecimento de forças de repressão e ao fechamento
24 do Congresso Nacional. Desse modo, acha que a Universidade tem a oportunidade de, não sabe
25 se corrigir, mas adequar o seu momento político atual. Portanto, o Conselho Universitário, que
26 representa a Universidade de uma forma democrática, democraticamente deverá votar pela
27 retirada do Título de “Doutor Honoris Causa” do coronel Jarbas Passarinho. Deixa registrado
28 seu voto pela revogação do título. O MAGNÍFICO REITOR diz que é impossível para ele fazer
29 uma manifestação que esteja afastada da história que viveu nesta Universidade. Conheceu o
30 professor Ademir Gebara, mencionado pelo professor Ivan; conheceu o Alcides e o Vasco,
31 citados pelo professor João Frederico, e atuou e participou da luta democrática que teve força
32 aqui na Unicamp nos anos de 1977, 1978, esteve ao lado do professor João Frederico, então um
33 jovem professor, se não está enganado ele estava no primeiro ano de mestrado, quando tiveram
34 a principal luta democrática nesta Universidade, que foi a luta contra a intervenção do
35 governador do estado. A Unicamp era então um local de efervescência democrática das mais
36 intensas de sua história, que teve outro paralelo na luta pela autonomia no final da década de
37 1980. Essa efervescência tinha muito a ver com a força dos movimentos internos, professores,
38 funcionários, estudantes, com cabeças pensantes, como Paulo Freire, Maurício Prates, Rogério
39 Cerqueira Leite, Maurício Tragtenberg, e que marcaram a primeira tentativa da Unicamp de
40 escolher o seu reitor. Essa foi a história da democracia na Unicamp, uma história que faz jus ao

1 passado e que, obviamente, está em conflito com essa honraria que foi prestada a uma pessoa
2 que não teve nenhum vínculo com as causas democráticas e, muito ao contrário, foi um dos
3 responsáveis pelos momentos mais trágicos da história da ditadura no país. Importante
4 mencionar que essa solicitação que se apresenta ao Conselho Universitário tem um amplo apoio
5 na comunidade universitária, isso foi dito nas primeiras falas, mas ressalta o apoio de ex-
6 reitores, como Vogt, Hermano, Tadeu, Marcelo Knobel, ex-vice reitor, como o professor Álvaro
7 Crosta, candidatos à Reitoria, como os professores Mário Saad e Sérgio Salles, e pessoas que
8 estiveram presentes na própria concessão desse título, os professores Rogério Cerqueira Leite
9 e José Ripper. O local onde a Unicamp tomava suas decisões máximas não era um Conselho
10 Universitário, era um Conselho Diretor, e isso faz uma diferença importante, em parte
11 facilitando do ponto de vista jurídico a intervenção do governador do estado no ano de 1981. O
12 contexto da concessão desse título é muito responsável por essa concessão. O Estatuto da
13 Unicamp é explícito em dizer que para fazer jus a esse título a pessoa deve ter contribuído de
14 maneira notável para o progresso da ciência, das letras ou das artes, ou tenha beneficiado de
15 forma excepcional a humanidade ou ter prestado relevantes serviços à humanidade. Ao ler isso,
16 no contexto atual, pergunta com base em que poderiam defender a concessão desse título; quem
17 deles teria orgulho de mencionar esse Título de “Doutor Honoris Causa” como uma honraria
18 concedida pela Universidade. A resposta a qualquer dessas questões é necessariamente “não”.
19 Então este é o momento de reparar essa história; ao revogar esse título, estarão fazendo a
20 reparação histórica daquela decisão, deixando claro que ela foi tomada em 1973 em função do
21 contexto, não tendo nenhuma relação com os méritos necessários previstos no Estatuto. E esta
22 reparação histórica representa que estarão abraçando a história de uma Universidade
23 comprometida até a raiz com a democracia. É isso que marcam em vários momentos
24 importantes da História, alguns dos quais mencionou, outros indicados por várias das pessoas
25 que o antecederam. Então deseja fortalecer essa perspectiva. Não pode votar, mas se pudesse,
26 seu voto seria pela revogação desse título que macula a história democrática da Unicamp. Não
27 havendo mais observações, submete à votação a matéria, de forma nominal, lembrando que são
28 necessários 52 votos favoráveis para que a revogação do título seja aprovada. A votação
29 transcorre da seguinte maneira: O Conselheiro ADILTON DORIVAL LEITE Favorável. O
30 Conselheiro ALBERTO LUIZ FRANCATO Favorável. O Conselheiro ALBERTO LUIZ
31 SERPA Favorável. A Conselheira AMANDA CARVALHO MAIA Favorável. O Conselheiro
32 ANDRÉ BIANCARELLI Favorável. O Conselheiro ANDRÉ LUCCI FREITAS Favorável. A
33 Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS Favorável. A Conselheira ANDRÉIA
34 GALVÃO Favorável. O Conselheiro ANGEL PONTIN GARCIA Favorável. A Conselheira
35 ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA Favorável. A Conselheira ANNA VICTÓRIA DOS
36 REIS Favorável. O Conselheiro ANTÔNIO GONÇALVES DE OLIVEIRA FILHO Favorável.
37 O Conselheiro BENILTON DE SÁ CARVALHO Favorável. A Conselheira JULIA BAHIA
38 ADAMS Favorável. A Conselheira CLÁUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS Favorável. A
39 Conselheira CLAUDIA VIANNA MAURER MORELLI Favorável. O Conselheiro CLÁUDIO
40 JOSÉ SERVATO Favorável. A Conselheira CRISTIANE MARIA MEGID Favorável. A

1 Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN Favorável. O Conselheiro EDSON
2 TOMAZ Favorável. O Conselheiro EDUARDO GURGEL DO AMARAL Favorável. A
3 Conselheira ELIANA DA SILVA SOUZA Favorável. A Conselheira ELIANA FERREIRA
4 ELIAS Favorável. A Conselheira ELISABETH CARDOZO Favorável. A Conselheira ESTER
5 DE PAULA MORAES Favorável. A Conselheira EVANIR LOPES TEIXEIRA Favorável. O
6 Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO Favorável. O Conselheiro
7 FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO Favorável. O Conselheiro
8 FERNANDO SARTI Favorável. O Conselheiro FRANCISCO HAITER NETO Favorável. O
9 Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI Favorável. A Conselheira GABRIELA BARROS
10 GONÇALVES Favorável. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN
11 Favorável. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO Favorável. O Conselheiro
12 JEFFERSON CANO Favorável. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO
13 Favorável. O Conselheiro JOSÉ ALEXANDRE DINIZ Favorável. O Conselheiro JOSÉ
14 ANTÔNIO ROCHA GONTIJO Favorável. O Conselheiro JOSÉ LUIS PIO ROMERA
15 Favorável. O Conselheiro JOSÉ ROBERTO RIBEIRO Favorável. A Conselheira KAROLYNE
16 STEFANNY DE SOUZA Favorável. A Conselheira NEIDE SILVANA CAMPOS SAMPAIO
17 Favorável. O Conselheiro LÍCIO AUGUSTO VELLOSO Favorável. O Conselheiro
18 MATHEUS ALVES ALBINO Favorável. O Conselheiro LUIZ CARLOS DIAS Favorável. O
19 Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO Favorável. O Conselheiro MARCELO ALVES DA
20 SILVA MORI Favorável. O Conselheiro MÁRCIO ALBERTO TORSONI Favorável. O
21 Conselheiro EMILSON PEREIRA LEITE Favorável. O Conselheiro CLÁUDIO FRANCISCO
22 TORMENA Favorável. A Conselheira MARIA HELENA BAENA MORAES LOPES
23 Favorável. A Conselheira MARIA LUIZA MORETI Favorável. A Conselheira MARIANA
24 GOMES VICENTE Favorável. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO
25 MEYER Favorável. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU Favorável. O Conselheiro
26 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS Favorável. A Conselheira MILENA
27 TIBÚRCIO CICONE Favorável. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Favorável. A
28 Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA Favorável. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA
29 GAVIRA Favorável. O Conselheiro ORIVAL ANDRIES JÚNIOR Favorável. O Conselheiro
30 PAULO ADRIANO RONQUI Favorável. O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFINO
31 Favorável. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO Favorável. O Conselheiro RENATO
32 FALCÃO DANTAS Favorável. O Conselheiro RENÊ JOSÉ TRENTIN SILVEIRA Favorável.
33 O Conselheiro RODRIGO RAMOS CATHARINO Favorável. A Conselheira ROSMARI
34 APARECIDA RIBEIRO Favorável. A Conselheira CLÁUDIA REGINA CAVAGLIERI
35 Favorável. A Conselheira VANESSA PETRILLI BAVARESCO Favorável. A Conselheira
36 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ Favorável. O Conselheiro WAGNER DE
37 MELO ROMÃO Favorável. A Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA
38 Favorável. O Conselheiro LEANDRO APARECIDO VILLAS Favorável. O MAGNÍFICO
39 REITOR informa que foram 74 votos favoráveis, em um total de 77 membros do Conselho
40 Universitário, portanto foi aprovada a revogação do título. Manifesta aqui a sua felicidade de

1 terem recomposto a sua vocação com a história democrática da Unicamp. Agradece a todas as
2 manifestações, agradece à ADunicamp, ao STU, à APG, ao DCE, ao professor Caio Navarro
3 de Toledo, a todos os ex-reitores que se manifestaram de forma contundente, aos candidatos,
4 ao ex-vice-reitor Álvaro Crosta, a todos que se manifestaram nesta Sessão, provando, como
5 disse uma das conselheiras, que possuem divergências, mas possuem um compromisso forte
6 com a causa democrática, com as causas civilizatórias, com a ciência, com o conhecimento,
7 com a cultura, com as artes. Isso faz parte do DNA e da história da Unicamp e reafirmaram isso
8 neste ato histórico e unânime de todos os presentes no Conselho Universitário. A Professora
9 MARIA SILVIA GATTI diz que está bastante emocionada, foi um tempo longo, de muita
10 discussão, e está muito feliz pela Universidade. Essa é a Unicamp que definitivamente amam e
11 querem atuante. Agradece ao Conselho Universitário, ao professor Caio, ao GT, a todos; manda
12 seu abraço e o recado de que devem seguir em frente, pois há muito a fazer pelo país. O
13 MAGNÍFICO REITOR diz que realmente é um momento emocionante, para as novas gerações
14 de alunos, de docentes, de funcionários, mas também para eles, de uma geração mais antiga,
15 que viveram esses momentos da Unicamp, é um marco, é um reencontro, é uma reparação, tem
16 uma importância grande na sua história de reafirmar seus compromissos. Em seguida, faz uma
17 pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o MAGNÍFICO REITOR passa ao item 05 – Proc.
18 nº 01-P-24087/2013 –, que trata de cessão de uso, a título gratuito e provisório, de área da
19 Unicamp, sem edificações, para a construção da Sede do 7º Grupamento do Corpo de
20 Bombeiros vinculado à Secretaria de Estado, situada na confluência entre as Avenidas Prefeito
21 José Roberto Magalhães Teixeira e José Próspero Jacobucci, com aproximadamente 5000m²,
22 pelo prazo de 20 anos, tornando sem efeito as Deliberações Consu-365/2015 e 367/2015. O
23 item foi destacado pela professora Claudia. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
24 MEDEIROS diz que obviamente esse assunto é muito importante e deve ser aprovado, mas
25 solicita esclarecimentos quanto à infraestrutura necessária, tanto do ponto de vista de esgoto,
26 água, e há um problema com a parte elétrica da região, que pelo que a informaram está no
27 limite. E também a questão viária, porque isso vai causar um aumento no tráfego e vai dificultar
28 o trânsito do Corpo de Bombeiros, mas principalmente o acesso ao HC. Então é mais um
29 esclarecimento sobre que reformas e de obras de infraestrutura, tanto subsolo, quanto a parte
30 elétrica e viária, serão necessárias. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que na
31 reunião da CAD esse assunto foi aprovado sem destaque, sem nenhuma discussão, e quase se
32 colocou a respeito desse tema, mas lhe faltavam alguns elementos, e preferiu não discutir.
33 Conversaram internamente em reunião ontem a respeito de algumas questões sobre esse
34 assunto, e puderam verificar que houve uma decisão em 2015 pela transferência provisória
35 nesses 20 anos dos 5 mil m² para o 7º Grupamento do Corpo de Bombeiros na região, e
36 começaram a aparecer algumas dúvidas sobre esse processo. Parece que houve a necessidade
37 de uma leve transição no espaço cedido, de cerca de 10 ou 20 metros, por conta da aprovação
38 de um corredor ecológico que vai ligar a Mata Santa Genebrinha à região do Córrego Anhumas.
39 Foram aprovados em 2016 três corredores ecológicos em Barão Geraldo, e um deles é esse, que
40 inclusive articula essas áreas da Unicamp, da antiga Fazenda Argentina, e acha muito

1 interessante que haja uma preocupação da Universidade com relação a esses corredores
2 ecológicos. Houve uma decisão em 2015, mas quando agora retomam esse assunto, de certo
3 modo alterando o teor final da decisão, observa que não tiveram acesso ao processo enviado
4 para o Consu, para a decisão de hoje, a exatamente qual é a natureza da cessão de uso e quais
5 são os termos do convênio que está sendo realizado com o Corpo de Bombeiros. Solicita esse
6 esclarecimento, para que possam basear melhor sua decisão, entendendo que de certo modo
7 estão aqui ratificando uma decisão já tomada em 2015, mas que se trata de uma nova decisão.
8 O segundo ponto diz respeito à questão da mobilidade, como disse a professora Claudia, mas
9 com uma preocupação que o professor César Pagan, que é suplente da bancada geral docente
10 no Conselho Universitário, levantou a respeito do plano diretor da Universidade e da
11 possibilidade de chegada do VLT naquela situação. No entanto, consta no material da pauta que
12 não há notícia de que em breve haja novamente um investimento em VLT aqui em Campinas,
13 e muito menos que possa chegar à Universidade. No entanto, precisam planejar a Universidade
14 para os próximos 20, 30, 40 anos. É claro que há muito espaço, mas o que parece que estava
15 colocado na discussão que o professor César os lembrou é que qualquer tipo de veículo, seja o
16 VLT, seja eventualmente o trem ligando São Paulo a Campinas – que, segundo as notícias que
17 têm tido, virá –, estudos estão sendo feitos a respeito da conexão com Viracopos, e sabem que
18 a Unicamp é, à exceção de Viracopos, o grande receptáculo de fluxo de pessoas que vem, seja
19 de São Paulo, seja da região toda, para Campinas, seja pelo HC, seja pela própria Universidade
20 em si. O melhor local de chegada de um veículo de grandes proporções, que vá trazer bastante
21 gente, seria exatamente nessa parte que conflui na grande rotatória da entrada, próxima à PUC.
22 Nesse sentido, solicita um pouco mais de informações sobre se efetivamente a transferência
23 desse espaço de 5 mil m², que não é pouca coisa, para o Corpo de Bombeiros, não traria riscos
24 para um eventual uso no futuro, que não sabe se vai ser daqui a cinco, 20 ou 50 anos, mas, de
25 qualquer modo, é muito provável que nesse espaço de tempo ocorra a chegada de um veículo
26 de alto grau de mobilidade por essa saída da Universidade. Sabe que esse espaço, esse
27 entroncamento, é muito valioso, não é por acaso que o Corpo de Bombeiros quer se situar ali;
28 ele tem uma conexão muito forte com Barão Geraldo, ele tem uma chegada muito fácil na
29 rodovia Dom Pedro. Solicita um pouco mais de informações, mas é claro que entende e é
30 absolutamente favorável a que a Universidade se articule com entidades, sobretudo o poder
31 público, na cidade de Campinas, na região. Conversaram muito sobre isso ao longo da recente
32 campanha para Reitoria, e pergunta se o *campus* é que deveria arcar com esse custo, pois se
33 trata de um custo que estão incorporando na Universidade. O MAGNÍFICO REITOR passa a
34 palavra ao diretor executivo da Depi, professor Douglas Galvão, e depois à senhora Talita
35 Mendes, que também acompanha o Plano Diretor. O Professor DOUGLAS SOARES
36 GALVÃO diz que essa é só uma mudança ocasionada por uma decisão que o Consu já tinha
37 tomado anteriormente, e que por razões da criação desse corredor ecológico foi deslocado de
38 apenas 10 metros, que no fundo é o que está motivando ser trazido de volta ao Consu. A senhora
39 Talita Mendes tem mais informações do processo, então passa a palavra para ela, que pode
40 esclarecer as dúvidas, inclusive em relação ao Plano Diretor. A Senhora TALITA DE

1 ALMEIDA MENDES diz, sobre a parte de infraestrutura que a professora Claudia citou, que
2 de fato aquela quadra ainda não tem infraestrutura para ter construções. O Corpo de Bombeiros
3 já sabe que vai ter de providenciar, no caso da construção do edifício deles, a infraestrutura
4 necessária pelo menos para a área em que vão construir. A Depi e a prefeitura do *campus*, que
5 cuida da parte de infraestrutura, vão acompanhar todo esse projeto quando ele for desenvolvido
6 no Corpo de Bombeiros. Existe a preocupação com disponibilidade de energia, é um assunto
7 que com certeza a prefeitura vai tratar quando esse projeto começar a ser desenvolvido. Essas
8 questões todas precisarão ser discutidas e resolvidas durante o desenvolvimento do projeto;
9 consta inclusive na minuta de convênio que vai ser assinada que o projeto precisa ser
10 acompanhado pela Unicamp, eles não vão fazer o projeto e construir, vão acompanhar cada
11 passo, cada solução. Sobre a parte de mobilidade, é uma outra preocupação também que
12 possuem quanto ao Plano Diretor. Ainda que o Corpo de Bombeiros não viesse para o *campus*,
13 já existe hoje problema de mobilidade, não só naquela região, que impactam diretamente no
14 restante do *campus*. O Plano Diretor da Unicamp tem pensado nesse assunto, é um desafio
15 grande, não possuem especialista que consiga fazer um estudo mais completo, e precisa ser um
16 estudo completo. Então isso já é um assunto de discussão do Plano Diretor, que já foi colocado
17 para os Bombeiros também, terão de fazer um bom estudo em conjunto, talvez uma parceria
18 para conseguir, não sabe se resolver todo o problema do *campus*, que vai ser muito difícil, mas
19 pelo menos minimizar impactos em relação à instalação do Corpo de Bombeiros naquele local.
20 Sobre o VLT, de fato, como o professor Wagner disse, não têm mais notícia disso. A senhora
21 Thalita Dalbello, que é a coordenadora do Plano Diretor da Unicamp, acompanha o Plano
22 Diretor do município, ela está inclusive nos conselhos municipais que tratam do assunto, e o
23 que está fechado no Plano Diretor de Campinas é uma diretriz viária que passa ali ao lado, ela
24 é na verdade um prolongamento da Avenida Guilherme de Campos, chegando até a SP-340.
25 Então essa é uma diretriz viária que existe hoje no Plano Diretor de Campinas, está sendo
26 conversado com a Unicamp, e se porventura voltar o assunto do VLT ou outro tipo de
27 transporte, isso tudo vai ter de ser rediscutido, o próprio corredor ecológico, essa diretriz viária,
28 vão precisar fazer parte do planejamento em conjunto da Unicamp com a prefeitura se isso
29 voltar a ser discutido em algum momento. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE
30 JENSEN diz que no Instituto de Química houve um grande incêndio aproximadamente em
31 1998, que destruiu o laboratório à raiz. Desde 2006, mais ou menos, vêm solicitando aos reitores
32 a transferência de um posto dos Bombeiros para perto da Universidade, ou dentro da
33 Universidade idealmente, para esses casos. Desde então não foi necessário, mas é um risco
34 constante. Sobre o VLT, acha que vão conceder esse espaço por 20 anos para os Bombeiros, e
35 em mais 20 o VLT ainda não vai ter chegado; estão ouvindo isso há muito tempo. Então, que
36 mude de lugar, para cima ou para baixo, para oeste ou leste, não importa, é muito importante
37 que tenham esse posto do Corpo de Bombeiros próximo, pois o mais próximo que possuem
38 hoje é o do Taquaral, e é longe. Em um caso de incêndio em laboratório, o tempo de virem de
39 lá até aqui é o suficiente para acabar com o laboratório. Então, solicita que as tratativas
40 continuem e andem o mais rápido possível na direção de terem finalmente esse posto do Corpo

1 de Bombeiros. O MAGNÍFICO REITOR diz que não estão assinando a minuta de convênio, o
2 que estão fazendo é a cessão para possibilidade de utilizar, e precisam assinar uma minuta. Ela
3 é uma ação envolvendo o Gabinete do Reitor, a Diretoria Executiva de Planejamento Integrado
4 diretamente e a Procuradoria Geral, e os contatos com o Corpo de Bombeiros vêm sendo
5 acompanhados diretamente pela Depi, pelo professor Douglas, pelas senhoras Talita Mendes e
6 Thalita Dalbello, que são pessoas que estão envolvidas na questão do Plano Diretor da Unicamp
7 e das questões dos corredores ecológicos também, além de acompanharem o Plano Diretor de
8 Campinas. Então obviamente isso não permite dizer que todas as questões estão resolvidas, mas
9 devem, no momento de tomar essas decisões, verificar quais são as principais questões que os
10 estão afligindo. A professora Heloise Pastore contou a história de um incêndio, tiveram também
11 um incêndio em algum dos arquivos em um passado recente na área de Humanas, e a
12 Universidade possui laboratório de hidrogênio, laboratórios que trabalham com solventes
13 voláteis, que envolvem pontos baixos de fulgor. Então são vários locais que têm risco de
14 incêndio bastante considerável. Também existe uma situação que é grave, antiga, que até o
15 momento não conseguiram como instituição enfrentar, mas possuem hoje o auto de vigilância
16 do Corpo de Bombeiros, que é o atestado de que um prédio está de acordo com as normas de
17 uso, no que se refere a questões de segurança, de evasão rápida, riscos dentro de prédios, e a
18 Unicamp tem somente 8% dos seus prédios com AVCB. Um número extremamente grande de
19 prédios não tem esse auto do Corpo de Bombeiros. Ter esse equipamento na Universidade
20 permitirá estreitar várias atividades, criar brigadas de incêndio internamente, eles
21 acompanharão a implantação de mudanças e adaptações dos prédios para que seja possível
22 obter o AVCB. Então devem pensar também no lado positivo dessas questões. Haverá
23 dificuldades para implantação eventual de um VLT ou de outra questão, ou mesmo de
24 episodicamente, em função de uma ação de incêndio na região, ocorrerem problemas de trânsito
25 no local, mas é importante não projetar problemas que ainda não existem necessariamente e
26 deixar de resolver aqueles que existem. Precisam pensar e minimizar futuros problemas, mas
27 resolver os problemas que hoje existem dentro da Universidade, que são graves dentro do que
28 se refere a isso. Há laboratório de hidrogênio aqui dentro, laboratórios de alta pressão, e
29 precisam zelar pela segurança da comunidade, então essa é uma questão importante, que
30 obviamente preocupa a Administração Central. Portanto, são duas coisas separadas: a cessão
31 do terreno está parada há vários anos, ele foi concedido naquele mesmo local, e isso tem a ver
32 com uma relação estabelecida com uma outra instituição pública, e é problemático ficar
33 mudando o jogo a toda hora também. São 10 metros de mudança, motivada basicamente pelo
34 corredor ecológico que será preservado, e já foi negociado com o Corpo de Bombeiros. A
35 minuta que está sendo preparada para assinatura, que também terá de ser aprovada em
36 instâncias, já incorpora o Plano Diretor atual da Unicamp, que foi elaborado pela Depi, e inclui
37 os cuidados que têm de ser tomados na construção da obra. Dado o primeiro passo lá atrás, e a
38 necessidade de adequá-lo a essa situação do corredor ecológico, foi necessária uma negociação,
39 porque estão mudando uma negociação anterior. Essa mudança foi aceita, mas é importante
40 perceber que isso envolve mais de um ator, então precisam tomar cuidado também de não

1 reduzir muito a importância para a Unicamp como instituição de ter essa relação estabelecida
2 com um órgão que pode ser muito importante para eventuais riscos que possuem dentro da
3 Universidade, que não foram até o momento devidamente tratados. A Conselheira VERÓNICA
4 ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que é bem preocupada com questões de segurança,
5 considera a atividade dos bombeiros uma atividade essencial e isso facilitaria bastante. Mas
6 sente uma certa dicotomia; não sabe se valeria fazer esse questionamento agora, já que em 2015
7 as coisas foram definidas de algum modo, mas sente um certo esgotamento de assumir aqui
8 pela Unicamp questões que são de autoridades, em áreas de saúde pública, bombeiros etc.
9 Parece-lhe que dão um passo mais largo do que aquele que conseguem dar, assumindo atitudes
10 ou atividades, espaços físicos; nesse caso, são 5 mil m², e um colega lhe perguntou quanto iriam
11 cobrar de aluguel. Não se trata disso, é um serviço; entende que são uma universidade pública
12 e devem para a comunidade, possuem a vocação de doação. Mas também acha que precisam
13 ter limite para essas coisas, não assumindo atividades que depois se transformam em
14 obrigações. Estão agora falando de um órgão de formação militar, então não é qualquer tipo de
15 relação que vão estabelecer. Gera uma certa desconfiança, porque aquilo foi aprovado em 2015
16 e agora, 2021, a questão volta, então deseja entender o que aconteceu, qual seriam os problemas
17 dessa concessão, por que agora isso volta para a Unicamp, quando há tanta carência de que as
18 pessoas que devem assumir a responsabilidade assumam. Se é preciso buscar um lugar para os
19 bombeiros atuarem, pergunta por que a Unicamp deve outorgar esse lugar. A Conselheira
20 JULIA BAHIA ADAMS diz que os comentários da professora Verónica são muito pertinentes,
21 inclusive compartilha de alguns deles. Talvez seja muito desconhecimento de sua parte, mas
22 não está esclarecida sobre quais tipos de gasto exatamente que a Unicamp teria de assumir, se
23 se trata de uma cessão e algo de interesse para a Secretaria do Estado de São Paulo. Se o estado
24 ou o município contribuem de alguma forma em relação a lidar com esses gastos, ou se isso
25 fica inteiramente sob responsabilidade da Universidade. Além disso, observa que
26 independentemente de ter ou não ter esse Corpo de Bombeiros no *campus*, deveria ser uma
27 pauta prioritária para a Universidade ter o auto de vistoria do Corpo de Bombeiros. É estudante
28 do IEL, e muitos aqui sabem que metade da biblioteca do Instituto pegou fogo, felizmente em
29 um domingo à tarde, e só por isso não havia pessoas circulando lá dentro. Em 2019, houve dois
30 incêndios no pavilhão dos docentes. Há vários problemas de fiação elétrica, e não é
31 apenas no IEL, no IA, é em todas as unidades, e deveria ser uma urgência da Universidade ir
32 sanando esses problemas de fiação elétrica, porque se um dia acontecer alguma coisa e
33 perderem uma vida no *campus*, essa conversa vai ser outra. Então lhe parece muito prudente
34 buscar essas regularizações o mais rápido possível, independentemente de haver Corpo de
35 Bombeiros no *campus* ou não. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES diz que
36 fica muito insegura com essa questão do Corpo de Bombeiros, e já foi muito contemplada com
37 as falas que a antecederam, que colocaram alguns aspectos da sua insegurança com relação a
38 esse tema. Primeiro estranhou o questionamento geral que surgiu nesse debate, que é precisarem
39 resolver essa situação de perigo de incêndio no *campus* com urgência, cedendo esse terreno.
40 Acha que não é bem assim, inclusive a conselheira Julia colocou isso. Estão com pressa de

1 ceder um terreno que não é pequeno, como colocou o professor Wagner, é um terreno imenso,
2 e não estão prestando atenção em questões que são da Universidade; cedem esse terreno para o
3 Corpo de Bombeiros e pedem para eles ajudarem a Unicamp, caso ocorra algum incêndio aqui.
4 Entende essa preocupação, mas não vê a cessão desse terreno como solução disso. Pergunta por
5 que não estão com a mesma pressa, ou com o mesmo empenho para resolver essas outras
6 questões internas que são da responsabilidade da Unicamp. Também foi muito contemplada
7 pela professora Verónica, que colocou a questão de abraçarem questões que não são da
8 Universidade. Pergunta se não estão colocando os pés pelas mãos nesse sentido, pois já possuem
9 uma área da Saúde imensa, que abrange toda a Região Metropolitana de Campinas. Já era para
10 o HC estar sendo um Hospital de especialidade, mas ele acaba não atuando especificamente.
11 Pergunta qual é o plano de fuga se ocorrer um incêndio no HC ou no Caism; ele não existe. Fez
12 um apontamento de uma porta que trava se cair energia; se o Caism pegar fogo, tem uma porta
13 que tranca todos lá dentro, ela não tem destrava de emergência. Fez esse apontamento enquanto
14 foi membro da Cipa e nem resposta obteve da direção do Caism. Então, há muitas outras
15 questões nas quais não estão prestando atenção, e estão colocando a esperança em ter um Corpo
16 de Bombeiros acessível, amarrando um terreno e um compromisso com a Universidade de 20
17 anos. Acha muito complicada essa pressa de se resolver, embora entenda as preocupações,
18 porque se um laboratório, por exemplo, pega fogo, são mais de 20 anos de trabalho que se perde.
19 Mas acha que tudo tem de ser feito com muito cuidado e pensando no que estão priorizando, e
20 existem muitas outras questões para se resolver internamente antes de colocar aqui uma força
21 militar, como foi bem colocado pela professora Verónica. Nada contra, inclusive já foi militar
22 antes de vir para a Unicamp, mas acha que estão misturando as coisas. Não possui segurança
23 nenhuma, nem enquanto trabalhadora da Unicamp, muito menos enquanto conselheira e
24 representando quem a colocou aqui, para dizer que esse terreno deve ser cedido ao Corpo de
25 Bombeiros; seria contra. O Conselheiro EDSON TOMAZ diz que recentemente fizeram um
26 plano de respostas a sinistros e emergência, na Faculdade de Engenharia Química e depois
27 através de um grupo de trabalho, expandiram para outras unidades. Teve uma conversa no
28 Gabinete sobre o andamento desse processo, possuem já um recurso reservado para aquisição
29 de sensores e de sistemas de monitoramento contínuo para começarem a implantar nas
30 unidades, a exemplo do que já existe no Instituto de Química e na Faculdade de Engenharia
31 Química. Lógico que junto com esse sistema de monitoramento com sensores, alarmes, vem
32 todo um plano de abandono de edifícios, porque prioritariamente querem preservar as pessoas,
33 e posteriormente o patrimônio. Para isso, há a necessidade de se estabelecer um plano de
34 abandono, e isso faz parte de um treinamento, de simulações. O plano de abandono, os sistemas
35 com alarme, inclusive com o treinamento de brigadista, líderes de abandono e tudo o mais, são
36 importantes nas primeiras ações para evitar que o foco de incêndio se transforme em um grande
37 incidente. Mas é muito importante que na sequência da ação, caso haja a perda do controle
38 desse foco de incêndio, haja a ação complementar do Corpo de Bombeiros. Podem ir com as
39 equipes e com os treinamentos até certo ponto, quando se faz necessária a intervenção do Corpo
40 de Bombeiros, que é especializado, tem um treinamento, a preparação para esse fim. Então, ter

1 o Corpo de Bombeiros dentro do *campus* é uma grande vantagem, é um ganho muito grande
2 pelo tempo de resposta, então isso faria com que tivessem um sistema de acolhimento à
3 emergência muito eficaz. É claro que existe sempre essa preocupação, pois de fato o Corpo de
4 Bombeiros é ligado à Polícia Militar, mas na verdade o Corpo de Bombeiros é uma academia.
5 Até houve alguns anos atrás um movimento dentro do próprio Corpo de Bombeiros no sentido
6 de se separar, se transformar em uma academia. Os bombeiros têm uma formação muito
7 parecida com a formação da engenharia, e quando houve a discussão a respeito da cessão do
8 terreno, há alguns anos, eles queriam também que a Unicamp contribuísse para a formação dos
9 profissionais, porque de fato eles têm uma formação muito parecida com a engenharia. Eles
10 entram através de um vestibular da Vunesp, mas são essencialmente técnicos e possuem um
11 grande centro de treinamento em Mairiporã. Na época, foi uma das pessoas que participou de
12 discussões com vistas a essa vinda do Corpo de Bombeiros para o *campus*, e foram essas as
13 suas impressões. Registra a importância da proximidade, que acha que vai trazer uma segurança
14 para o *campus* muito grande, de forma que os deixaria realmente muito menos preocupados
15 com possíveis sinistros que possam ocorrer, e que hoje poderiam ser uma grande tragédia em
16 função da distância do Corpo de Bombeiros do *campus*, mais ainda levando em conta o trânsito
17 etc. Então, realmente, 20, 30 minutos de deslocamento pode ser suficiente para consumir
18 completamente qualquer prédio dentro da Universidade. O Conselheiro ALBERTO LUIZ
19 FRANCATO diz que a colocação que foi feita pelos que o antecederam no que tange a questão
20 dos prédios ainda não terem AVCB, a questão que o professor Edson Tomaz acabou de
21 mencionar, de ter proximidade, e em um eventual sinistro terem condições de acabar com o
22 incêndio o mais rápido possível, são importantes. Mas há uma frente também bastante
23 importante: na Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, existem professores
24 que desenvolvem pesquisas na área de prevenção e combate a incêndio, e que fazem parcerias
25 com profissionais do Corpo de Bombeiros. O professor Edson citou o pessoal de Mairiporã, e
26 eles têm até intenção de trazer parte desse centro de formação talvez para essa área, e estreitar
27 um pouco mais pesquisas a serem desenvolvidas nessa área. Toda a *expertise* hoje de combate
28 a incêndio utilizada é muito pautada em tecnologias utilizadas nos Estados Unidos e na Europa,
29 em que a arquitetura, os materiais de construção civil não possuem a mesma tipificação da do
30 Brasil, por isso muitas vezes é moroso extinguir um incêndio. Devem pesquisar técnicas mais
31 eficientes para o combate a incêndio no caso brasileiro, que ainda é pobre nessa área de
32 desenvolver a engenharia que colabora e trabalha junto com o pessoal que faz a brigada de fato,
33 em conhecer melhor os edifícios para esse quesito. E não é só a questão de acabar com o
34 incêndio, mas a estabilidade da estrutura no momento em que ela está em incêndio. Muitas
35 pessoas morrem em um prédio não porque elas vão ficar queimadas, mas porque o aço vai sofrer
36 escoamento, o edifício vai cair literalmente pela ação do fogo. Então, essa também é uma
37 oportunidade para no futuro estreitarem pesquisas nessa área. O Conselheiro JEFFERSON
38 CANO diz que entendeu do item da pauta e da fala do professor Douglas que não se trata
39 exatamente de decidir aqui a cessão do terreno. Entendeu que isso foi decidido em 2015 e estão
40 retificando essa decisão só por uma questão da localização, mas não estariam revendo a decisão

1 já tomada sobre a cessão do terreno. Ficou um pouco na dúvida aqui a partir do rumo que tomou
2 a discussão a partir de algumas falas, mas não se trata de fato de discutir conveniência ou não
3 da cessão, a cessão foi feita, e o que estão discutindo aqui é só a localização do terreno cedido.
4 Pergunta se seu entendimento está correto. O MAGNÍFICO REITOR responde que o
5 entendimento do professor Jefferson está correto, mas a questão está sendo discutida de uma
6 forma geral e não há forma de evitar que a discussão tenha outros rumos. A votação será sim
7 ou não a essa mudança, a cessão foi feita – e não é doação, é cessão – por 20 anos, mas vai
8 esclarecer com mais detalhes em uma fala final. O Conselheiro CLÁUDIO FRANCISCO
9 TORMENA, complementando um pouco a fala da professora Heloise, que já mencionou as
10 necessidades da Universidade, principalmente os riscos inerentes ao Instituto de Química, diz
11 que incidentes envolvendo o Instituto de Química, dependendo do local, do laboratório, da
12 extensão, não vão ficar restritos ao Instituto; possuem um fluxo de pessoas, dependendo do dia,
13 como foi colocado em termos da biblioteca, em finais de semana não tem pessoas circulando,
14 mas não podem tentar minorar esse problema, acha que devem pensar na segurança dos
15 institutos, das faculdade, dos órgãos da Instituição. Então vê a vinda do Corpo de Bombeiros
16 para o *campus* como uma questão de segurança para toda a comunidade da Universidade.
17 Concorda com o que foi colocado em relação ao militar do Corpo de Bombeiros, mas já foi
18 comentado que é uma instituição muito mais voltada a atender o público, atender às
19 necessidades da comunidade. Então vê isso como uma questão vital de segurança, até para
20 preservar vidas, porque dependendo do local, como colocou, onde o acidente ocorra, podem
21 estar colocando muito mais do que uma unidade, um laboratório em risco, mas boa parte da
22 Universidade. O Conselheiro JOSÉ ANTONIO ROCHA GONTIJO diz que essa é uma
23 preocupação que perpassa várias direções da Universidade, pela gravidade, como foi colocado
24 aqui. A infraestrutura predial da Universidade dificulta a evacuação em caso de incêndios.
25 Entretanto, houve dois grupos de trabalho, um deles o professor Edson Tomaz citou aqui, que
26 já propuseram medidas de treinamento, de sinalização e de evacuação de prédios. Isso é muito
27 importante e existe um também que já tem um relatório que foi encaminhado a todas as unidades
28 para que se manifestem sobre as suas necessidades. A área da Saúde tem um problema sério
29 para combate a incêndios, e existem recursos reservados para isso, que devem ter sido mantidos
30 no orçamento. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO diz que a
31 professora Heloise e o professor Cláudio Tormena já falaram a respeito dos aspectos de
32 segurança do Instituto de Química, o que pode acontecer no caso de um incêndio, e
33 eventualmente o fato de terem uma unidade do Corpo de Bombeiros próxima, que pode facilitar
34 muito o combate e minimizar os maiores riscos. Observa que embora os bombeiros tenham uma
35 formação um pouco militarizada, mas ela é completamente focada num treinamento técnico
36 específico, como já foi levantado anteriormente pelo professor Edson. E, na verdade, tem uma
37 possibilidade real de uma interação muito grande com a Universidade em vários aspectos, não
38 só nos aspectos relacionados à parte de construção, mas também de treinamento de pessoas, de
39 brigadas, de todos os aspectos relacionados a gerenciamento de resíduos químicos, da parte de
40 segurança relacionada a manuseio de uma série de reagentes que fazem dentro da Universidade.

1 Não só a Unicamp pode contribuir na formação técnica dos bombeiros, como também eles
2 podem participar em melhorar muitos aspectos da vida da Universidade no que se refere à parte
3 de segurança de incêndios. Além disso, não podem se esquecer de que estão ao lado de uma
4 das maiores refinarias de combustível do país, que obviamente tem a sua brigada de incêndio,
5 que é muito bem treinada, mas obviamente em qualquer sinistro eles vão participar de
6 infraestrutura da cidade. Havendo um Corpo de Bombeiros no *campus* da Unicamp, isso
7 eventualmente pode facilitar. E essa localização também permite escoar rapidamente para as
8 principais vias de acesso da cidade o atendimento para várias regiões, inclusive os bairros que
9 estão ao redor, como Barão Geraldo. Acha que seria na verdade bem interessante a proposta de
10 localização pelo que ela representa, e não vê em nenhum momento que a Universidade esteja
11 assumindo o papel, por exemplo, do estado. Não é isso, pelo menos na sua compreensão. O que
12 vê claramente é que a Universidade cedeu um espaço, no qual estão agora fazendo alguns
13 ajustes, por conta de modificação que aconteceu devido a corredores ecológicos, e responde a
14 uma demanda que pode ajudar toda a comunidade. No entanto, todo trabalho continua sendo
15 feito pelas secretarias de estado que são responsáveis pela situação. Não há, portanto,
16 envolvimento direto da Universidade, não existem despesas adicionais para ela. Na verdade, a
17 contrapartida da cessão do terreno, que já aconteceu, seria todos os serviços que poderiam ser
18 prestados por esse quartel do Corpo de Bombeiros nas proximidades, tanto para a Universidade
19 como para toda a comunidade que a cerca, uma quantidade enorme de bairros que estão ao
20 redor, incluindo condomínios. Então acha que é preciso separar as coisas, pois não vê,
21 definitivamente, que a Universidade vá consumir recursos próprios, ou que esteja fazendo
22 substituição de atividades. A única coisa que a Unicamp está cedendo é um espaço que vai ficar
23 geograficamente próximo, com vantagens para a comunidade interna e externa da
24 Universidade. A Conselheira FÁTIMA REGINA RODRIGUES ÉVORA diz que o professor
25 Coelho já antecipou algumas coisas que iria falar, concorda plenamente com ele. Quando a
26 Unicamp decidiu por ceder esse espaço por 20 anos, em hipótese alguma ela está assumindo o
27 lugar do estado no que diz respeito ao combate de incêndio. E também a presença do Corpo de
28 Bombeiros não inviabiliza que a Universidade faça a sua parte, no que diz respeito às atividades
29 para proteger as unidades, porque o trabalho que o Corpo de Bombeiros faz não é o mesmo
30 trabalho que a Unicamp pode fazer quando constrói portas de tal maneira que facilite o
31 escoamento, que tenha escadas adequadas para o escoamento das pessoas. Não podem se
32 esquecer de algumas tragédias muito recentes que vivenciaram, como a que aconteceu com o
33 Museu Nacional, também com o Museu da Língua Portuguesa e com hospitais cujo incêndio
34 causou a morte de pacientes. Então considera fundamental que respeitem essa decisão de 2015,
35 com a cessão desse espaço para o Corpo de Bombeiro, dessa forma protegendo não só a
36 Unicamp, o Hospital, as unidades, mas também o entorno, incluindo a moradia; se acontece um
37 incêndio na moradia, seria uma tragédia. Então é fundamental que tenham um acesso facilitado
38 do Corpo de Bombeiros, pois os bombeiros da cidade teriam uma dificuldade imensa de chegar
39 aqui. E já que alguns colegas falaram dessa proximidade da formação do Corpo de Bombeiros
40 de pessoas nas Engenharias e outras unidades, lembra que tiveram um aluno no IFCH que se

1 formou em Filosofia e que é bombeiro, e para a formação dele, ter feito Filosofia, como ele
2 falou em um discurso perante todos os colegas, foi de fundamental importância. Então apoia
3 vivamente que mantenham a cessão desse terreno. O Conselheiro WAGNER DE MELO
4 ROMÃO diz que está absolutamente convencido da importância de terem esse tipo de
5 prevenção ao incêndio, a Universidade é extremamente complexa, são vidas e são materiais que
6 precisam ser preservados ao máximo. Mas estão aqui em um contexto de Conselho
7 Universitário, então precisam discutir a Universidade e tomar as melhores decisões possíveis.
8 Entende que já cederam esse espaço em 2015, mas de 2015 até 2021 pouca coisa avançou em
9 termos do estabelecimento desse convênio, tanto que estão agora discutindo uma mudança,
10 mesmo que seja mínima, na localização desse terreno. Essa é uma preocupação que diz respeito
11 a praticamente todas as intervenções que precederam a sua fala com relação às urgências de
12 decisões que têm de ser tomadas, e gostou muito da fala do professor Edson porque apontou
13 aquilo que a FEQ já está fazendo para tentar conter e para tentar melhorar a sua possibilidade
14 de combate a fogo e minimização de perdas. Pergunta se existe no termo de cessão a previsão
15 de que, uma vez que o Corpo de Bombeiros não ocupe a área em um determinado prazo, essa
16 área retorna para a Unicamp. Essa é uma pergunta importante, porque é possível que, como a
17 professora Heloise mencionou, que nos próximos 40 anos não tenham nenhum trem. A segunda
18 coisa é exatamente a questão da mobilidade, então acha importante que prevejam sim esse uso
19 do espaço na Unicamp, agora possuem o Hub Internacional para o Desenvolvimento
20 Sustentável - Hids, por onde vai chegar, que área deveriam manter desocupada, para que
21 possam, em uma eventualidade, e acha importante que façam esforços também nesse sentido,
22 trazer esse tipo de transporte de alta densidade para mais próximo da Unicamp. Essas são as
23 suas últimas questões, mas está absolutamente convencido da importância de um equipamento
24 desse próximo da Universidade. O Professor DOUGLAS SOARES GALVÃO diz que como o
25 professor Fernando Coelho mencionou, quando foi escolhida essa área, entraram em
26 consideração alguns aspectos estratégicos, não só da própria Unicamp, mas da região de
27 Campinas como um todo. E uma das vantagens daquele local é que seria uma resposta
28 ultrarrápida para o Hospital. Sabem que evacuar um hospital com doentes acamados não leva
29 o mesmo tempo de evacuar um prédio em condições normais. Ocorreram casos trágicos
30 recentemente de pacientes que acabaram morrendo em incêndio em hospitais porque não houve
31 tempo de removê-los. Em relação ao AVCB, ressalta que a Reitoria já disponibilizou recursos
32 específicos para essas ações, como o professor Gontijo citou. A Depi está fazendo uma ação
33 junto às unidades para lembrar e coordenar essas outras ações, lembrando que o AVCB e a
34 brigada de incêndio são de responsabilidade do diretor da unidade, então não adianta só ter o
35 Corpo de Bombeiros, as unidades têm de se mobilizar nesses treinamentos específicos de
36 intervenção de incêndio. E às vezes o diretor da unidade só descobre que os prédios da unidade
37 não têm AVCB no momento em que ele precisa assinar algum convênio ou receber algum
38 recurso. A Depi está fazendo um esforço concentrado em tentar conscientizar as unidades,
39 agilizar esse processo, e os recursos financeiros já estão disponíveis. O MAGNÍFICO REITOR
40 diz que houve algum questionamento com relação a custos. Os custos todos, pelo que entendeu

1 da fala da senhora Talita, correm por conta do Corpo de Bombeiros. Pergunta se está
2 interpretando corretamente. A senhora TALITA DE ALMEIDA MENDES responde que sim,
3 os custos são do Corpo de Bombeiros. Respondendo ao professor Wagner, depois dos 20 anos
4 de cessão, se não for renovado, eles devolvem a área com a construção para a Unicamp. Então
5 é de propriedade da Unicamp, cedido ao Corpo de Bombeiros independentemente da
6 construção, enquanto vigorar essa cessão. O MAGNÍFICO REITOR ressalta que é uma cessão,
7 não uma transferência de posse. O terreno continuará sendo da Unicamp, ele será cedido por
8 20 anos. Se a cessão não for renovada, o prédio construído, as benfeitorias locais são
9 propriedades da Unicamp. Outra coisa é que a palavra “imediatismo” não se aplica. Se isso foi
10 iniciado em 2015 e estão em 2021, não tem nada de imediatismo. O que há é que os órgãos
11 colegiados mudam ao longo do tempo, mas as instituições têm história, isso foi decidido em
12 algum momento, e podem até rever essa decisão, como reviram uma decisão hoje. Mas não é
13 que essa decisão os esteja pegando de supetão, ela existe, está documentada e consta na pauta
14 da reunião. Um aspecto importante para o qual chama a atenção, que foi falado pelos
15 professores Alberto Francato e Edson Tomaz, é que a proteção contra incêndio depende de
16 rapidez, então querer que haja proteção rápida e que o Corpo de Bombeiros fique distante,
17 porque não pode estar nos marcos da Universidade, é uma contradição em termos. Precisam
18 decidir qual dos dois desejam, e às vezes essas coisas exigem decisões que facilitem. O Corpo
19 de Bombeiros perto obviamente tem um papel importante. Não podem atribuir nem ao Conselho
20 Universitário, nem à Administração Central a responsabilidade por decisões locais de uma porta
21 no Caism, nem de AVCBs nas várias unidades. Possuem um problema e a questão não é culpar
22 ninguém, nem retomar o passado. Pergunta como resolvem daqui para frente. Neste momento
23 específico da vida da Unicamp, possuem recursos, e isso implica que as comunidades locais
24 têm de se mobilizar; se as pessoas não forem atrás de realizar esses gastos, não vão mudar essa
25 situação nunca. A decisão do que fazer em cada prédio é das unidades. Quando o professor
26 Edson Tomaz está fazendo o que está, como diretor da FEQ, ele está tomando uma iniciativa
27 que é muito importante localmente, que terá importância para o conjunto da Unicamp. A
28 Reitoria anterior já se solidarizou e estão se solidarizando com essa iniciativa também,
29 disponibilizando recursos para que ela seja viabilizada. Mas isso não substituirá, de forma
30 alguma, as decisões locais. Não saberia responder à professora Verónica por que isso ficou
31 tanto tempo parado, não tem a informação exata dos motivos que levaram a isso. Ao tomar
32 posse, procurou fazer várias atividades, entre as quais teve uma reunião com o Corpo de
33 Bombeiros em que esse assunto foi retomado. Pessoalmente considera isso positivo,
34 acompanhou como diretor da FEA os vários problemas de AVCB, viu um laboratório na Unesp
35 ser totalmente destruído por causa de um incêndio no laboratório da área em que trabalha,
36 engenharia de alimentos. Tiveram aqui um laboratório de hidrogênio. Esses riscos existem, e
37 isso não é terceirizar para ninguém, não têm a responsabilidade do Corpo de Bombeiros, têm a
38 responsabilidade de ter prédios adequados, de fornecer treinamento ao seu pessoal, mas o Corpo
39 de Bombeiros é uma entidade necessária. Interpretou a fala da professora Verónica de uma
40 forma um pouco diferente que outros interpretaram. Precisam superar essa mania de ser uma

1 comunidade independente do resto do Brasil; devem interagir com a sociedade. A professora
2 Fátima deu exemplo de um aluno de Filosofia, e acrescenta que há outra área da Polícia Militar,
3 que é a Polícia Militar Ambiental, e tiveram duas vezes visitas dessas pessoas aqui na Unicamp.
4 Uma dessas pessoas importantes nessa corporação na região de Campinas fez pós-graduação
5 na Faculdade de Educação da Unicamp e foi orientada do professor Sanfelice, que faleceu
6 recentemente. Então precisam como universidade se abrir um pouco a isso também, se
7 desprover um pouco de certos preconceitos porque têm de se relacionar com o mundo exterior.
8 E se querem valorizar sua visão, que reafirmou há pouco tempo, serem pessoas comprometidas
9 com valores civilizatórios, diálogo é uma coisa essencial, conversar com o diferente e com o
10 outro faz parte daquilo que têm de realizar como universidade. E essas pessoas querem
11 interação. Mas se partem da premissa de que essa interação não vale a pena, estão se isolando
12 da possibilidade de interferir nos valores inclusive dessas instituições. Então, além da
13 importância técnica dessa questão, existe uma importância de visão de uma Instituição que quer
14 se relacionar com o resto das instituições públicas no país. Isso deve ser reafirmado também ao
15 tomar uma decisão como esta, que não tem custo nenhum para a Unicamp, basicamente, e que
16 pode abrir possibilidades muito boas, inclusive de cooperações técnicas. Por exemplo, essas
17 pessoas hoje fazem pós-graduação, elas querem saber como melhorar atendimento a incêndios,
18 a pessoas acidentadas, a incêndios florestais, e a Universidade tem *expertise* nisso e pode
19 colaborar. É preciso abrir uma outra perspectiva a isso. E também precisam pensar que se
20 relacionam com o futuro gradualmente, e o que estão decidindo aqui é uma mudança do espaço
21 cedido em 10 metros. Terão uma outra decisão a tomar, que é referente aos termos do convênio.
22 Então se por um acaso vier VLT, vierem outros meios de transporte, vão ter de decidir as novas
23 coisas à luz do que foi decidido antes. Mas se ficarem aguardando para tomar as decisões atuais
24 em função de decisões futuras, não avançam. Então uma coisa é ter preocupação com qual é o
25 impacto que a decisão atual gera nessas outras decisões, mas não podem ficar paralisados e não
26 tomar as decisões atuais por conta disso. A Conselheira EVANIR LOPES TEIXEIRA diz que
27 ouviu a explicação de que a Universidade não vai ter gasto nenhum em ceder esse terreno para
28 se fazer a corporação de Bombeiros. Concorde que é interessante fazer isso, mas pergunta por
29 que a Unicamp não quer investir em brigadista aqui dentro, por que não há treinamentos. Em
30 outros hospitais em que trabalhou, teve treinamento de como sair, como liderar um grupo para
31 sair na hora do incêndio. Se o HC por algum motivo pegar fogo, as portas de saída estão
32 travadas. Isso presenciou em 1994, quando um dia perguntou para a supervisão por que essas
33 portas ficam trancadas. Se o Caism pegar fogo, por exemplo, no segundo, terceiro ou quarto
34 andares, não conseguem socorrer, porque são escadas e não há espaço para fugir e socorrer as
35 pacientes, principalmente as pacientes do terceiro andar, que são quase a maioria acamadas,
36 que vão para paliativo, pacientes que infelizmente não conseguiram vencer o câncer. Pelo que
37 sabe, existe a brigada interna, conhece até uma pessoa, mas pergunta por que não fortalecem
38 essas pessoas a saírem e procurar o que está acontecendo, fazendo um trabalho preventivo. Em
39 2014, houve um pequeno incêndio em cima do bloco em que ficava a Neonatologia, e ninguém
40 viu. Olhou para o vidro e viu que estava pegando fogo, avisou às pessoas responsáveis, e se não

1 tivesse visto, a Neonatologia toda teria sido queimada, e lá havia mais de 25 bebês. Então é a
2 favor de treinarem brigadistas, de se criarem cursos dentro da Unicamp para isso, porque é uma
3 necessidade urgente. É bom ter os bombeiros, mas precisam ensinar os funcionários a lidar com
4 a situação. Pergunta às pessoas qual foi o último curso que alguém recebeu a respeito de saídas
5 de incêndio. O Conselheiro FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que
6 tem dois aspectos a comentar: o primeiro acha que não vai ser tratado aqui, não encontrou na
7 documentação, que é a parte de manutenção. Refere-se especificamente à conta de água, luz,
8 rede esgoto e recolhimento de lixo. Então em um eventual convênio, que imagina que vá ser
9 separado, acha que seria o momento de fato para estar presente essa certeza de que não haverá
10 gastos para a Universidade. O segundo ponto é uma dúvida sobre a maneira como foi
11 encaminhada a documentação. Uma vez que não estão votando uma revisão daquilo que foi
12 aprovado, caso não seja aprovada hoje essa proposta, pergunta se o contrato fica rompido,
13 suspenso, ou fica aquele contrato que está vigente. O MAGNÍFICO REITOR responde que se
14 não for aprovado, fica aquilo que foi aprovado na última reunião, que foi a sessão original. O
15 Conselheiro MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS diz que houve alguns
16 questionamentos e apontamentos nas falas relativos a treinamento na Universidade quanto a
17 brigada de incêndio. É servidor da Escola de Educação Corporativa, e informa que em 2019
18 começaram a fazer treinamentos de pessoas capacitadas para formar a brigada, e naquele ano
19 formaram 212 pessoas. E agora estão fazendo uma contratação para o curso de brigada de
20 incêndio e brigada de emergência, que são situações diferentes, serão mais 733 pessoas. Sobre
21 a pergunta levantada de por que a Universidade não atua mais, não tem mais efetividade, devem
22 lembrar que existe uma parte que também depende dos diretores de unidades e órgãos, eles
23 precisam procurar a DSTR para fazer o mapeamento de risco, levantamento da quantidade de
24 brigadistas que cada unidade precisa para então a Educorp ser acionada e contratar o curso ou
25 fazer o treinamento interno. Estavam fazendo o treinamento interno em 2019, mas a demanda
26 é muito grande e só possuem dois ou três servidores capacitados e habilitados pela IT17, que
27 preconiza a formação da brigada de incêndio, então não teria condições de fazer de forma
28 interna, por isso passaram a contratar. Mas acha que também cabe aos diretores de unidades e
29 órgãos procurar a DGRH através da DSTR para poder se preparar também e capacitar os seus
30 funcionários. O MAGNÍFICO REITOR agradece a informação e diz que essas iniciativas que
31 a Educorp já tomou e que está mantendo são importantes, pois precisa haver alguma ação local,
32 inclusive dos representantes agindo localmente para que essas iniciativas sejam tomadas. Essa
33 fala do conselheiro Matheus em relação à Educorp dá visibilidade a iniciativas que são tomadas
34 centralmente pela Escola da Educação Corporativa. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE
35 diz que iria falar o que o conselheiro Matheus falou. No caso da FEA, já fizeram esse contato,
36 tiveram mais de 80 pessoas treinadas. Foram treinadas pessoas de todos os prédios da FEA, e o
37 treinamento foi feito para ter essa capacidade de formação de brigada. Então a informação
38 anterior de que isso não acontecia não é verdade. A Conselheira VERÓNICA ANDREA
39 GONZÁLEZ-LÓPEZ diz que, pelo que entendeu, não há o que fazer porque a concessão já foi
40 feita lá atrás, o que estão aqui discutindo é a adaptação da metragem. Se entendeu direito, a

1 contrapartida por terem o Corpo de Bombeiros dentro do *campus* está sendo paga através de
2 uma cessão de um terreno, de um espaço, por 20 anos. Primeiro, não haverá custos para a
3 Universidade, o que já é uma boa contrapartida; além disso, prevê a participação de pesquisa e
4 integração com atividade de pesquisa nas unidades em que isso caiba. Sobre os cursos de
5 treinamentos de equipes, pergunta se existe uma previsão de prioridade quanto a atendimentos,
6 como no caso que a conselheira Evanir relatou. A Conselheira GABRIELA BARROS
7 GONÇALVES diz que talvez sua fala tenha sido mal interpretada, mas não é contra a parceria
8 do Corpo de Bombeiros. Não é essa a questão, não é querer ou não o Corpo de Bombeiros no
9 *campus*, é sobre dispor tempo, espaço e energia em um projeto que não é da Universidade.
10 Pergunta por que o governo do estado não resolve essa falta de espaço do Corpo de Bombeiros,
11 por que tem de ser um problema da Universidade. Por exemplo, o Instituto de
12 Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço foi construído com verba do processo da
13 Shell/Basf, mas vai ser um hospital administrado pela Unicamp. Ele é maravilhoso, é um
14 hospital que vai atender à população, é muito favorável a ele, mas é mais uma questão de saúde
15 pública que a Universidade está abraçando, assim como toda a área da Saúde. Pergunta por que
16 o governo do estado não fortalece as forças militares para que elas cumpram o seu papel, e por
17 que a Unicamp não cobra isso enquanto universidade em vez de ficar só abraçando essas tarefas.
18 Não é uma questão contra o Corpo de Bombeiros, não é uma questão de culpar A ou B, é
19 entender quem é a Unicamp na sociedade, qual o seu papel e o que podem fazer para contribuir
20 melhor para essa sociedade. Fez uma pesquisa e verificou que da unidade do Corpo de
21 Bombeiros do Taquaral até o Caism são 11 minutos, e da região da PUC até o Caism são sete
22 minutos, então é uma diferença pequena. E como a conselheira Evanir citou, já houve inícios
23 de incêndio no Caism que assustaram muito os trabalhadores. Dentro do Caism, há duas
24 autoclaves antigas que assustam os trabalhadores, todos os que trabalham na central de
25 materiais têm medo que elas explodam. Esses quatro minutos a mais não fazem nenhuma
26 diferença, pois para os trabalhadores e para a comunidade está fazendo mais diferença hoje ter
27 uma estrutura bem estabelecida e uma rota de fuga caso ocorram situações de incêndio, ter essas
28 questões bem estabelecidas, do que fazer parceria com o Corpo de Bombeiros. Não é contra a
29 parceria, mas não vê essa parceria e essa cessão de um terreno da Unicamp como um papel que
30 deveria ser abraçado por ela. O Corpo de Bombeiros vai sim auxiliar muito, mas isso não tira a
31 responsabilidade que cada unidade deve ter, de estar minimamente cuidando das estruturas e
32 recorrendo à Administração Central. Também não está dizendo que a Unicamp não faz isso em
33 nenhuma unidade, está citando a sua unidade porque tem propriedade para falar. Apesar de
34 esforços em uma e outra unidade, ainda há unidades muito atrasadas do ponto de vista de alvarás
35 e situação de incêndio, saber lidar com o incêndio, e em vez de verem um esforço nesse sentido,
36 estão vendo um esforço macro que não vai resolver a situação micro. Hoje, se houvesse um
37 incêndio no Caism, com um Corpo de Bombeiro seja no Taquaral, seja próximo à PUC, estima-
38 se que morreriam pelo menos 10 pacientes. Pergunta qual é a prioridade, o que estão fazendo
39 aqui se sabem dessa situação micro e ainda estão romantizando um pouco. Solicita que suas
40 palavras não sejam distorcidas, então a questão do imediatismo que o professor Antonio José

1 mencionou, acha que quando se trata de dinheiro público, órgão público, terreno público, cinco
2 anos é uma questão de imediatismo. Precisam tratar com muito cuidado e muita calma, e cinco
3 anos é pouco tempo, tanto que estão falando aqui de um convênio de 20 anos. Acha que está
4 sendo tratada com uma certa pressa uma questão que não deveria ser prioridade, e com muito
5 romantismo em cima dessa parceria do Corpo de Bombeiros com a Universidade, que entende
6 porque fica emocionada com essa questão de salvar os prédios, as pessoas, o trabalho que se
7 faz aqui, pesquisas e tudo o mais, mas ainda puxa para a questão da responsabilidade das
8 unidades, do Conselho Universitário e, principalmente, da Universidade dentro de uma
9 sociedade. Pergunta se vão ficar abraçando todas as causas que acham que precisam abraçar
10 porque vai ser bom para a comunidade dentro e fora ou se vão tentar entender o que precisa ser
11 feito e qual o papel da Unicamp diante do que precisa ser feito. No Caism, o socorro do Corpo
12 de Bombeiros perto ou longe não vai salvar as pessoas, mas há outras questões que podem
13 priorizar, como a reforma da UTI neonatal, que está para acontecer, é importantíssima e urgente,
14 principalmente por causa dessa questão do incêndio. Além do episódio que a conselheira Evanir
15 citou, houve uma outra situação de quase incêndio em razão de falta de manutenção de ar-
16 condicionado, e estão aqui citando uma parceria que não vai gastar nada, toda uma colocação
17 muito positiva, de um cenário muito positivo em cima de uma parceria com o Corpo de
18 Bombeiros, mas que está se olhando com romantismo para essa questão macro sem enxergar o
19 todo. Sua fala será distorcida novamente, mas está preocupada de fato apenas em representar
20 quem deveria estar sendo representado aqui. Reforça que a comunidade do Caism está pedindo
21 socorro. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que, no Instituto de
22 Química, um incêndio e um acidente são coisas com as quais convivem, então vai esclarecer
23 algumas coisas que ouviu aqui. Quem apaga incêndio é bombeiro, não é brigadista. O brigadista
24 socorre no imediato, e se ele não consegue, quem apaga o incêndio é o Corpo de Bombeiros. É
25 excelente ter brigadista em todas as unidades, é muito importante, porque se apagam um
26 incêndio rapidamente, evitam que ele vá adiante. Mas se ele for adiante, tem que ser o bombeiro.
27 Não chamam o brigadista para apagar incêndio na Amazônia, é o bombeiro, é o exército. As
28 pessoas treinam anos para trabalhar no Corpo de Bombeiros, não são meses para brigadista.
29 Precisam entender qual é o tamanho do problema, ele é muito maior do que isso. Se há duas
30 autoclaves no Caism que podem explodir, que fazem barulho e assustam a todos, elas devem
31 ser trocadas; devem chamar o diretor, dizer que está fazendo barulho, solicitar a troca. Uma
32 coisa não exclui a outra. Estão aqui há horas discutindo uma coisa óbvia, que quem apaga
33 incêndio é o Corpo de Bombeiros, eles têm de estar perto. Quanto mais perto eles estiverem,
34 melhor. Não adianta ter muito treino de brigadista; no incêndio que ocorreu em 1998 no
35 Instituto de Química, os terceirizados que faziam a vigilância durante a noite entraram no
36 laboratório, e por anos foram examinados contra presença de mercúrio no corpo deles, porque
37 houve evaporação de mercúrio naquele laboratório. Não querem isso para os brigadistas; devem
38 deixar que os bombeiros façam seu trabalho. O MAGNÍFICO REITOR diz que o assunto foi
39 bastante discutido, há diferenças de visões, ele por exemplo acha que quatro minutos pode fazer
40 a diferença para um incêndio, mas a conselheira Gabriela não acha. Não tem resposta de por

1 que demorou tanto tempo para isso ganhar essa dimensão que está ganhando hoje. Em relação
2 ao que colocou a professora Verónica, parte da resposta está na fala do professor Hashimoto:
3 são duas coisas diferentes, o que estão decidindo é só a cessão do terreno. Todas as coisas
4 associadas estarão na minuta do convênio. A contrapartida pretendida é que a cessão do terreno
5 implica que a construção do que for feito nesse terreno será da Unicamp quando o contrato
6 terminar. Todas as outras questões que colocaram são intenções, e não vai ter custo porque é
7 isso que pretendem colocar no convênio, que possui termos iniciais, uma primeira versão da
8 minuta na qual estão tomando o cuidado para que o corredor ecológico seja garantido, por isso
9 a mudança da posição, e também que a construção siga os padrões ambientais e de cuidados
10 que a Unicamp solicita para as suas novas obras de acordo com o seu Plano Diretor. Então todos
11 os convênios, possibilidades de trabalhos conjuntos, acreditam que serão possíveis em função
12 da proximidade. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é aprovada
13 com 55 votos favoráveis, 06 votos contrários e 04 abstenções. Passa ao item 06 – Proc. nº 01-
14 P-3074/2021 –, que trata de recebimento em doação do imóvel da Moradia Estudantil pela
15 Funcamp à Unicamp. O assunto foi destacado pelo professor Gontijo. O Conselheiro JOSÉ
16 ANTONIO ROCHA GONTIJO diz que é totalmente favorável ao assunto, e o destacou para
17 levantar uma dúvida. Acha muito importante que esse ponto venha ao Consu para resolver uma
18 situação que beira 30 anos de total inadequação. Só fica preocupado porque nesse processo de
19 doação existe um parecer contrário à doação do curador das fundações, e como na gestão
20 anterior não deu tempo de resolver isso, ficaram de ir ao curador para explicar a situação dessa
21 doação, que foi feita de uma forma inadequada à Funcamp, não à Unicamp, e não sabe se isso
22 foi solucionado. Então existe ou existia esse parecer contrário do curador das fundações, e
23 pergunta como está essa situação. Caso persista isso, há uma necessidade de resolver esse
24 problema, e acha que estariam votando o interesse de recebimento, porque não seria já o
25 recebimento da doação. O MAGNÍFICO REITOR solicita à doutora Fernanda que esclareça a
26 questão. A doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que realmente houve
27 esse parecer desfavorável, e um dos apontamentos feitos pelo promotor foi a falta de aceite da
28 doação pela Universidade, por isso estão pautando hoje o processo de aceite. Com base nesta
29 decisão que vai ser tomada hoje, vão agendar um horário com o procurador para tratar desse
30 assunto, tentar resolver isso junto ao Ministério Público. A decisão de hoje é uma das condições
31 para essa conversa. O Conselheiro JOSÉ ANTONIO ROCHA GONTIJO diz que então é uma
32 situação que necessita ser feita para que se convença o procurador de que ele está errado nesse
33 parecer. A doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO confirma, pois foi
34 apontado que não havia um indicativo de que a Universidade queria esse terreno, então agora
35 uma decisão favorável do Conselho vai demonstrar que é do interesse da Instituição receber em
36 doação o terreno. Então é importante essa decisão de hoje. Não havendo mais observações, o
37 MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 60 votos favoráveis
38 e 03 abstenções. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente
39 dos seguintes assuntos: A – Comissão de Vagas Não Docentes – CVND – Indicação de
40 Membros – nos termos do art. 8º da Delib. Consu-A-18/2013 – 01) Proc. nº 01-P-3972/1999 –

1 Indicação de membros para compor a Comissão, conforme Informação CVND-22/2021, como
2 segue: Representação da Área de Ciências Biomédicas: Titular: Prof. Dr. Luiz Carlos Zeferino
3 – FCM (mandato 18.05.21 a 17.05.22). Representação da Área da Saúde: Titular: Prof. Dr. Ciro
4 Garcia Montes – Gastrocentro (mandato 07.05.21 a 06.05.22) e Suplente: Prof. Dr. Luiz Otávio
5 Zanatta Sarian – CAISM (mandato 07.05.21 a 06.05.22). B – Comissão de Atividades
6 Interdisciplinares – CAI/Consu – Indicação de Membros – nos termos do inciso IV do art. 2º
7 da Delib. Consu-A-04/2001 – 02) Dossiê nº 01-D-25064/2021 – Indicação de membro para
8 compor a Comissão, em substituição à Profa. Dra. Maria Helena Baena de Moraes Lopes –
9 FEnf, cujo mandato se encerrou em 29.05.21 – Ofício CAI/Consu-10/2021, como segue:
10 Representação dos Diretores de Unidades de Ensino e Pesquisa: Suplente: Profa. Dra. Andréia
11 Galvão – IFCH. C – Calendário das Reuniões do Consu, Cepe e CAD para 2022 – 03)
12 Calendário das reuniões para o ano de 2022 do Conselho Universitário e das Câmaras de
13 Ensino, Pesquisa e Extensão e de Administração. Em seguida, passa a palavra aos conselheiros
14 inscritos. O Conselheiro LUIZ CARLOS DIAS diz que estão muito preocupados com o que
15 está acontecendo na Capes. Durante esse último fim de semana, ele e alguns colegas da
16 Unicamp, ex-coordenadores de área na Capes, elaboraram uma carta para ser encaminhada para
17 a presidência da Capes, para o MEC, para o Ministério Público Federal e também para
18 divulgação na imprensa. Foi coordenador da área de Química e ficou sete anos na Capes; o
19 professor Gontijo foi coordenador da área de Medicina I, professor Álvaro Crosta da área de
20 Geociências, a professora Nancy Lopes da área de Matemática, professor Roberto Luiz do
21 Carmo da área de Planejamento Urbano, de Demografia, e a professora Maria Ângela Meirelles
22 da área de Ciência de Alimentos. O professor Gontijo elaborou uma carta e foram fazendo
23 pequenas correções, sugestões, essa carta chegou até a professora Rachel, porque é muito
24 importante uma manifestação da Universidade, uma manifestação do Cruesp sobre o descalabro
25 que estão vendo acontecer na Capes. A USP, a Unicamp e a Unesp são responsáveis por algo
26 em torno de 40% das teses de doutorado, das dissertações de mestrado, e algo muito próximo
27 de 45%, talvez até um pouco mais, da produção científica brasileira. Essas três instituições têm
28 um peso enorme, mas elas também têm uma enorme responsabilidade neste momento. Então é
29 importante a manifestação contra a judicialização da avaliação da Capes que estão vendo agora,
30 é importante demonstrar a preocupação com a avaliação e, óbvio, com tudo o que está
31 acontecendo na Capes. Estão apresentando hoje ao Consu, como sugerido pela professora
32 Rachel, a manifestação que elaboraram, e que iriam enviar apenas assinada por eles, ex-
33 coordenadores de área, mas talvez seja interessante que o Consu avalie essa manifestação e
34 possam eventualmente pedir um encaminhamento para o Cruesp, que dá um peso maior. Passa
35 à leitura da carta: “O fundo do poço: A comunidade científica brasileira foi surpreendida pela
36 decisão da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro que determinou à Coordenação de
37 Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que suspendesse imediatamente a
38 avaliação dos programas de pós-graduação em andamento. Ao longo desses mais de 70 anos, o
39 país desenvolveu, por meio da Capes, um sistema de estímulo, financiamento e avaliação da
40 pós-graduação que foi se aperfeiçoando ao longo desse tempo, amparado em experiências

1 internacionais, por meio da revisão dos pares acadêmicos. Esse sistema inicialmente anual, em
2 seguida trienal e, nos últimos dois períodos quadrienal, tem efetivamente contribuído para o
3 avanço no Brasil da formação qualificada de recursos humanos para instituições de ensino,
4 pesquisa e na inovação do setor privado e, conseqüentemente, na pesquisa científica e na
5 inovação. O processo de avaliação da pós-graduação, que remonta a 1976, tem sido um
6 diferencial para a construção de um Sistema Nacional de Pós-Graduação robusto, eficiente,
7 transparente e reconhecido internacionalmente e proporcionando ao país a possibilidade de
8 reduzir a curto prazo sua dependência científica e tecnológica. A consistente avaliação realizada
9 pela Capes tem atribuído valor imensurável à qualidade e consolidação da pesquisa no Brasil,
10 de forma igualitária entre todas as instituições. Ressaltamos que inexistem a imprevisibilidade
11 nos critérios de avaliação, como argumento proferido pelo MPF, uma vez que a avaliação
12 sempre foi baseada em critérios objetivos, expressos em documentos elaborados para cada uma
13 das 49 grandes áreas do conhecimento. Todos esses documentos são exaustivamente debatidos
14 com a comunidade acadêmica, com as sociedades científicas e disponibilizados publicamente
15 antes de cada processo de avaliação. Particularmente, em relação às diferentes formas de
16 produção acadêmica, respeitadas as particularidades de cada área, envolve consultas
17 sistemáticas à comunidade acadêmica, bem como análise, equalização e aprovação colegiada
18 pelo CTC-ES. Quanto às notas de cursos e programas, estas são definidas posteriormente à
19 árdua avaliação, e refletem comportamento dinâmico, desempenho e maturidade de cada área
20 de conhecimento, conduzido de forma responsável por milhares de consultores *ad hoc*
21 vinculados às instituições públicas e privadas de ensino superior e institutos de pesquisa. A
22 interrupção abrupta da avaliação quadrienal coloca em risco todo o sistema de pós-graduação e
23 a produção científica brasileira, intimamente ligados. Dado o aparente desconhecimento sobre
24 o sistema de formação de docentes e pesquisadores no Brasil, demonstrado nos termos da
25 referida ação judicial, é importante reiterar que modificações no sistema de avaliação a cada
26 ciclo são pontuais, discutidas com a comunidade acadêmica brasileira e amplamente
27 divulgadas. Deve-se ainda enfatizar que somente a valorização e o persistente investimento
28 científico e tecnológico tornarão este país realmente socialmente equânime, tecnologicamente
29 desenvolvido e independente. Assim, tendo em conta as responsabilidades do Estado brasileiro
30 com a cultura, o ensino, a pesquisa e a independência tecnológica do país, nós, ex-
31 coordenadores de áreas de pós-graduação, reiteramos que prevaleça o bom senso e o espírito
32 público, com a retomada imediata deste sério e único processo de avaliação, que nos honra e
33 enche de orgulho”. Complementa que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a
34 Academia Brasileira de Ciências, o Foprop, a Andifes, já se manifestaram a respeito, e pensa
35 ser extremamente importante que a PRPG, a Unicamp e o Cruesp também se manifestem neste
36 momento absolutamente crucial da ciência, da pesquisa e da pós-graduação brasileira. A
37 Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que considera muito importante essa manifestação,
38 e a carta que os professores Gontijo e Luiz Carlos mostraram para ela ontem é mais ampla,
39 mostra uma preocupação até com outras questões da ciência e tecnologia, da redução de
40 recursos, da formação de recursos humanos em todas as áreas que dizem respeito à questão do

1 ensino e ciência e tecnologia. No entanto, essa versão reduzida faz o papel contundente de
2 demonstrar a preocupação da Universidade e de encaminhar uma manifestação para o Cruesp,
3 mas mesmo assim acha que a Unicamp pode já se manifestar nos jornais ou nas redes. O caso
4 é sério, a Capes está tendo uma série de problemas, a suspensão da avaliação coloca em risco
5 muito trabalho, muitos recursos, então encampa a iniciativa dos colegas de apresentar ao Consu
6 a proposta de manifestação a ser aprovada. O MAGNÍFICO REITOR reforça a fala da
7 professora Rachel, parabeniza os professores Luiz Carlos e Gontijo e os demais que se
8 associaram, ex-coordenadores, por essa iniciativa. Informa que ontem foi contatado pela
9 Reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, eles também fizeram uma manifestação e
10 ela justamente conversou com ele, assim como com o professor Vahan, solicitando uma
11 manifestação do Cruesp. Então essa manifestação de hoje é importante porque sua ideia é de
12 imediato repassar para o professor Vahan e solicitar que transformem também em uma
13 manifestação do Cruesp, que adaptem de acordo com a necessidade, mas que seja também um
14 posicionamento do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais. Não havendo mais
15 observações, submete à votação a moção, que é aprovada com 64 votos favoráveis e 02
16 abstenções. O Conselheiro MATHEUS ALVES ALBINO diz que considera que uma das
17 grandes virtudes do Conselho Universitário é, em relação às formas anteriores, como o
18 Conselho Diretor, exatamente o equilíbrio democrático entre os diversos setores da
19 Universidade. Já citou em outras ocasiões que o artigo 56 da LDB estabelece que em qualquer
20 caso os docentes ocuparão 70% dos assentos de cada órgão colegiado ou comissão. E no
21 Conselho Universitário hoje são 73%, na CAD 75% e na Cepe 77% de docentes, tirando
22 obviamente a representação da Fapesp, que também é de um docente. Parece pouca diferença,
23 mas são duas ou três cadeiras a menos que poderiam ser dedicadas aos pesquisadores, que não
24 estão representados hoje, à representação discente e à representação de servidores. Defende que
25 pautem essa adequação em breve e que a mudança seja ainda mais abrangente, revisando isso
26 no capítulo do Regimento que trata da representação discente, para retirar o que considera uma
27 tutela excessiva em alguns pontos, deixada desde os tempos da ditadura. Em seguida, destaca
28 que o diálogo que a APG, que a representação discente tem aberto com a gestão da PRPG é
29 muito importante; a PRPG tem recebido todas as demandas da pós-graduação e respondido com
30 muita agilidade, nem sempre obviamente elas são atendidas, mas sempre são respondidas.
31 Recebem diariamente muitas mensagens de agradecimento dos estudantes, que estende à toda
32 equipe da professora Rachel Meneguello; os preocupa muito a falta de comunicação com as
33 agências de fomento, muito disso por causa da gestão desastrosa do governo federal, mas
34 esperam atuar sempre juntos para melhorar isso quando for possível. Também destaca a
35 sensibilidade com que a ProEC, na pessoa do professor Fernando Coelho, tratou a iniciativa da
36 APG de criar um memorial para vítimas da Covid-19 na Unicamp, e também da Prefeitura do
37 *campus*, que tem melhorado sua atuação significativamente. Ainda há muita coisa a ser feita
38 pela Administração com relação à manutenção predial, adequação estrutural e acessibilidade,
39 mas reconhece o esforço ao menos desses órgãos que estão atuando nesse sentido. A
40 Conselheira KAROLYNE STEFANNY DE SOUZA pergunta o que fariam se saíssem larvas

1 da torneira de onde moram, ou se a caixa d'água fosse feita de amianto, material que já não é
2 mais o recomendado pelos órgãos. Acha que certamente tomariam providências para a
3 regularização dessa situação, mas não é o que veem na moradia. Nas últimas semanas, têm
4 observado a saída de larvas pelas torneiras, e não é de hoje que sinalizam esses problemas com
5 a água. O que recebem da Universidade é silêncio, omissão e negligência. Essas ocorrências
6 foram comunicadas à coordenação executiva da moradia, e a resposta que tiveram foi: “Faça
7 uma ordem de serviço”. Os relatos dos moradores que fizeram a ordem de serviço é de que em
8 menos de dois meses os problemas voltaram a acontecer. Por isso mais uma vez denuncia a
9 situação em que está a moradia, com problemas os mais diversos. Observam que fizeram
10 reparos menores, emergenciais, e recentemente também houve a troca do telhado. Mas pergunta
11 até quando terão esses reparos menores. No período de campanha, a Reitoria foi até o conselho
12 da moradia e se comprometeu com a reforma, mas ainda não observam isso. Na verdade, o que
13 possuem são laudos atrasados e os problemas que só se acentuam. Pergunta qual é o
14 posicionamento da Reitoria sobre esse atual problema da saída de larvas nas torneiras, além dos
15 outros, sem contar os problemas de energia, de bloco interditado, porque esses problemas têm
16 afetado diretamente a vida e a saúde das pessoas da moradia, e isso é responsabilidade da
17 Universidade. Pergunta quando a Reitoria vai se posicionar, vai pressionar a empresa
18 responsável pelo laudo da moradia, que está em atraso há mais de um ano, para a reforma ser
19 efetivada, e até quando a moradia e os moradores vão ser negligenciados. O Conselheiro JOSÉ
20 ALEXANDRE DINIZ diz que vai falar sobre o *status* vacinal e a Lei Geral de Proteção de
21 Dados. Na Feec, são poucas pessoas que não colocaram os nomes no sistema da Vida Funcional
22 da DGRH. Sua pergunta é como barrar essas pessoas para que não entrem na Faculdade; as
23 quatro pessoas são super eficientes, gostam de trabalhar, trabalham, vestem a camisa, mas não
24 querem se vacinar. Em uma das reuniões da retomada, foi informado que pela Lei Geral de
25 Proteção de Dados não pode pedir as carteirinhas de vacinação de cada usuário que entra na
26 Feec. Ao entrar na unidade, poderia barrar essa pessoa, mas não pode em função dessa lei.
27 Ontem, falando sobre isso na congregação, alguém disse que é estranho que a lei proteja as
28 carteirinhas mas não proteja a divulgação dos salários, dos cargos, dos nomes das pessoas, que
29 continuam sendo divulgados na internet. Então são essas duas questões, como barrar as pessoas
30 que não estão vacinadas dentro da unidade, e a outra se a Lei Geral de Proteção de Dados não
31 poderia proteger os dados salariais, de cargo, e assim por diante, porque acha muito perigoso
32 que todos saibam seus nomes, quanto ganham, onde trabalham e tudo o mais. A Conselheira
33 ANDRÉIA GALVÃO expressa a sua emoção de participar da Sessão hoje pela manhã, do
34 orgulho de fazer parte desse momento histórico na Universidade, e vai retomar o argumento da
35 acadêmica Milena sobre a diversidade de opiniões, mas ao mesmo tempo aquilo que têm em
36 comum, aquilo que os une. Além da democracia, acha que a importância da Universidade, do
37 trabalho que aqui realizam é algo que os orgulha, e possuem muita expectativa em relação à
38 retomada das atividades presenciais, mas muitas dúvidas também. Esse tema foi bastante
39 abordado nas últimas reuniões da Cepe e da CAD, e enfatiza apenas um ponto, que é a
40 necessidade de melhorar a comunicação, de dialogar, de falar e ouvir todos os lados, todos os

1 medos, todas as preocupações, olhar para as sugestões que são encaminhadas para que possam
2 enfrentar juntos este momento que é tão importante, mas também gera angústia, gera incerteza.
3 Outro ponto que destaca é a importância de pensarmos em formas de fomentar o trabalho
4 colaborativo entre os órgãos, entre os setores e as unidades que compõem a Universidade.
5 Possuem várias necessidades comuns e *expertises* diferentes. Falou na reunião da Cepe sobre a
6 preocupação no IFCH com a questão da ventilação, e ouvindo o professor Edson Tomaz na
7 CAD se deu conta de que estavam buscando respostas para os mesmos problemas de forma um
8 pouco diferente, mas ao mesmo tempo compatíveis. Então fizeram uma reunião, e agradece
9 muito ao professor Edson Tomaz por isso, porque acha que a partir desses encontros, dessas
10 experiências comuns, podem buscar respostas melhores para os problemas relativos ao retorno,
11 do ponto de vista sanitário, do ponto de vista dos custos que certas melhorias envolvem, buscar
12 também respostas mais viáveis do ponto de vista do tempo, porque os processos muitas vezes
13 são morosos, como bem sabem, e precisam de muito tempo para poder não só tomar uma
14 decisão, mas implementar essa decisão a partir do momento em que ela se desenha. Então faz
15 um apelo para que mais unidades, mais órgãos, possam pensar juntos, coordenados pela
16 Reitoria, para que possam ter soluções mais rápidas, mais viáveis, mais eficientes, e com isso
17 sentir que fazem parte desta comunidade, que tem tantos saberes diferentes, que podem se
18 associar, que podem contribuir uns com os outros para pensar em soluções para essa retomada.
19 Parabeniza e solidariza-se com os colegas que elaboraram a moção relativa à Capes, e de fato
20 acha que esse é um problema fundamental e urgente a ser enfrentado. O Conselheiro
21 FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO parabeniza a DCult, a ProEC, em
22 nome do professor Fernando Coelho, estendendo ao professor Carlos Machado, pelo belíssimo
23 evento realizado de retorno às atividades presenciais. Sabe o quanto um evento daquele nível
24 exigiu dos funcionários e professores da ProEC e DCult. O segundo ponto é que nessas semanas
25 viram ser veiculadas diversas matérias, tanto no jornal da Unicamp, como na TV aberta, e mais
26 recentemente em jornais da região, sobre o Hospital Metropolitano de Campinas. Segundo essas
27 matérias, seriam cedidos 40 mil m² para a construção de um hospital com estimativa de R\$320
28 milhões para a construção e custeio estimado de mais ou menos R\$250 milhões. Uma vez que
29 essa proposta, pelas reportagens, parece-lhe já amadurecida pela atual Reitoria, tendo já sido
30 apresentada em audiência pública do governo do estado, e também para a RMC, aos prefeitos
31 da região, sua preocupação é o possível impacto que isso possa ter na sustentabilidade da
32 Unicamp. Vai referir alguns fatos aqui da própria reportagem que o alertaram para alguns
33 pontos e solicitar mais informações. A reportagem cita que o Hospital Metropolitano integrará
34 o HC, ou seja, não é somente um hospital à parte do sistema que possuem; que ele teria por
35 volta de 400 leitos e o modelo seria o do Hospital de Sumaré, subvencionado pelo estado,
36 parcialmente, e administrado pela Unicamp, imagina que através de convênio Fascamp ou
37 Funcamp. Porém, na matéria em que é citado esse hospital, o diretor da Deas informa que na
38 mesma reunião ele solicitou mais recursos para o HC de Sumaré, que foi citado como modelo,
39 uma vez que houve cortes de orçamento pelo estado e várias das demandas não foram atendidas.
40 Sobre leitos, também é importante frisar que o HC, considerando as falas anteriores, do

1 sucateamento do HC, que lhe parece algo preocupante, possui 100 leitos desativados por falta
2 de recursos. Em outra reportagem, dessa vez sobre o Instituto de Otorrinolaringologia e Cirurgia
3 de Cabeça e Pescoço – IOU, que foi construído com verba do Ministério Público do Trabalho,
4 o diretor geral da Fascamp, que imagina que faça a gestão do convênio, doutor Gerson Laurito,
5 informa que somente o repasse do SUS não será suficiente, ele não cobrirá os custos reais e que
6 serão necessários recursos não públicos. Essa informação foi confirmada em uma matéria
7 veiculada em TV aberta, de que parte do atendimento será por convênios médicos estabelecidos,
8 Unimed etc. Posto isso, sua preocupação vem inclusive da sua experiência na Administração
9 Superior nos últimos anos, onde viu de maneira constante a necessidade de suplementação da
10 área de saúde assistencial, cujos esforços reconhece em tentar resolver os problemas, mas que
11 lhe parecem ser muito complexos de resolução. Até mesmo convênios como o dos AMEs, por
12 exemplo, que teoricamente não deveriam trazer nenhum ônus para a Universidade, ao longo do
13 tempo trouxeram, e não são poucos; uma conta que fez por alto mostra que daria para construir
14 pelo menos algo parecido com dois teatros do Instituto de Artes que estão parados. Então um
15 grande volume de recursos de fato é suplementado. Vê com muito bons olhos qualquer
16 iniciativa para tentar equacionar a sustentabilidade da área da Saúde da Unicamp. Conversou
17 com vários colegas da área que falaram da visão que têm desse projeto como uma solução de
18 fato para a área da Saúde. A área da Saúde cumpre um papel primordial, importantíssimo na
19 comunidade, na sociedade, na comunidade regional especificamente, porém, devido à
20 magnitude dessa proposta, e pensando que ela vai ser integrada ao HC, fica preocupado que
21 talvez uma ação que tenha como objetivo solucionar ou melhorar a situação atual se torne um
22 fator irreversível, um caso de insucesso no longo prazo, que não consigam reverter caso esse
23 projeto dê errado do ponto de vista de sustentabilidade. A área da Saúde é gigantesca dentro da
24 Universidade, tanto que por volta de 50% de todos os funcionários Paepe são da área da Saúde.
25 Portanto, em qualquer atividade que tenham, precisam pensar com muita atenção nessa
26 estrutura toda que a área da Saúde se tornou ao longo do tempo. Pensa que estão no limite, se
27 já não o ultrapassaram, de um ponto de equilíbrio financeiro entre a relação do restante da
28 Universidade e a área da Saúde. Viu, nessas últimas semanas em que foram vinculadas essas
29 reportagens, renascerem várias falas dessas duas partes, uma situação que considera muito
30 perigosa, de pensar a Universidade como a parte da Saúde e aquilo que não é a parte da Saúde,
31 e fica com um certo receio de que qualquer problema nesse projeto venha dividir ainda mais a
32 comunidade. Portanto, solicita mais informações e também que a discussão dessa iniciativa seja
33 feita de maneira mais ampla e sem pressa, envolvendo toda a Universidade. Imagina que essa
34 seja a intenção do senhor Reitor, envolver a Universidade inteira para estabelecer esse
35 convênio; imagina que os diretores devam estar envolvidos nessa discussão, mas a comunidade
36 ainda não recebeu nenhuma comunicação sobre isso, somente pelos jornais e órgãos oficiais da
37 Universidade. E uma pergunta que já fez no primeiro Consu da gestão é sobre o que ocorreu
38 com os relatórios do grupo de trabalho que foram feitos na área da Saúde, com sugestões no
39 longo prazo para uma possível resolução para a manutenção financeira da área da Saúde. O
40 Conselheiro FRANCISCO HIDEO AOKI diz que hoje pela manhã tiveram uma discussão

1 muito interessante, muito proveitosa e foi possível ver que possuem uma incrível capacidade
2 de avaliação das situações para que possam tomar atitudes corretas. Reforça o que foi dito pela
3 manhã, a Unicamp que honraram no passado, continuam honrando no presente, e querem honrar
4 para o futuro também. E traz muita satisfação saber que as diferenças que possuem de opiniões
5 são bastante ouvidas, bastante debatidas com contrariedades muitas vezes diametralmente
6 opostas, mas adequadas, porque as ideias são diferentes mas conseguem buscar um consenso
7 no sentido do desenvolvimento da Universidade. Uma das coisas que preocupam muito é a área
8 da Saúde, pois afeta não só as pessoas da própria comunidade, mas de todo o entorno da
9 Universidade. Lembra que tiveram, há cerca de dois anos, uma reunião demonstrando a
10 capacidade e as formas de financiamento das instituições de saúde relacionadas aos hospitais
11 públicos do Estado de São Paulo, articulados com as faculdades de Medicina e área de Saúde,
12 por exemplo, a de São José do Rio Preto, Botucatu, a USP de São Paulo, enfim, todas essas que
13 se debatem e propõem soluções diferenciadas para melhorar o financiamento da área de Saúde,
14 porque todos são radicalmente a favor do SUS, do Sistema Único de Saúde. Só que o
15 financiamento vem sendo reduzido drasticamente, e mesmo o financiamento apenas e
16 propriamente de ordem federal, o SUS, estadual, eles têm sido insuficientes. Se forem pensar
17 que o HC já teve, em um determinado momento, mais de 420, 430 leitos funcionando, hoje é
18 possível que tenham um pouco menos que isso, ou seja, estão estagnados ao longo do tempo,
19 salvo o aumento com o Caism, que deve ter em torno de 160 leitos, e alguns hospitais que foram
20 correlacionados com a Unicamp em acordos com a Secretaria de Estado, a Funcamp, a
21 Fascamp, passaram a funcionar financiados, fazendo a gestão desses locais, Sumaré, Piracicaba,
22 e os vários ambulatórios médicos de especialidades. Por outro lado, comparativamente com Rio
23 Preto, que tem em torno de 2,5 milhões de indivíduos, na região de Campinas são quase 7
24 milhões de pessoas que dependem bastante da área da Saúde da Unicamp. Lógico que ela tem
25 um certo grau de dificuldade crônica, e se há insuficiência de recursos para financiar, mesmo
26 melhorando todo processo de gestão, terão de fechar mais leitos. Não sabe de todos os dados,
27 mas imagina que isso genericamente poderia até ter que ocorrer. Precisam desesperadamente
28 de um desenvolvimento da Instituição como um todo, e da área da Saúde muito mais. Rio Preto,
29 para se ter ideia, com 2,5 milhões de pessoas no entorno, tem praticamente cerca de 2 mil leitos.
30 Portanto, a Faculdade de Medicina de Rio Preto, que é estadualizada, tem benesses muito
31 importantes no que diz respeito à possibilidade de formação e de atenção pelo SUS de toda
32 população da região. Precisam ter bastante em vista essa questão do desenvolvimento da área
33 da Saúde, isso é muito importante para que não ocorram situações como ausência de leitos, e
34 uma fila oncológica de 500 pacientes, pelo menos, para fazer cirurgia, porque não tem como e
35 não tem perspectiva. O Conselheiro JOSE LUIS PIO ROMERA diz que a arrecadação de ICMS
36 está com crescimento acumulado de 29%, e houve um compromisso do Cruesp de reunião da
37 comissão de valorização salarial. Estava combinado para o dia 30, e até hoje não se reuniu para
38 discussão do reajuste; mesmo que o Cruesp tenha essa interpretação da lei complementar 173,
39 é possível fazer essa negociação e reajustar a partir de janeiro os salários, porque a arrecadação
40 continua com crescimento mesmo após aquele trimestre que teve impacto da pandemia no ano

1 passado. Então ela segue acima das previsões iniciais da Secretaria da Fazenda e é possível que
2 tenham a reposição salarial, uma vez que a inflação já ultrapassa os dois dígitos anuais, pelo
3 índice oficial do IBGE. Outra questão é que a pauta específica do sindicato tem a reivindicação
4 de auxílio-alimentação de R\$1.409, que é a atualização de 2014 até abril de 2021 pela cesta de
5 índices que inclui IGPM, IPCA, IBGE e IPC-Fipe, então daria hoje cerca de R\$1.409 de auxílio-
6 alimentação, e vale-refeição, como é pago na USP, de R\$770 para todos servidores da
7 Universidade. O diálogo é muito importante, e a Reitoria já fez algumas reuniões com o
8 sindicato relativas à pauta específica, então está reivindicando que haja novas reuniões para
9 discutir essas cláusulas também que estão na pauta. Além da pauta específica da área da Saúde,
10 foi discutida a questão relativa aos fretados com a prefeitura, a questão de iluminação no
11 *campus*, que por exemplo na área da Saúde já foi solucionada, a manutenção foi feita e iluminou
12 todos os estacionamentos da área, era uma reivindicação antiga do pessoal do noturno do HC
13 que se utiliza das áreas de estacionamento, e já foi resolvido. A Conselheira MARISA
14 MASUMI BEPPU diz que passaram a parte da manhã falando de avaliação do passado,
15 verificação do presente, sempre com vistas ao futuro, e acha que toda vez que falam de futuro,
16 a questão que vem muito importante é a sustentabilidade da Universidade. Estão vivendo
17 momentos muito diferentes do que os que viviam há quatro ou cinco anos, quando a inflação
18 era na casa de 1%, 2% ao ano. Os últimos índices têm mostrado realmente que vão trabalhar
19 com uma inflação na casa dos dois dígitos, e isso penaliza sobremaneira o pessoal no início de
20 carreira e também o pessoal em final de carreira, mas sobretudo os menores salários, incluindo
21 docentes e funcionários. Então acha que precisam trazer a realidade do planejamento, essa
22 necessidade de olhar a dimensão do que pode ser o orçamento e do que terão de debater muito
23 clara e planejadamente; acha que isso é um pleito importante para trazer. Passaram um tempo
24 aqui conversando bastante e foi muito importante a parte específica de progressões e de
25 contratações de reposição, mas esses são montantes muito menores em relação tanto à questão
26 da reposição inflacionária, que é importante para a valorização das pessoas, quanto à questão
27 em que foi 100% contemplada pela fala do professor Hashimoto, a questão da notícia que foi
28 veiculada sobre o novo Hospital Metropolitano. Não a tranquilizou muito dizer que o modelo é
29 o do Hospital de Sumaré, porque quem já esteve na Administração sabe que continuamente o
30 convênio do Hospital de Sumaré foi deficitário à Universidade. Portanto, é uma questão que
31 devem olhar com muito cuidado, até porque não podem aumentar os conflitos ou esgarçamento
32 das relações entre área da Saúde e o restante da Universidade. Acha que essa tratativa tem de
33 ser feita de forma transparente, madura, clara, e que haja sim um crescimento da área da Saúde
34 porque a população necessita, sem dúvida nenhuma, de saúde e educação, mas também que não
35 seja em detrimento do crescimento de outras áreas na Universidade. Então mais informações
36 são importantes, esses dois assuntos trazem a questão do volume de recursos que podem vir a
37 onerar, e algumas são demandas mais internas, importantes para o reconhecimento de pessoas,
38 outras são mais externas, mas ambas têm de ser tratadas aqui no Conselho. A Conselheira
39 CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que muitos aqui sabem que tem uma doença
40 autoimune e é tratada de forma primorosa no HC, onde vai frequentemente. Já falaram da falta

1 de leitos por falta de verba, e além de falta de leitos, há goteiras, ou seja, desceram ao nível
2 mínimo em que não se tem condições de sustentar um Hospital de qualidade como o que
3 possuem. Então, sua pergunta é o que devem priorizar agora. Acha que primeiro devem ver
4 como atender a demanda do que já possuem. Essa notícia de um novo hospital a assustou
5 muitíssimo, por várias razões. A primeira, e gostaria que essa discussão fosse ampliada no
6 *campus*, assim como foi todo plano para ocupação da Fazenda Argentina, é que não está claro
7 para ninguém que lê na imprensa o modelo de gestão. Fazia parte do Consu na época em que
8 foi criada a FCA pelo professor Tadeu, sob promessas que não foram cumpridas em sua
9 totalidade por parte do governo do estado. E até hoje a FCA, seus docentes e funcionários
10 sofrem de falta de infraestrutura por não cumprimento de acordos assinados, e a Unicamp teve
11 e está tendo de arcar com muitas despesas que nunca foram previstas. Pergunta para os médicos
12 que a atendem como é possível uma goteira na sala do ambulatório, e a resposta é que não há
13 dinheiro para manutenção. Se não há dinheiro para cuidar de uma goteira, de ampliar ou de
14 recriar os leitos que havia, pergunta qual vai ser o ônus para a Unicamp, quer em infraestrutura,
15 quer em pessoal, quer em serviços, em custos para a comunidade, se não possuem nem
16 condições de cuidar das goteiras das instalações já existentes. Pergunta qual é o real
17 planejamento para o que consta nessas notícias de jornal, muitas das quais mostram claramente
18 que as prefeituras da região têm como único recurso um carro para levar doentes para o HC,
19 elas não vão ter dinheiro para ajudar a manter este novo complexo hospitalar em uma área que
20 não foi planejada para isso. O Conselheiro PAULO ADRIANO RONQUI informa que no IA
21 quase todos os funcionários já retornaram, estão verificando as necessidades para disciplinas
22 específicas, como abordado em reuniões passadas, e atividades docentes que já acontecem na
23 unidade e outras que necessitam de aquisições, que vão encaminhar isso para a Reitoria. A
24 proximidade do final do ano orçamentário limita a aquisição de equipamentos e obras, então há
25 necessidade de algumas atividades, por exemplo, permanecerem remotas, não na unidade. Estão
26 fazendo de tudo para que consigam reverter esse quadro, mas não é tão simples. Solicita o apoio
27 de sempre da Reitoria para atender às demandas específicas, como já sinalizado no último
28 encontro, sobre o plano de retorno, e certamente será muito oportuno ouvir a professora Maria
29 Luiza sobre esses pontos. O segundo ponto foi destacado pelo professor Fernando e reiterado
30 pela professora Claudia. Agradece a preocupação do professor Fernando, que citou como
31 exemplo o teatro do IA *versus* os compromissos a serem firmados com novos contratos para as
32 áreas, as quais podem ocorrer, onerar as finanças da Universidade. Observa que estão muito
33 empenhados em encontrar recursos para finalizar esse teatro, que hoje pode ser finalizado, mas
34 com as iniciativas por recurso externo para a área específica das Artes nem sempre são bem-
35 sucedidos. Conta com o bom senso e o olhar atento da Administração Central para resolver esse
36 problema que há anos, quase duas décadas, se arrasta na Universidade, pois esse teatro é da
37 Unicamp e não finalizá-lo é, sem dúvida, algo que sensibiliza toda a comunidade. A Conselheira
38 CLAUDIA VIANNA MAURER MORELLI diz que já foi bastante contemplada nas falas
39 anteriores dos seus colegas, mas reforça a necessidade de discutirem amplamente essa questão
40 do novo hospital. Entende a crescente pressão que o déficit por leitos na região de Campinas

1 impõe, e essa proposta tenta diminuir esse déficit. No entanto, vivem um período delicado e é
2 natural que esse assunto traga apreensão e muitos questionamentos. Por isso vê com bons olhos
3 essas propostas de maior debate, de se discutir amplamente, e que a Reitoria traga
4 esclarecimentos sobre este assunto. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA
5 parabeniza pelo evento de retomada, que foi muito bonito, muito interessante. Como disse o
6 professor Hashimoto, deu muito trabalho para fazer, mas teve um resultado muito interessante
7 de impacto simbólico para a comunidade interna e externa. Mas ainda com relação à retomada,
8 ouviu muitas dúvidas dos colegas do IEL e também de outras unidades. Pergunta para a
9 Administração Central quais seriam as projeções que ela pode fazer, independentemente ou
10 concomitante com as demandas locais. Essas projeções são importantes para que possam ter
11 uma ideia de como a Administração Central vê a conjugação da retomada com o controle
12 epidemiológico. É claro que sabem que existem várias medidas que estão sendo tomadas, a
13 questão dos aplicativos, mas ainda não ficam muito claras várias questões com relação ao
14 problema dos testes, ou de turmas que são muito grandes dentro da Unicamp, como vão dar
15 conta disso. E também devem se preocupar muito que os docentes não tenham um ônus maior,
16 tal como os docentes da educação básica tiveram nesse processo de atendimento a ensino
17 híbrido ou ensino remoto. Já tiveram esses ônus todos um ano e meio atrás, mas acha que nos
18 processos de retomada isso triplica. Então acha que precisam ter bastante clareza dessas
19 questões, porque não é justo que esse ônus fique sobre os docentes. A Reitoria está fazendo
20 essa discussão, mas sabem que isso tem um limite de atendimento em relação a demandas. Tem
21 preocupação com a discussão sobre condições de trabalho; é chefe de departamento atualmente
22 e sabem que as condições de trabalho dos docentes na Unicamp estão muito acima, a carga
23 horária que possuem, todo tipo de responsabilidade que possuem, tanto na graduação quanto na
24 pós-graduação, quanto nas atividades de pesquisa, e principalmente agora com a introdução da
25 curricularização da extensão, então gostaria que 2022 não fosse um ano em que os docentes
26 novamente voltassem a ter esse sentimento de que o ônus de todos esses processos ficam sobre
27 eles. Acha que podem pensar um pouco sobre essa relação com a comunidade externa, com a
28 sociedade. Existe o argumento de que precisam retomar, muitos colegas são bastante favoráveis
29 a esse retorno presencial, inclusive pela avaliação da qualidade do ensino, da saúde mental dos
30 próprios docentes, dos estudantes e de toda a comunidade, uma série de argumentos a favor
31 dessa retomada. Mas também há uma série de inseguranças; a responsabilidade da construção
32 da segurança da comunidade é uma responsabilidade compartilhada, mas é muito necessário
33 ouvir algumas diretrizes. Sabe que haverá uma *live* com a força-tarefa Covid dia 8 de outubro
34 sobre se a pandemia vai acabar ou não, achou o título bem interessante, mas acha que todos os
35 riscos devem ficar muito claros para a comunidade. A Conselheira CRISTIANE MARIA
36 MEGID diz que a sua fala também é relativa à preocupação com o plano de retomada. Não vai
37 repetir as preocupações com a evolução epidemiológica, mas reconhece e agradece os
38 constantes esforços para ampliar a comunicação e trazer informações cada vez mais precisas à
39 comunidade. Como já foi referido em outros momentos, é certo que não é possível solucionar
40 tantos problemas em tão pouco tempo, mas é certo que a retomada pode ser muito mais

1 planejada do que a suspensão das atividades presenciais. E também no caminho da preocupação
2 com o trabalho docente, com a preservação das vidas e tudo o mais, manifesta uma
3 preocupação, em especial daqueles docentes com quem dialoga, das carreiras especiais, sobre
4 as possibilidades de ensino híbrido. Por um lado há algumas unidades, algumas práticas que
5 entendem que essa é uma demanda inevitável para retomada das atividades presenciais. Atua
6 em um colégio técnico, então têm entendido que em grande parte de suas atividades o ônus para
7 o professor, repetindo o termo utilizado pela professora Anna Bentes, é maior quando praticam
8 o ensino híbrido em relação ao 100% remoto. E ao mesmo tempo, levando em consideração as
9 práticas de colegas em outras escolas de ensino médio e técnico que já vêm retomando as
10 atividades presenciais, há registros inúmeros de que a perda pedagógica é maior com ensino
11 híbrido do que com ensino 100% remoto. E aqui adiciona uma terceira preocupação que vem
12 em contraponto à última, mas não pede respostas, necessariamente, apenas que essas questões
13 estejam nas pautas das suas reflexões desse plano de retomada, que é a preocupação com a
14 naturalização das práticas remotas. Lembra que a prática remota é necessária para preservação
15 da vida, neste momento, mas ela não substitui de forma alguma a prática presencial, e a
16 manutenção da qualidade do ensino oferecido, das práticas de ensino oferecidas pela
17 Universidade, demanda em algum momento, com mais segurança na área da saúde, o retorno
18 das práticas presenciais. Nessas últimas conduções que foram trazidas pela Reitoria, entendem
19 que é possível projetar 2022 com vistas a esse retorno que desejam que seja 100% presencial.
20 A Conselheira ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS diz que foi muito contemplada na fala
21 das professoras Cristiane, Andréia Galvão e Anna Bentes. Solicita maiores informações
22 especificamente sobre os GTs da graduação e a da pós-graduação sobre a retomada das aulas
23 presenciais em março e como estão vendo a possibilidade de ensino híbrido, se eles têm já
24 algum tipo de estimativa, algum tipo de informação para que possam passar para a comunidade,
25 para que eles fiquem mais tranquilos. Tem certeza absoluta que o GT de retomada está tomando
26 as decisões de acordo com as informações que eles têm, e com a qualidade dos especialistas da
27 Unicamp se sente bastante confiante em voltar, espera semana que vem estar presencialmente
28 já na Unicamp. Está ansiosa por esse retorno, mas também com um certo frio na barriga, como
29 vários dos seus colegas, sobre as dificuldades que vão enfrentar nessa retomada. E com muita
30 clareza de que não vai ser possível dar conta de todos os imprevistos, afinal é um momento
31 único, não terão como prever tudo o que vai acontecer e todas as dificuldades que vão ter. Mas
32 está confiante de que trazer aqui essa necessidade de antecipação dos problemas será no sentido
33 de contribuir para que sejam pegos de surpresa o mínimo possível. O Conselheiro PAULO
34 REGIS CARON RUFFINO diz que houve uma tragédia no Imecc no começo desse mês, que
35 foi o falecimento de um aluno de graduação, Gabriel Henrique Fernandes da Silva, por suicídio.
36 Ele era uma pessoa muito querida, muito participativa, muito ativa, e ficaram todos muito
37 chocados, mais do que chocados, muito consternados com isso. Uma semana depois, houve
38 outra tentativa de suicídio de outro aluno de graduação do Instituto. Agradece a manifestação
39 de vários membros da comunidade, inclusive alguns membros deste Conselho. A reação
40 institucional imediata, além do acolhimento das turmas envolvidas, acolhimento imediato com

1 ajuda da equipe do Sappe e os professores desses alunos, foi impulsionar a criação de um espaço
2 de acolhimento no Instituto. A intenção é ter um espaço que cultua uma boa convivência e um
3 ambiente mais humanizado dentro do Instituto. Coincidência ou não, 15 dias antes dessa
4 tragédia assinou uma portaria criando o espaço de acolhimento, que até aquele momento estava
5 no papel. Isso fez com que percebessem que já era tarde, tinha de ter saído do papel antes
6 daquilo, e agilizaram para que esse espaço de acolhimento começasse a funcionar de imediato,
7 e começou na semana seguinte. Para quem quiser ver mais detalhes, convida a olhar a página
8 do Imecc, e também se coloca à disposição. O IFGW e a Feec também possuem espaços de
9 acolhimento, a diferença é que o do Imecc é acolhimento para toda a comunidade, incluindo
10 funcionários e docentes, não é só para alunos. Existe iniciativa piloto também na FE e na FOP,
11 e destaca que isso só foi possível graças à grande ajuda que a Reitoria forneceu nesse momento
12 emergencial e tão difícil para todos. Externa a sua sincera solidariedade e pesar à família e aos
13 amigos do Gabriel. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES parabeniza o Consu
14 pelo movimento que fizeram hoje pela manhã. Foi maravilhoso e foi muito importante, está
15 muito agradecida à Universidade e a este Conselho por poder fazer parte desse processo, um
16 momento em que falam à sociedade, à comunidade interna e externa da Unicamp qual é a sua
17 posição diante de algo que aconteceu no passado e através do tempo como se posicionam, isso
18 é muito importante. Em muitos momentos, possuem muita divergência em tudo, está aqui pela
19 bancada de trabalhadores, então a maior parte do tempo suas falas são em sentidos divergentes
20 aos da Administração Central e de muitos docentes também, ainda mais por ser da área da
21 Saúde, porque enfrenta um certo preconceito do resto da comunidade universitária de que a área
22 da Saúde é sempre um ralo de recursos na Universidade. Infelizmente ainda existe essa
23 divergência entre muitos segmentos da Universidade, de olhar para a área da Saúde dessa forma.
24 Mas vê isso como muito positivo também, porque quando possuem divergência é que crescem,
25 e dessa forma agradece pelas divergências e convergências relativas aos pontos em que estão
26 crescendo enquanto Conselho, enquanto Universidade. Agradece também à prefeitura do
27 *campus*, ao prefeito que assumiu o cargo nesta gestão, que resolveu um problema que se
28 arrastava há muito tempo na área da Saúde, que era a questão da iluminação e da reparação de
29 certos calçamentos, onde alguns trabalhadores caíam, sofriam acidentes indo trabalhar ou
30 saindo do trabalho, por falta de iluminação. O senhor José Luis já citou essa obra, agradece em
31 nome de toda a comunidade da área da Saúde, e agradece também ao doutor Luis Otávio, com
32 quem tem geralmente mais divergências do que convergências, mas nesse sentido de tudo que
33 foi posto aqui de servir à comunidade, de fazer cumprir o papel diante da assistência, ele tem
34 feito um esforço muito grande para buscar recurso de verba parlamentar para fazer as obras
35 dentro do Caism, como foi muito bem colocado pelo professor Hashimoto, pois nem tudo
36 conseguem pagar com as verbas recebidas do SUS, todos sabem que é insuficiente. Há a questão
37 posta também do hospital de otorrino, que não sabem como vai ficar, mas sabem que a Unicamp
38 vai acabar abraçando certas responsabilidades. No Caism, estão vendo um esforço, que não
39 deve estar sendo pequeno, da administração também em fazer melhorias, a obra da UTI
40 neonatal, que é o que o Caism está colocando em prática nesses últimos dias, e que vai ser algo

1 grandioso para o próprio Caism e para a comunidade, já que a unidade de internação da UTI
2 neonatal precisava de ajuda há muito tempo. A Conselheira CLÁUDIA REGINA
3 CAVAGLIERI diz que se inscreveu para engrossar o coro em relação à preocupação sobre o
4 anúncio do Hospital Metropolitano na Fazenda Argentina. Concorde com as falas dos
5 conselheiros que a antecederam e acrescenta alguns pontos em relação à preocupação e a
6 solicitação de esclarecimentos, especialmente com relação às questões de repasse de recursos
7 que normalmente são insuficientes, ou até não acontecem, como foi colocado pela professora
8 Claudia Medeiros em relação à FCA, mas também recentemente em relação à própria
9 pandemia. O HC passou por dificuldades para expansão de seus leitos, para o atendimento de
10 toda comunidade, e que seriam maiores se não fossem as doações que receberam da
11 comunidade. Além da questão da construção do hospital sem a devida discussão, provavelmente
12 o senhor Reitor deve fazer esse esclarecimento ao final para a comunidade, de um projeto do
13 Hids que já foi aprovado pelo Conselho Universitário, em consonância com o governo do
14 estado, prefeitura de Campinas, BID etc., e também devem lembrar dos custos indiretos que
15 aqui foram colocados, seja do modelo de gestão do Hospital de Sumaré, mas também sobre as
16 necessidades indiretas do próprio HC e da área da Saúde. Nessa mesma reunião, falaram sobre
17 a questão da contratação dos funcionários Paepe, o quanto a área da Saúde contrata, mas
18 também os usos relativos a fretados, a refeitórios, todo este custo indireto que uma área de
19 Saúde bem montada requisita na Universidade. Com relação às demandas da sociedade, como
20 foi colocado hoje pela manhã, logicamente a Universidade tem um papel extremamente
21 importante em relação a contribuir para as demandas da sociedade, há demandas muito grandes
22 em relação à educação, à saúde. Como profissional da área da Saúde, sabe da importância da
23 área, mas a Universidade possui demandas enormes em relação à retomada, a essa nova
24 normalidade, à manutenção, contratações, salários, então acha que precisam estabelecer
25 realmente prioridades neste momento em relação ao que querem como Universidade para não
26 comprometer o futuro no curto, médio e longo prazo. O Conselheiro LUIZ CARLOS
27 ZEFERINO diz que as manifestações dos vários conselheiros que o antecederam já colocam o
28 quanto esse assunto da área da Saúde está efervescente na comunidade. Preocupa-o muito
29 porque vê que a área da Saúde não faz bem para a Universidade e a Universidade não faz bem
30 para a área da Saúde. O professor Fernando Hashimoto fez uma análise muito boa, inclusive
31 mencionou que a área da Saúde é gigantesca. A área da Saúde da Unicamp hoje está empatando
32 com Botucatu, que há 10 anos era significativamente menor do que a daqui. Ribeirão Preto tem
33 800 leitos, São José do Rio Preto tem 1.180, e a da Unicamp é gigante por estar dentro da
34 Unicamp, mas é pequena quando comparam com seus parceiros. Ela é muito grande para a
35 Unicamp, que não consegue responder ao que a área da Saúde precisa e não conseguirá. Sempre
36 defendeu que se separasse a área da Saúde da Universidade, ainda que docentes da FCM
37 defendessem o contrário, mas acredita que hoje eles estão revendo essa posição. Na gestão
38 passada, a área da Saúde foi gerenciada direcionada pelas demandas de suplementações, ou
39 seja, tratando os sintomas, e passados os quatro anos não houve nenhuma evolução estrutural
40 da área. A parte positiva foi a criação de um GT que gerou um excelente relatório; estão

1 começando uma nova gestão e seria muito ruim que a área da Saúde fosse gerenciada por análise
2 de suplementações e reposição de pessoal. Isso não é bom nem mesmo para a área da Saúde.
3 Ainda que os números da área sejam significativos, em 2013, quando foram discutidas as 30
4 horas, havia profissionais de Saúde trabalhando 40 horas. Hoje, 2021, há o mesmo número de
5 profissionais que havia em 2013, financiados pela Universidade, só que o contrato é de 30 horas,
6 então existe menos força de trabalho financiada pela Universidade hoje no Hospital de Clínicas
7 do que em 2013. Houve um período com o maior número de profissionais, quando foi feita a
8 reposição compensatória por conta da implementação das 30 horas, mas as restrições de
9 reposição foram progressivas de tal forma que há menos profissionais contratados pela
10 Universidade em atividade no HC hoje do que tinha em 2013, quando o contrato era de 40
11 horas. A consequência é utilizar mais dinheiro da Funcamp para compensar isso, e aí vai à
12 falência, uma das causas da dificuldade financeira do Hospital. Então acha que precisam de
13 mudanças estruturantes para o Hospital, e tem certeza que, como foi mencionado pelo professor
14 Fernando Hashimoto, no relatório do GT há questões importantes sobre a governança da área
15 da Saúde. Acha muito importante que se façam mudanças estruturais e enquanto isso terão de
16 tratar a sintomatologia, que são as suplementações, reposição de pessoal, ainda que ela seja
17 deficiente. Isso traz muita angústia, principalmente quando falam de novas expansões, que são
18 fundamentais; a questão é como fazer isso sem onerar a Universidade. Possuem desafios
19 importantíssimos para os gestores da área da Saúde, então deixa essa mensagem de preocupação
20 e, obviamente, toda a sua disposição para contribuir com este assunto. O Conselheiro
21 WAGNER DE MELO ROMÃO diz que se solidariza com a comunidade do Imecc e toda
22 comunidade da Unicamp, os estudantes, pelo falecimento do aluno Gabriel, como disse o
23 professor Paulo. E presta uma homenagem a uma pessoa que faleceu na última sexta-feira, final
24 da noite, o Carlos Néder, que foi vereador em São Paulo por diversos mandatos, foi deputado
25 estadual por diversos mandatos também na Alesp, foi secretário de Saúde da Luiza Erundina
26 no início dos anos 1990, e foi estudante da Unicamp, fez sua dissertação de mestrado na
27 Faculdade de Ciências Médicas, orientado pela professora Elizabeth Smeke, com o título
28 “Participação em gestão pública e a experiência dos movimentos populares de saúde no
29 município de São Paulo”. Neder era um político absolutamente ético, responsável, sério,
30 comprometido com a universidade pública, comprometido, é claro, com a área da Saúde, já que
31 toda sua formação política se deu junto aos movimentos populares de saúde, sobretudo na zona
32 leste da cidade de São Paulo. Em sua atuação parlamentar tanto na cidade de São Paulo, como
33 no estado de São Paulo, Neder sempre foi uma pessoa pública absolutamente exemplar,
34 solidária, dedicada, tendo mais de 60 projetos de lei aprovados, tanto na Câmara de São Paulo
35 quanto na Assembleia Legislativa. Ele não se reelegeu nesse último período, mas estava
36 liderando a Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas e dos Institutos de
37 Pesquisa do Estado de São Paulo. Então sempre foi muito próximo das universidades, era uma
38 liderança que tinha um papel muito importante para as universidades, e sempre reservou parte
39 das suas emendas parlamentares sobretudo para a área da Saúde aqui da Unicamp, e o Neder
40 faleceu de Covid. Ele se protegia e se protegeu como pessoa que entendia as necessidades da

1 proteção nesse período, tomou as duas doses da vacina, mas infelizmente veio a contrair a Covid
2 em julho deste ano e no início de agosto teve de ser internado, entubado, passou por um processo
3 muito difícil, teve um AVC. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO
4 MEYER diz que pelas notícias que teve da família, o Carlos Neder contraiu a doença da esposa,
5 que atuava na linha de frente do combate à Covid. Ele sempre foi um amigo das universidades
6 públicas paulistas, especialmente da Unicamp. Ficou muito abalado quando isso aconteceu,
7 demorou um dia para conseguir escrever para as pessoas que conhece da relação íntima dele, e
8 ficou realmente sentido pela perda que a Unicamp, as universidades públicas paulistas e o
9 Estado de São Paulo tiveram com o falecimento dele. A Conselheira MURIEL DE OLIVEIRA
10 GAVIRA diz que vai colocar vários pontos aqui, um deles refere-se à questão dos problemas
11 psicológicos que têm enfrentado, principalmente os estudantes, então solicita especial atenção
12 à ampliação das condições de trabalho do Sappe, que é muito importante. Têm chegado a eles
13 algumas demandas a respeito das adaptações das salas, então pergunta como estão essas
14 adaptações, especialmente em questão de ventilação. Na FCA, por exemplo, as salas são muito
15 grandes e há dificuldade de ventilação por conta da falta de janelas. Também pergunta sobre
16 adaptação para equipamentos para ensino híbrido, uma vez que não há como, se houver
17 distanciamento, colocar todos os alunos em sala de aula. Solicita ainda informações a respeito
18 da *live* que foi comentada em outras reuniões para discussão e esclarecimento das dúvidas da
19 retomada. Por último, menciona que a questão do Hospital Metropolitano a preocupou também
20 grandemente. Primeiro, deseja entender como isso se encaixa na proposta inovadora e ousada
21 do Hids, e o outro ponto é que, como professora da área de sustentabilidade, sempre comentam
22 que os serviços públicos têm de estar próximos à população, e o que encontram aqui em Barão
23 Geraldo e na Unicamp é um trânsito muito grande de transporte vindo de outras cidades. Então
24 pergunta se não seria mais interessante estudar uma outra região mais adequada, para desafogar
25 um pouco aqui, pensando em um projeto entre os municípios. Entende que há necessidade de
26 leitos, concorda plenamente com isso, mas acha que têm de estar mais perto da população e
27 desafogar um pouco essa área aqui e, claro, colocar sempre melhor infraestrutura, manutenção
28 do que já possuem aqui, equipamentos de última geração e tudo o mais. O Conselheiro
29 MARCELO ALVES DA SILVA MORI reforça a fala de alguns conselheiros que o
30 antecederam, em particular a professora Marisa Beppu, manifestando a preocupação geral dos
31 docentes, principalmente os docentes recém-contratados, aqueles que têm menores salários,
32 portanto, e que se estende aos servidores não docentes também, com a defasagem salarial que
33 se instalou frente à inflação que atingiu os dois dígitos ao ano. Essa situação é agravada ainda
34 pela perda salarial, acumulada desde 2013, quando começaram a ter reajustes abaixo da
35 inflação, sendo que em alguns anos, em especial nos últimos, não tiveram o salário reajustado.
36 Segundo os dados gentilmente cedidos pela ADunicamp, a perda salarial acumulada desde 2013
37 varia entre 33% e 38%, dependendo do índice de inflação utilizado para o cálculo. Esse cenário
38 gera uma grande insegurança financeira e profissional entre os servidores, preocupa-os a
39 redução drástica no poder de compra, que tem impactos diversos não só na vida das pessoas,
40 mas na capacidade enquanto instituição de valorizar a atividade dos seus servidores e de manter

1 ou atrair recursos humanos qualificados que tendem ou tenderão a buscar alternativas em outros
2 setores caso não mitiguem rapidamente essa defasagem salarial. Por isso é fundamental tomar
3 uma atitude o quanto antes para evitar que os danos causados tenham um impacto irreversível.
4 Foi com bastante satisfação que receberam o prospecto de aumento da arrecadação pela
5 Unicamp, foi também com bastante satisfação que aprovaram no Conselho Universitário pautas
6 de valorização da carreira por meio de progressões, e reconheceram a importância de
7 investimentos em áreas estratégicas, como assistência, infraestrutura, no retorno presencial
8 seguro, em tecnologias de ensino, novas contratações, dentre outros. Mas tudo isso precisa ser
9 discutido à luz dessa desvalorização salarial, e isso precisa ser feito o quanto antes para que
10 possam pensar conjuntamente sobre como devem investir o recurso orçamentário recentemente
11 ampliado, mas finito, da maneira mais responsável e eficiente possível, lembrando que qualquer
12 reajuste terá um impacto orçamentário significativo e duradouro. Tem certeza de que o professor
13 Sarti e a atual gestão têm essas questões em mente, reconhecem sua importância e entendem
14 também os entraves impostos pela lei complementar 173, porém solicita, em nome dos docentes
15 da Unicamp, os quais representa, que iniciem o quanto antes as discussões nesse sentido, não
16 esperem, no mínimo para dar satisfação para esses docentes sobre qual é a perspectiva da
17 Unicamp para mitigar esse problema o mais rapidamente possível. O MAGNÍFICO REITOR
18 solicita que o professor Douglas esclareça sobre o laudo da moradia, e depois o prefeito Juliano
19 esclareça sobre as questões de manutenção da moradia, em função da fala da acadêmica
20 Karolyne. O Professor DOUGLAS SOARES GALVÃO diz, com relação às casas da moradia,
21 que possuem dois laudos, um que foi feito para as quatro ou cinco casas que possuem
22 problemas, esse laudo já foi concluído, tem uma recomendação técnica já pronta, e tem a
23 possibilidade de se realizar uma reforma que nos valores eram em torno de R\$300 mil, tem de
24 corrigir, pois o índice da construção civil subiu muito mais do que a inflação nominal. E havia
25 um segundo laudo que tratava de todas as outras casas, mas o laudo não foi de qualidade técnica
26 muito boa, inclusive não chegou nem a ser pago, e está sendo feito um novo edital para esse
27 laudo, que está atualmente com a DGA. O senhor JULIANO HENRIQUE DAVOLI FINELLI
28 parabeniza o professor Antonio José por este Consu histórico, que acha que vai marcar o futuro
29 da Universidade e a vida de todos aqui. Quanto aos questionamentos que a conselheira Karolyne
30 levantou, esclarece que a prefeitura universitária desmembrou um contrato para prestar
31 melhores serviços à moradia, e desde o dia 1º de setembro possuem profissionais *full time* na
32 moradia para atender todas as demandas dos alunos. Além disso, estão em contato constante
33 com a administração da moradia e com a PRG para melhorar a governança também no quesito
34 de atendimento às ordens de serviço. Uma das iniciativas foi ceder o *software* que possuem na
35 prefeitura para a administração da moradia poder gerenciar melhor todas as requisições de
36 prestação de serviço. Quanto à questão do telhado e das caixas d'água, a prefeitura
37 universitária realizou em outubro do ano passado uma limpeza completa de todas as caixas
38 d'água. Há uma dificuldade inerente à construção da moradia, que não previu acesso direto para
39 as caixas d'água, então em toda a manutenção é preciso destelhar parte da moradia para ter
40 acesso às caixas d'água, o que segundo os técnicos dificulta também a manutenção dos prédios

1 da moradia. Uma outra informação importante é que já está previsto no cronograma uma nova
2 limpeza para outubro de 2021 de todas as caixas d'água da moradia. Provavelmente ocorreu
3 alguma intercorrência em uma das unidades com rompimento de uma das tampas ou algo
4 semelhante, e já estão acionando as equipes para amanhã mesmo estarem na moradia. Nesse
5 sentido, solicita à conselheira Karolyne que os informe qual a unidade em que está ocorrendo
6 esse incidente, e vão também conversar com a administração da moradia, PRG, para melhorar
7 o fluxo de comunicação, para que possam atender o mais brevemente possível todas as
8 ocorrências de manutenção da moradia. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO congratula
9 este Conselho Universitário pela decisão de hoje pela manhã. A frustração de ter estado neste
10 Conselho em 2014 foi amplamente superada pela felicidade de ter estado hoje aqui votando
11 pela revogação do título. Em seguida, solidariza-se com o Imecc; estão muito preocupados com
12 as questões de saúde mental dos alunos, que tem provocado fatalidades como essas. Em relação
13 à Capes, aprovaram aqui uma moção bastante oportuna, pela manhã, elaborada pelos
14 professores Gontijo e Luiz Carlos, e espera que o professor Antonio José consiga encaminhar
15 isso rapidamente para o Cruesp para que seja uma manifestação bastante mais ampla. De fato,
16 a comunidade acadêmica e a comunidade de pró-reitores do país têm apostado muito no apoio
17 das instituições, mas a própria Capes tem mostrado uma certa fragilidade na defesa da
18 instituição, principalmente contra essa judicialização que houve da avaliação quadrienal. Estão
19 nessa onda de judicializar muitas coisas no país e essa foi mais uma delas, e a Capes não tem
20 mostrado, como instituição, o investimento para que essa defesa da instituição seja de fato mais
21 efetiva. Tanto o CTC quanto o Conselho Superior estão preferindo apelar para que as
22 instituições os apoiem, porque os programas estão nas instituições. Portanto, a moção que
23 aprovaram aqui é muito oportuna e muito necessária com relação à defesa não só da avaliação,
24 mas da própria Capes. A Capes tem passado por um momento muito conturbado, muito
25 turbulento, com algumas indefinições nas políticas que vêm implantando. O próprio Print é uma
26 política que vem sendo tocada talvez de maneira muito equivocada até na sua definição sobre
27 recursos, que não sabem se existem, pois o edital de bolsas na próxima rodada nem foi aberto.
28 As pró-reitorias de São Paulo têm tentado contato com a Capes para ver se isso se mobiliza e
29 se há definições mais claras para os programas, para as pró-reitorias, mas não têm tido tanto
30 sucesso. Informa que a Capes abriu um edital, que está na sua página, de projeto que envolve
31 propostas relacionadas aos desdobramentos da pandemia, desdobramentos da Covid-19 em
32 várias áreas, e é um projeto que envolve a concessão de bolsas de mestrado e doutorado. Então,
33 se os professores interessados nessas áreas que estão sendo apoiadas puderem olhar, talvez seja
34 uma oportunidade. Informa também que encaminharam na semana passada uma proposta de
35 oferta de vagas, que é uma resposta à Secretaria de Educação, que procurou a pró-reitoria para
36 um programa de formação dos professores da educação básica. Houve a adesão dos programas
37 da Faculdade de Educação, o Profmat, o Profhistória e a Matemática Aplicada, e agora estão
38 esperando o retorno desse convênio, mas entende que é muito importante porque uma das faces
39 da Pró-Reitoria de Pós-Graduação é a vinculação muito clara com o ensino básico e com a
40 sociedade mais ampla. Então, espera que esse convênio tenha sucesso e os programas também.

1 Respondendo aos comentários feitos por algumas colegas, em especial as professoras Andréia,
2 Anna e Cristiane, sobre a questão do ensino, diz que estão também bastante preocupados com
3 a questão do ensino daqui para frente. No âmbito das Pró-Reitorias de Pós-Graduação e de
4 Graduação, estão montando dois GTs, sendo um já em pleno andamento e quase finalizando o
5 seu trabalho. O GT da retomada das aulas dos alunos, que são deliberações de prevenção, de
6 possibilidades, alternativas, é algo voltado para como retomar as atividades na Unicamp. E
7 estão montando, no âmbito da CCPG, um GT sobre o ensino, o que vai ser daqui para a frente
8 o ensino na Unicamp. Pretendem se reunir a partir da próxima semana e depois vão juntar a
9 discussão da pós-graduação com a discussão que a graduação fará, mas estão preocupados
10 porque sabem das implicações do ensino híbrido, do ensino remoto, precisam conversar sobre
11 essas implicações e sobre as impossibilidades que a Unicamp tem, assim como as outras
12 universidades, em dar conta das questões básicas do ensino nas questões infraestruturais que
13 possui. Não há aqui salas de aula que deem conta do retorno igual ao que era antes; não existe
14 “novo normal” para a Universidade, nunca vai acontecer isso. Precisam dar conta do que será,
15 como vão fazer com as turmas grandes, com as salas de aula, e como vão fazer com o legado
16 da pandemia, que é aquilo que é possível considerar positivo que a pandemia trouxe, que é o
17 encurtamento das distâncias, visando o currículo dos alunos, as atividades dos professores, as
18 relações entre alunos e professores, mesmo que tenham preferência pelas atividades presenciais.
19 Estão atentos a isso, vão começar essa discussão seriamente e pretendem que isso seja boa parte
20 das diretrizes e orientações para o primeiro semestre de 2022. Todos têm inseguranças sobre o
21 que vai acontecer daqui até lá, não sobre suas vontades, mas inseguranças sobre as vontades do
22 vírus. Não sabem até onde ele irá e até onde as possibilidades da Universidade irão, mas estão
23 discutindo isso com cuidado e esperam trazer para a comunidade respostas e orientações mais
24 compactas e sólidas. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO manifesta sua
25 tristeza com o ocorrido com o aluno do Imecc e parabeniza a direção do Instituto pela criação
26 da área de acolhimento, que é extremamente importante. A professora Rachel já falou, mas
27 reafirma que esta semana publicarão uma resolução GR sobre o retorno dos alunos às atividades
28 neste segundo semestre de 2021, alguns parâmetros que as unidades utilizarão para o retorno
29 não obrigatório das atividades estudantis agora em 2021. E estão montando também um GT
30 para discutir o ensino a partir do ano que vem. Pretendem trabalhar em outubro, e antes da
31 formação das novas turmas, do novo calendário, terão uma resposta. Informa que o professor
32 Fernando Coelho e ele estão visitando todas as congregações para ouvir sobre a integração do
33 ensino e extensão; tem sido muito produtivo e estão aceitando qualquer indicação, opinião etc.
34 Outra atividade da pró-reitoria tem sido reuniões com os pró-reitores da USP e da Unesp, na
35 tentativa de aumentar um pouco a interação entre as três universidades, fomentar as disciplinas
36 comuns e a participação de alunos das três universidades em disciplinas para convalidação nas
37 universidades estaduais. Em seguida, convida todos para as atividades do EA2 que estão
38 realizando neste segundo semestre sobre saúde mental, que é um tema que os preocupa muito,
39 sobre a integração entre ensino e extensão e sobre ensino digital. Sobre a moradia, que é uma
40 das prioridades da PRG e da Reitoria, informa que já autorizaram a construção do muro de

1 arrimo que estava necessitando lá, que divide a moradia e uma indústria, e o professor Sávio
2 está trabalhando bastante em um projeto de Wi-Fi para todas as unidades habitacionais da
3 moradia. Juntamente com a prefeitura e com a Depi, estão pensando nas melhores
4 oportunidades de fazerem as reformas na moradia estudantil. O Conselheiro FERNANDO
5 ANTONIO SANTOS COELHO diz que se solidariza com a comunidade do Imecc pela perda
6 do aluno e também com a família, um momento realmente muito triste. Em seguida, registra
7 que é um enorme orgulho participar desta Casa, especificamente deste fórum de decisão, porque
8 a decisão de hoje de manhã é histórica e enche toda a comunidade de orgulho. Informa que há
9 alguns cursos de extensão oferecidos na plataforma Coursera, uma plataforma internacional da
10 qual a Unicamp participa, assim como outras universidades do Brasil e do mundo, e que
11 possibilita oferecer cursos que tenham uma ampla divulgação e uma assistência muito grande.
12 Na semana passada, fazendo o levantamento de como estavam os cursos da Unicamp que são
13 oferecidos nessa plataforma, constataram que alguns cursos da Universidade têm apresentado
14 mais de 30 mil participantes, dos quais cita três: um curso de “Revisão sistemática em meta-
15 análise”, que tinha naquele momento 34.656 pessoas como aprendizes, e que conta com a
16 participação de várias pessoas, entre as quais a professora Taís Galvão, da Faculdade de
17 Ciências Farmacêuticas, e a professora Julicristie Oliveira, da Faculdade de Ciências Aplicadas
18 de Limeira. O outro curso, “O empreendedorismo e as competências do empreendedor”, tinha
19 30.166 aprendizes, oferecido pelo professor Paulo Lemos, que é professor convidado na Escola
20 de Extensão. E, finalmente, “Pluralidades em português brasileiro”, que tinha 30.102 pessoas
21 fazendo esse curso. Ele tem também uma equipe bem grande, mas cita as professoras Denise
22 Braga e Cláudia Rocha, do IEL. Existem outros cursos que têm um número bastante
23 significativo de pessoas acompanhando em todo o mundo, então é realmente algo bem
24 interessante que exorta a comunidade a participar e oferecer alternativas nessa plataforma. A
25 Extecamp está disponível para dar todas as informações de como organizar esses cursos.
26 Também informa que foi publicada a Resolução GR-061/2021, que cria o Programa Bolsa de
27 Estudo Extensão Empresa. Esse programa foi criado com o objetivo de estimular a formação
28 de recursos humanos e a parceria da Universidade com empresas, permitindo que os alunos que
29 estejam regularmente matriculados na Escola de Extensão possam receber bolsas de estudo
30 oriundas de empresas. Isso facilita e faz com que possam estabelecer contatos e oferecer cursos
31 para empresas, inclusive com a participação de funcionários dessas mesmas empresas, que
32 podem receber bolsas de estudo. Informa ainda que a ProEC teve uma participação bem intensa
33 na atividade chamada “Retoma São Paulo”, que aconteceu na semana passada, em que a ProEC
34 apresentou o Programa UniversIDADE. Esteve presente e pôde testemunhar o grande interesse
35 pelo programa, que foi mostrado para todas as pessoas da comunidade de Campinas que vieram
36 conversar. E, finalmente, agradece a menção feita pelo professor Fernando Hashimoto e pela
37 professora Anna Bentes a respeito do evento da retomada. Foi um evento organizado com muito
38 carinho, envolveu a participação de uma equipe muito extensa, e citando o professor Carlos
39 Machado homenageia toda a equipe que esteve envolvida. O evento teve como principal
40 objetivo o momento de reflexão e de acolhimento para toda a comunidade, e espera que tenham

1 atingido esse objetivo. O Conselheiro FERNANDO SARTI, dialogando com o professor
2 Zeferino, diz que não estão nem na Alfredo de Castilho nem na Santa Cruz, e solicita permissão
3 para discordar de uma afirmação dele e concordar com outra. Não acredita que a área da Saúde
4 seja um problema para a Unicamp, nem acha que a Unicamp seja um problema para a área da
5 Saúde, muito pelo contrário. Acho que toda a rica atividade de docência, de pesquisa e de
6 assistência realizada pela área da Saúde é absolutamente fundamental para a Universidade. A
7 Universidade se alimenta disso e, ao mesmo tempo, tem certeza de que a área da Saúde se
8 beneficia da Universidade. É uma relação indissociável e integrada. Estão se debruçando sobre
9 o assunto, e o professor Zeferino tem sido um ator fundamental nessa discussão junto com os
10 demais gestores da área da Saúde, para repensarem exatamente a dimensão e a relação entre
11 essas três áreas, docência, pesquisa e assistência, e a forma de financiamento. Isso não possui
12 uma solução simples, essa é uma relação complexa, que se arrasta dentro da Universidade,
13 como o próprio professor Zeferino tem em várias oportunidades explicitado. Portanto, a solução
14 não será de curto prazo, mas acredita que terão já encaminhado algumas dessas soluções para
15 pensar e separar o que é o curto prazo, o que é o médio prazo, e o que é o longo prazo. No curto
16 prazo, aqueles que acompanham a COP sabem do déficit que está colocado pela área da Saúde,
17 em particular pelo HC, e terão de resolver esse problema, não há como ser diferente. Na questão
18 do médio e longo prazo, é repensar toda a governança da área da Saúde, e acredita que alguns
19 dos resultados do GT que trabalhou isso ao longo de 2020 trazem alguns subsídios importantes,
20 embora algumas ações já poderiam ter se iniciado antes. Lembra que em 2019 o Conselho
21 Universitário aprovou recursos para a realização de uma consultoria/auditoria na área da Saúde
22 para ajudar nesse entendimento, nesse diagnóstico, e infelizmente não avançaram nisso. No
23 final de 2020, foi montado o GT que traz alguns subsídios importantes, e alguns deles acha que
24 fazem parte do que estão dizendo aqui. Primeiro essa questão de pensar o longo prazo em
25 relação à questão da autarquia; a ideia do hospital regional tem muito a ver com a questão da
26 autarquia, então essa é uma solução de longo prazo. Ao mesmo tempo, o GT também falou
27 sobre uma relação diferente público/privado, que terão de debater com muita calma dentro da
28 Universidade porque isso significaria um financiamento privado de algumas das atividades, e
29 isso quem vai ter de decidir é este Conselho Universitário. Havia também uma proposta
30 importante de retomar a consultoria, que já está com tudo definido para se fazer a licitação, já
31 possuem todos os instrumentos, e isso deve ser licitado em final de 2021 e início de 2022. O
32 GT menciona a questão de como seria a governança entre a FCM e os hospitais da Universidade,
33 que é algo que têm discutido bastante e que contempla alguns pontos importantes que deverão
34 vir para este Conselho Universitário para ser discutido, como fluxos administrativos e fluxos
35 financeiros envolvidos nessa governança. Acha que a Unicamp e sua área da Saúde na verdade
36 são uma parte única e se beneficiam mutuamente. Por outro lado, tende a concordar com a fala
37 do professor Zeferino de que são necessárias mudanças estruturais, e para elas a própria
38 expansão é fundamental, que acha que é a direção em relação ao hospital regional. Em relação
39 às preocupações colocadas pelos professores Marcelo Mori, Marisa e Fernando Hashimoto
40 sobre a sustentabilidade e o planejamento, diz que é uma preocupação de todos. Todos sabem

1 o desafio que representou o represamento das demandas, tanto do ponto de vista da reposição
2 salarial, quanto do ponto de vista dos gastos em infraestrutura. Ficaram muito tempo sem poder
3 realizar essas reposições salariais, sem poder realizar os gastos em infraestrutura o mínimo
4 necessário. Os depoimentos feitos aqui sobre a moradia mostram o que representam esses
5 indicadores de represamento do ponto de vista da necessidade que possuem hoje também dos
6 investimentos em infraestrutura. Tudo isso não vai ser resolvido no curto prazo, tudo isso não
7 vai ser possível de ser resolvido de forma mágica, e pode apenas tranquilizá-los que todas essas
8 questões estão sendo devidamente equacionadas, planejadas. A PRDU tem muita preocupação,
9 junto à Aeplan, que vem acompanhando. Não é novidade que há uma melhoria na arrecadação,
10 mas acompanhando o raciocínio da professora Marisa, sabem que grande parte dessa
11 arrecadação também está associada a uma questão inflacionária. Tiveram uma mudança desse
12 cenário econômico, de uma inflação que até então vinha sendo da ordem de 3% a 4%, e que
13 atingiu 10%. Isso é uma preocupação, porque se ela representa uma arrecadação nominal maior
14 agora, ela representa despesas maiores lá na frente. Então tudo isso está sendo equacionado, e
15 virá de forma muito clara na proposta orçamentária para 2022. Fica muito contente com a
16 preocupação dos colegas em relação à importância da reposição salarial para manter a
17 atratividade e a competitividade da Universidade frente ao mercado. Têm perdido muitos
18 profissionais, em todas as áreas, essa é uma questão importante que tem de ser colocada, e em
19 grande medida isso se deve à questão salarial. Mas a perda de poder aquisitivo, que vem
20 ocorrendo há cerca de seis anos, logicamente não terá condições de ser repostas tão rapidamente.
21 Precisam encontrar o equilíbrio: de um lado manter a sustentabilidade financeira da
22 Universidade e, ao mesmo tempo, dentro do que é possível, atender à diretriz desta gestão de
23 buscar a valorização das pessoas, projeto que já começou com a questão das progressões, e deve
24 avançar em 2022 com a questão da reposição salarial e, posteriormente, uma discussão mais
25 aprofundada sobre contratações. Em seguida, diz que também se solidariza com toda a
26 comunidade do Imecc, em especial com o professor Paulo Ruffino e todos os familiares do
27 estudante. Ontem conversou com a coordenadora do Sappe sobre várias questões, que informou
28 da perda de vários profissionais do serviço, entre psicólogos e psiquiatras, e a necessidade de
29 reposição de recursos humanos. Essa questão se coloca em várias instâncias da Universidade.
30 Um ponto como esse, tão dramático, e essa iniciativa maravilhosa de um espaço de acolhimento
31 certamente ganharia ainda mais substância com a participação de profissionais especialistas na
32 área. Mas sabem que a reposição está ainda limitada pela lei complementar 173, e terão de tratar
33 isso com muito cuidado a partir de 2022, mas desde já fica muito claro, por todas as falas, que
34 as demandas da Universidade são muito diversificadas, e bastante intensas nas diferentes áreas.
35 Portanto, a necessidade de planejamento, de hierarquização das demandas é absolutamente
36 fundamental. Por último, lembra que foram disponibilizados, já aprovados no Conselho
37 Universitário a partir da segunda revisão orçamentária, visando atender uma retomada segura
38 das atividades presenciais, R\$26,5 milhões para a reavaliação de alguns contratos necessários
39 para essa retomada, e também para investimentos, em particular investimentos em
40 equipamentos. As demandas que têm chegado à Aeplan, e mesmo à PRDU, à prefeitura, à DEA,

1 não têm sido compatíveis com esse volume, então chama a atenção de todos os diretores. Da
2 mesma maneira, na última Copei já aprovaram e distribuíram os R\$20 milhões de recursos para
3 obras já hierarquizadas pela Depi. Ao mesmo tempo, lembra também a todos os diretores que
4 foram disponibilizados mais R\$1,5 milhão dentro do Programa de Manutenção Predial, além
5 de R\$1,850 milhão para custeio. Tudo isso tentando de alguma maneira minimizar alguns
6 desses problemas que foram acumulados durante a pandemia. Ainda sobre a questão do
7 investimento, observa como esse indicador é preocupante quando trataram aqui da questão do
8 AVCB. Imaginar que apenas 8% dos prédios da Universidade estão adequados ao AVCB
9 mostra o represamento ocorrido em termos de investimentos em infraestrutura, e a necessidade
10 urgente de ampliar esses investimentos. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI manifesta
11 seus sentimentos à família do aluno que faleceu, infelizmente, e também ao Imecc, dizendo da
12 importância que foi tomar a medida de fazer o trabalho imediato de acolhimento. Isso tem uma
13 importância muito grande na prevenção de tentativas de novos suicídios por alunos ou até
14 mesmo por profissionais. Em seguida, vai expressar suas preocupações em relação à CGU,
15 muitas delas partilha com os professores Fernando Sarti, Rachel, Ivan e Fernando Coelho, em
16 relação ao ensino de graduação e pós-graduação, toda essa dificuldade que possuem hoje em
17 como vão formar os alunos. Considera muito oportuna a criação dos GTs de ensino de
18 graduação e pós-graduação, para terem um norte de como vai se dar o ensino na Unicamp.
19 Lembra que possuem uma importância social muito grande na formação de pessoas, pessoas
20 que principalmente atuam na região, por isso a definição do ensino para que não percam a
21 qualidade é muito importante. Essa é uma preocupação que permeia a Reitoria e as pró-reitorias
22 no sentido de garantir essa qualidade de ensino também. Outra preocupação grande, que tem
23 conversado muito com o professor Sarti, é em relação à perda salarial que estão enfrentando e
24 o aumento da inflação. Isso também os preocupa muito, principalmente em duas áreas que já
25 foram citadas aqui em relação à perda de profissionais, uma é a área da Saúde, na qual existe
26 uma alta rotatividade de profissionais, por isso dá impressão que contratam muitos
27 profissionais, mas na verdade os estão repondo, e a área de TI, em que perdem também muitos
28 profissionais. E é mais rápida a saída desses profissionais do que a possibilidade de contratação;
29 esses hiatos constantes tornam o dia a dia da Universidade mais complicado. Em relação à fala
30 do professor Diniz, sobre profissionais ou alunos que não queiram se vacinar, cita a Instrução
31 Normativa da DGRH número 3/2021, que estabelece as orientações e os procedimentos
32 relacionados à obrigatoriedade da comprovação da vacina contra a Covid-19. Essa instrução
33 normativa foi muito discutida com várias pessoas da CGU, com a DGRH, com a PG, e ela é
34 bastante esclarecedora para a comunidade. Houve várias falas aqui também sobre as
35 dificuldades do retorno, de como as pessoas se sentem ao retornar. Esse temor ou essas dúvidas
36 e inseguranças são bastante compreendidas pela Administração, mas elas terão de ser
37 enfrentadas. Estão dispostos sempre a esclarecer, fazer reuniões para conversar a respeito, para
38 transmitir segurança, transmitir um pouco mais do seu conhecimento para ajudar as pessoas a
39 retornar. O ônus é de todos, não só dos professores, mas também dos profissionais da saúde,
40 esse foi o grande ônus, o ônus que não estavam esperando, e continuam com ele, porém em

1 uma situação muito melhor hoje. Consultou hoje os dados do Hospital, possuem 29 pacientes
2 internados com Covid, entre UTI e não UTI, o que significa uma queda gradativa, que passou
3 por um período de um patamar e agora novamente está se mostrando uma queda discreta, mas
4 ligeira nas últimas semanas. Porém, muito melhor comparativamente ao tempo que tiveram;
5 meses atrás chegaram a estar com a lotação completa, com mais de 100 casos de Covid
6 internados. Lembra também que o número de casos graves com a vacinação diminuiu muito, e
7 as pessoas mais velhas já estão entrando em uma terceira dose. Portanto, o que a Universidade
8 pode oferecer de garantia ela está oferecendo: vacinas, condições de precaução, um aplicativo,
9 orientações pelas diferentes áreas, e o que pode estimular é que os procurem para tirar as
10 dúvidas, ajudarão no que for possível. Haverá uma reunião com o grupo do IFCH para
11 conversar sobre a ventilação nas salas de aula, por exemplo. Uma outra preocupação que
12 ocorreu aqui nas falas foi o número de leitos em funcionamento no Hospital. Informa que hoje
13 há fechados 36 leitos de enfermaria e 310 leitos abertos dentro do Hospital de Clínicas. Em
14 relação a esses 36 leitos que estão fechados, já está em andamento uma proposta de abertura
15 que vem sendo discutida entre a diretoria de enfermagem, a coordenadoria de assistência e a
16 Reitoria. Sobre a questão da contratação dos funcionários Paepe, existe um grande número de
17 profissionais que são contratados via convênio, do convênio SUS, através da Funcamp. Esses
18 profissionais têm uma alta rotatividade dentro do Hospital, e muitas vezes, mesmo existindo a
19 desistência, portanto havendo a vaga e o recurso, não conseguem contratar esses profissionais.
20 Esse é um trabalho constante que têm feito e acompanhado de perto no HC. Em relação ao
21 Hospital Metropolitano, vai deixar para o professor Antonio José prestar os esclarecimentos,
22 mas lembra que a Unicamp não é responsável, ela é parte do Sistema Único de Saúde, com
23 financiamento do SUS, orçamentário e extraorçamentário da Reitoria da Unicamp. No entanto,
24 apesar de às vezes haver algum atrito entre as demais áreas e a área da Saúde, sente que ela é
25 um orgulho para a Universidade. A Unicamp é extremamente conhecida pela sua área da Saúde,
26 então acha que o orgulho se sobrepõe a qualquer outra denominação que possam colocar. Foi
27 citado aqui o Hospital de Sumaré, mas observa que ele é completamente diferente do Hospital
28 de Clínicas, pois ele pertence ao governo do Estado de São Paulo, é outro sistema de
29 governança. O professor Zeferino falou bastante sobre uma preocupação que ele tem de que a
30 área da Saúde não faz bem à Universidade e vice-versa. Concorde com o professor Zeferino
31 quando ele fala que é preciso uma mudança estrutural dentro do Hospital, de modelo de
32 governança. Deram andamento ao processo de contratação de uma consultoria, que ficou parado
33 durante a pandemia e foi retomado assim que esta gestão assumiu. A montagem do processo
34 foi completamente revista e ela está neste momento sendo enviada para a Procuradoria Geral
35 para dar a sua última opinião para fazer abertura da licitação, e também uma tomada de preço
36 nas empresas sobre quanto custaria essa consultoria. Também estão trabalhando bastante na
37 área de TI, já passou na CVND e foi encaminhada a contratação de cinco profissionais de TI,
38 há mais dois profissionais que atuam lá, que são da Citic, dando um impulso na instalação da
39 questão de TI. A área de Tecnologia da Informação para área hospitalar está inicialmente sendo
40 realizada no HC, no Caism ela não está, nem nas outras áreas. O sistema AGHUse está sendo

1 implantado no HC e será implantado nas demais áreas, ele precisa de uma contratação de uma
2 empresa, que provavelmente será a Sonda, para que ajude a implantar um sistema complexo
3 como esse. Essa empresa é uma indicação do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que tem
4 esse sistema instalado, e que foi doado para a Unicamp, porém a instalação é bastante complexa.
5 Estão em uma conversa adiantada com essa empresa e mais a contratação de um grupo de
6 pessoas para trabalhar na empresa. Para que recebam uma auditoria ou uma consultoria eficiente
7 dentro do HC, precisam ter informações, e as informações vão vir de alguma parte mais
8 informatizada, para que não recebam uma orientação, por exemplo, de que precisam
9 informatizar o sistema de compras, algo que já sabem. Então algumas áreas precisam ser
10 preparadas para receber essa consultoria. Têm trabalhado muito diretamente com os hospitais
11 no sentido de ajudar na infraestrutura para instalação de novos equipamentos, até adequação de
12 espaços. Não têm feito só suplementações, que são importantes, senão o Hospital para, e isso
13 não é uma questão de falta de gerenciamento, é uma questão de que entraram na Administração
14 há cinco meses, quando toda a verba orçamentária do ano de 2021 já havia sido dada para o
15 Hospital. Então tiveram já de fazer uma suplementação. O problema do Hospital vem de anos,
16 não é de uma gestão nem do HC, nem de uma gestão da Reitoria, é um problema de muito
17 tempo. O Hospital tem mais de 30 anos, e os problemas só se agravam. Esperam que consigam
18 realmente com algumas estruturas melhorar bastante esse modelo; o sistema de emergência
19 e outros sistemas que estão em contato com a DRS para poder referenciar melhor os pacientes
20 dentro de um sistema de gerenciamento, que chamam de Cross, que pode ajudar, mas o Hospital
21 também tem de se ajudar. São mudanças estruturantes, algumas já estão sendo feitas, outras
22 serão realizadas, como bem falou o professor Fernando Sarti, a médio prazo. A curto prazo não
23 deixaram fechar leitos, isso é fundamental, e ressalta que nunca passou por esta Reitoria a ideia
24 de diminuir o atendimento fechando leitos hospitalares, nem ambulatórios. Para que isso não
25 aconteça, são necessárias suplementações, que é o que têm feito. A médio e longo prazo,
26 possuem projetos para melhorar, como o professor Sarti já adiantou, e um projeto a longo prazo,
27 que vai deixar para que o professor Antonio José comente, de aumentar uma área de atenção
28 nessa região, com a proposta do chamado hospital metropolitano. O MAGNÍFICO REITOR
29 solidariza-se com o Imecc e com a família, colegas, amigos, companheiros do Gabriel Henrique
30 Fernandes da Silva, que faleceu, e solicita que encaminhem mensagem de condolências à
31 família. Informa que na semana passada, por iniciativa da doutora Ana Carolina Maciel e da
32 professora Adriana Nunes Ferreira, foram a Brasília. Entre vários assuntos, conversaram com
33 a presidência da Capes sobre um edital para refugiadas afegãs, que seria potencialmente
34 sustentado também pela Capes. A ideia é por meio da Cátedra Sérgio Vieira de Melo, que é de
35 responsabilidade da doutora Ana Carolina, dar a possibilidade de que professoras, estudantes,
36 funcionárias de universidades afegãs, eventualmente também professores, mas o foco maior
37 seriam as mulheres, que estejam em dificuldade de exercer suas funções naquele país, possam
38 ser acolhidas na Unicamp. Um outro ponto que foi tocado também por várias pessoas, mas cita
39 as professoras Andréa Freitas, Andréia Galvão e Anna Bentes, é relacionado a algo que em
40 algumas reuniões anteriores valorizou bastante: a questão da infraestrutura associada à

1 retomada da aula presencial dependerá muito da ação local. Possuem recursos atualmente,
2 recursos de arrecadação foram antecipados pelo governo estadual, o problema agora é usar esses
3 recursos para adaptar essa infraestrutura, mas não há possibilidade de isso ser feito
4 centralizadamente. Se as comunidades locais, as direções das unidades, os professores, não se
5 envolverem em uma atividade, não levantarem as necessidades e encaminharem os processos
6 de aquisição, não sairão disso. Não adianta no Consu manifestar uma angústia em relação a
7 isso, é preciso agir. Sabe que o ônus é para todos, sabe que os professores estão assoberbados,
8 que várias coisas estão pesando, mas isso acontece com os funcionários e potencialmente
9 acontecerá com os alunos. Esse é o quadro em que vivem hoje, em razão da pandemia. De
10 positivo possuem recursos e um aprendizado, então precisam agir. Quando na discussão do
11 Corpo de Bombeiros o professor Edson Tomaz disse que tinha feito um projeto para atender as
12 questões de incêndio, por exemplo, é isso, um projeto que já está sendo realizado em um lugar,
13 pode ser realizado nos outros. Solicita um pouco mais de ação em relação à solução desses
14 problemas, não é possível fazer isso a partir nem do Conselho Universitário, nem da
15 Administração Central. Os casos são diferentes, existem particularidades, é necessário levantar,
16 e também há coisas que podem ser feitas em comum. Precisam saber quantas câmeras, quantos
17 computadores são necessários em cada unidade, pois não há como adquirir isso se as unidades
18 não passarem as informações. A comunidade tem de levantar isso localmente para as demandas
19 chegarem e poderem fazer compras centralizadas. Há pessoas procurando soluções até para a
20 questão da ventilação. Em alguns laboratórios, as pessoas estão usando mecanismos de UV para
21 esterilizar área. Então, podem pensar em alternativas, mas a comunidade tem de ir um pouco
22 atrás disso. O limite neste momento não está nos recursos, mas em levantar as necessidades,
23 fazer as demandas, pois não conseguem resolver se as demandas não surgirem, e podem ter
24 problema de não conseguir encaminhar todas as compras por falta de pessoas para encaminhar
25 isso. Pede um pouco mais de apoio de todos nessa decisão. Em relação à área da Saúde,
26 compartilha com o professor Fernando Sarti e com a professora Maria Luiza a mesma
27 impressão: a área da Saúde não é um problema para a Unicamp e nem a Unicamp é um problema
28 para a área da Saúde. O problema é como resolver as dificuldades que possuem como
29 Universidade, dificuldades que se originam do orçamento limitado dos hospitais. Há uma
30 experiência aqui que pode dar certo, é o IOU, construído com recursos do Ministério Público;
31 a Unicamp não colocou recurso nenhum na construção daquele hospital, a Universidade cedeu
32 o terreno, a construção foi administrada pela Fascamp, não foi pela Funcamp. Se encontrarem
33 uma solução juridicamente aceitável para a gestão desse hospital pela Fascamp, e gestão no
34 sentido de ela disponibilizar efetivamente aquele equipamento de saúde de forma diferente da
35 Funcamp, que é só interveniente, a Fascamp poderá também ter o certificado Cebas, um
36 certificado que desempenha um papel orçamentário importante, porque ele reduz os gastos com
37 os encargos trabalhistas, então ele aumenta a possibilidade de usar os recursos do SUS para
38 contratar mão de obra e fazer os investimentos e o custeio do hospital. A ideia do IOU é fazer
39 uma gestão diferente, e estão nesse desafio de elaborar algo que seja juridicamente aceitável.
40 Se esse experimento der certo, isso pode gerar alternativas, e é isso que está também por trás

1 da ideia de Hospital Metropolitano. Não dá para confundir, a professora Luiza já chamou a
2 atenção: HC, Caism, Gastrocentro e Hemocentro são parte do orçamento da Unicamp; o
3 Hospital Estadual de Sumaré e o Hospital Regional de Piracicaba não são parte do orçamento
4 da Unicamp, eles pertencem à Secretaria de Estado da Saúde e funcionam com recursos que
5 vêm via SUS ou da Secretaria de Estado. Nesse hospital, há gestão e acesso ao espaço para
6 formação de alunos, de residentes, de profissionais da área da Saúde que desempenham funções
7 lá na formação de pessoas dando assistência. A ideia do hospital metropolitano, ou regional, é
8 a mesma, não possuem condições de pôr nenhum hospital a mais no nosso orçamento. A
9 ampliação só será possível se for encampada pelo governo do Estado de São Paulo, e será
10 submetida ao Conselho Universitário a cessão de terreno. A vantagem de ter um outro hospital
11 aqui é que um dos problemas do HC é a pressão da demanda de uma região que tem sete milhões
12 de pessoas, sendo que a área da Saúde foi construída para três milhões de pessoas há mais de
13 30 anos. Então o HC sofre uma brutal pressão, que afeta as suas contas. Ele perdeu uma das
14 características, que é ser um hospital concentrado em procedimentos de alta complexidade, e
15 se for construída uma alternativa, através do governo do estado, da Região Metropolitana de
16 Campinas, do poder político que se expressa na Assembleia Legislativa, eventualmente com
17 apoio de áreas do governo federal, do Ministério da Saúde, que desafogue o HC daquilo que
18 não é próprio da sua natureza original, podem melhorar o financiamento da área. Não é algo
19 que está garantido, mas se não tiverem disposição, se quiserem resolver o problema antes de
20 andar, não saem do lugar. Então possuem um projeto para a área da Saúde, e esse projeto
21 envolve três etapas, uma que já está em andamento, que é o de analisar as contas e os gastos na
22 área da Saúde. Esses gastos envolvem várias coisas, gastos de custeio, que são feitos
23 descentralizadamente por unidade hospitalar, mas poderiam ser juntos. Então existe uma
24 atividade na DEA e na Deas para juntar os procedimentos de compra e assim dar racionalidade
25 a esses procedimentos. Também existe um levantamento de plantões para dar mais
26 racionalidade a essa atividade. Já foram feitas iniciativas para melhorar inclusive a realização
27 dos plantões com contratação de empresa. Então isso é o curto prazo, entender a questão das
28 contas e poder controlar pelo menos algum nível do déficit que essa questão assistencial vem
29 gerando. No médio prazo, é auditoria, já foi destacado pelo professor Fernando Sarti que essa
30 é uma ideia antiga, foi aprovada em 2019 e até o momento não foi implantada. Já decidiram
31 que vão fazer a licitação dessa auditoria, que vai iluminar mais questões do problema. E no
32 longo prazo tiveram essa ideia, aberta à discussão; foi colocado pela professora Cláudia Morelli
33 que era necessário discutir isso. Um dos formuladores originais dessa proposta, que contou com
34 a participação da professora Maria Luiza e outros profissionais da área da Saúde, foi o professor
35 Oswaldo Grassiotto. Solicita que o chamem para apresentar proposta à FCM, podem apresentar
36 também em outro momento aqui, mas a ideia é que não seja um hospital orçamentário da
37 Unicamp, ele seria um hospital da Secretaria de Estado da Saúde, que permitiria inclusive a
38 completa vinculação ao sistema Cross, que é uma outra coisa que a professora Luiza citou aqui
39 em que possuem problema atualmente de controlar na área da Saúde da Unicamp. Isso é
40 importante para conseguir também a solidariedade do poder público estadual. Se é possível

1 outra alternativa, se é possível a alternativa da autarquização, é uma discussão que estão
2 dispostos a fazer, mas pergunta para a comunidade da Unicamp se ela está disposta a abandonar
3 o orçamento. Porque é isso que vão pôr na mesa, já enfrentou essa situação, já conversou com
4 o Secretário do Estado. Pergunta se vem junto o orçamento, e não está falando do SUS, está
5 falando do orçamento da parte da Universidade, que é associada à área da Saúde. Então é
6 importante as pessoas pensarem em bônus e ônus. Não existe solução simples para esse
7 problema, a Universidade ainda vai conviver com ele por um tempo. Precisam enxergar a
8 solução no longo prazo, mas precisam olhar todos os aspectos envolvidos, apresentar uma
9 solução e revelar o custo dessa solução, o que é importante, porque senão vira discurso, e
10 discurso não resolve o problema concreto. Então, no longo prazo, a aposta é, dada a deficiência
11 de atendimento hospitalar na região de Campinas, o projeto de modificar a relação entre os
12 procedimentos de alta complexidade, que é nestes que a área da Saúde da Unicamp deveriam
13 estar especializada, porque é aí que ela está na fronteira do conhecimento, é aí que ela forma
14 pessoas em uma qualidade superior, isso deveria estar separado de um atendimento de menor
15 complexidade que seria feito nesse hospital regional. É essa a proposta que estão apresentando
16 para a Universidade. Podem existir outras, e estão abertos a discutir, e nesse caso terão de
17 discutir até onde aceitam ceder em termos do orçamento. Na proposta que estão fazendo, não
18 há nada do orçamento estadual, de recursos do tesouro do estado, que está sendo previsto para
19 encaminhar nesse hospital metropolitano ou regional. É importante as pessoas pensarem nisso,
20 e também pensarem na viabilidade política. Conversou com vários deputados, fizeram reunião
21 da Região Metropolitana de Campinas aqui na Unicamp, estiveram na audiência pública da
22 Alesp para discutir o orçamento do ano que vem, e em todos esses locais têm procurado
23 construir um apoio a essa proposta, precisam de parceiros, precisam convencer parte da
24 comunidade política. Já há vários adeptos, é possível que os prefeitos da Região Metropolitana
25 de Campinas se solidarizem com essa ideia e que consigam mais adeptos, e a ideia é colocar
26 pelo menos um embrião disso para que o ano que vem o processo se deflagre. É verificar se é
27 possível fazer um projeto desse hospital. Mas a saída disso é uma gestão; não é algo que vai ser
28 construído no ano que vem, nem em 2023, mas é o raciocínio que possuem para ver uma luz no
29 fim do túnel, esse é o plano de longo prazo. A viabilidade qualquer dessas coisas, aquelas que
30 são internas, curto prazo, médio prazo, são internas; têm dificuldade de achar que elas são
31 soluções definitivamente estruturais, precisam de algo a mais, que é mudar a relação da área da
32 Saúde da Unicamp de uma área que talvez esteja associada com a região toda de saúde, DRS
33 VII, IX, XI. Então, precisam contemplar isso. É muito complexo, não é fácil, mas é sobre isso
34 que estão se debruçando diuturnamente, envolvendo várias pessoas para discutir essa solução,
35 abertos a conversar. Há vários aspectos técnicos, existem problemas que terão de enfrentar na
36 discussão interna da Unicamp, e pede que as pessoas tomem o cuidado de não adquirir uma
37 prevenção muito rápida em relação às propostas, estejam um pouco abertos para imaginar
38 soluções diferentes. Se a autarquia fosse tão fácil, não teria ocorrido de ela estar em 2013
39 decidida, aprovada inclusive no Conselho Universitário, mas até hoje não ter se viabilizado.
40 Possuem um desafio que não é exatamente simples. Espera ter esclarecido as principais dúvidas

1 em relação à questão, e solicita que se houver outras preocupações, as pessoas os procurem
2 diretamente. No caso das pessoas da FCM, acha que uma conversa com o professor Oswaldo e
3 com a professora Maria Luiza seria talvez interessante para ir detalhando, formatando melhor
4 essas ideias, e a partir daí podem apresentar para o conjunto da Universidade. Mas, de toda
5 forma, ainda discutirão muito esse assunto, dadas as próprias dificuldades que estão
6 enfrentando. Agradece a todos pela participação nesta Sessão, que se constitui em um marco
7 histórico. Além de terem revogado o título de “Doutor *Honoris Causa*” na parte da manhã,
8 tomaram uma decisão também de se aproximar de uma instituição pública importante para a
9 segurança interna da Unicamp, tiveram um passo importante para decidir na questão da
10 concessão do terreno para a moradia e discutiram agora no Expediente problemas que vão com
11 certeza preocupá-los durante um bom tempo, mas essa discussão sempre ajuda a iluminar
12 possíveis soluções, corrigir possíveis soluções ao longo do caminho. Nada mais havendo a
13 tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de
14 Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques que a
15 digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 28 de setembro
16 de 2021.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 174ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 30 de novembro de 2021, sem alterações.